

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DAS
CIÊNCIAS E DA SAÚDE



Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

ELEN CRISTINA DE AGUIAR GOMES

**Para além do Palácio Gustavo Capanema: a Biblioteca Euclides da
Cunha como patrimônio cultural**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Luce Girão Soares de Lima

Rio de Janeiro

2018



ELEN CRISTINA DE AGUIAR GOMES

**Para além do Palácio Gustavo Capanema: a Biblioteca Euclides da
Cunha como patrimônio cultural**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - PPGPCS/COC/Fiocruz, como requisito para obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Luce Girão Soares de Lima

Rio de Janeiro
2018

Ficha Catalográfica

G633p Gomes, Elen Cristina de Aguiar.

Para além do Palácio Gustavo Capanema: a Biblioteca Euclides da Cunha como patrimônio cultural / Elen Cristina de Aguiar Gomes. – Rio de Janeiro: s.n., 2018.

164 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 146-159 f.

1. Patrimônio Cultural - Proteção. 2. Gestão de Riscos. 3. Biblioteca Pública – Finalidades e objetivos. 4. Biblioteca Euclides da Cunha

CDD 363.69

Catálogo na fonte – Eliane Monteiro de Santana Dias – CRB7-5011

ELEN CRISTINA DE AGUIAR GOMES

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - PPGPCS/COC/Fiocruz, como requisito para obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Aprovada em, 03 de outubro de 2018.

Prof.^a Dr.^a Ana Luce Girão Soares de Lima (orientadora)
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof.^o Dr.^o Marcos José de Araújo Pinheiro
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof.^a Dr.^a Cristiane Vieira Cabreira Brum
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Laurinda Rosa Maciel (suplente)
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof.^a Dr.^a Claudia Suely Rodrigues de Carvalho (suplente)
Fundação Casa de Rui Barbosa

Rio de Janeiro
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dar forças para chegar até aqui.

Ao meu esposo Fágner que soube compreender minhas ausências e fez com que minhas noites de estudo fossem as mais tranquilas possíveis.

À minha família, meu pais José Maria e Elizabeth e amigos que entenderam meu “sumiço” e perdoaram as minhas faltas em comemorações importantes.

A Ana Luce que aceitou o desafio de orientar uma bibliotecária que pediu “ajuda” para defender a instituição em que trabalha.

A equipe da Secretaria do Curso que sempre nos atendeu com muito carinho, aos professores que não mediram esforços para compartilhar seu conhecimento acumulado, aos meus companheiros de mestrado e em especial ao trio “parada dura”: Ana Roberta, Patrícia e Rosangela que contribuíram para que eu não perdesse minha sanidade.

Ao corpo de funcionário da BEC do qual faço parte, e em especial a Elza, Gabriela e Tânia que me incentivaram a prosseguir.

Aos locais onde fiz o levantamento históricos e bibliográficos para a construção do projeto: ao Arquivo Central do Rio de Janeiro do Iphan, a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde -COC/Fiocruz, a Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) /UFF, a Biblioteca Euclides da Cunha (BEC), ao Centro Arquivístico da Secretaria Municipal de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) /FGV.

E a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho.

Obrigada por tudo!

Ressurgir de um passado que foi apagado é muito mais difícil que lembrar de coisas esquecidas.

(Paolo Rossi – O passado, a memória, o esquecimento)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta recomendações para preservação do acervo da Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) por meio do gerenciamento de riscos. Para a construção deste estudo, foi necessário realizar o levantamento de dados históricos sobre a BEC, correlacionando com as mudanças ministeriais e as condições de guarda do acervo ao longo de seus 81 anos. O eixo principal do trabalho, é o apontamento dos possíveis riscos de degradação que o patrimônio da biblioteca possa sofrer enquanto aguarda o processo de mudança para o local provisório, prever ações para que não haja dano ao acervo durante o processo de transferência, nem no novo ambiente de guarda. A metodologia empregada para propor as recomendações pautou-se em pesquisas bibliográficas sobre a temática gerenciamento de riscos em unidades de informação, o Plano de Gerenciamento de Riscos e salvaguarda do acervo da Fundação Biblioteca Nacional e aplicação de questionário em instituições que passaram por situação semelhante.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural – Proteção. Gestão de Riscos. Biblioteca Pública – Finalidades e objetivos. Biblioteca Euclides da Cunha (BEC).

ABSTRACT

This research presents, recommendations for the preservation of the Euclides da Cunha Library collection (BEC) through risk management. In the creation of this study, it was necessary to collect historical data about the BEC, correlating with ministerial changes, and the conditions of storage of the collection over its 81 years. The main axis of work, is the indication of the possible risks of degradation which the library's patrimony may suffer while awaiting the process of moving to the temporary site, to anticipate actions to avoid damage to the collection, during the transfer process, and in your new storage place too. The methodology used to propose the recommendations it was based on bibliographical research on the thematic risk management in information units. the Risk Management Plan and the storage of the National Library Foundation collection and application of questionnaire of the institutions which were in similar situations.

Key-Words: Cultural Patrimony – Protection. Risk Management. Public Library - Aims and objectives. Euclides da Cunha Library (BEC).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1-** Primeira localização da Biblioteca do MES - p.20
- Figura 2-** Fachada principal da Biblioteca Nacional, [1910?] - p. 27
- Figura 3-** Parte da plateia da aula inaugural do Curso de Biblioteconomia na BN, 10.04.1915 - p.28
- Figura 4-** Segunda localização da Biblioteca do MES - p.34
- Figura 5-** Figura 5: Salão de leitura, destaque para o balcão de atendimento da Biblioteca do MES, [194-] - p.39
- Figura 6-** Mesa do bibliotecário de referência, MES [194-] - p. 39
- Figura 7-** Móveis do salão de leitura, em detalhe, estantes de referência em madeira e janelas internas de vidro, MES [194-] - p.40
- Figura 8-** Salão de leitura, vista parcial do balcão de atendimento e destaque para o catálogo-dicionário, à direita, MES [194-] - p.40
- Figura 9 -** Equipe técnica, da esquerda para a direita a bibliotecária-chefe Emy Pamplona, MES, [194-] - p.41
- Figura 10-** Vista parcial das estantes da Biblioteca do MEC, bibliotecária auxiliando o leitor na pesquisa, [195-] - p. 46
- Figura 11-** Setor de Processamento Técnico da Biblioteca do MEC, primeira mesa a esquerda bibliotecária atendendo a um leitor, [195-] - p.47
- Figura 12-** Foto do público estudantil, Biblioteca do MinC, 1986, foto 1- p. 65
- Figura 13-** Foto do público estudantil Biblioteca do MinC, 1986, foto 2 - p. 65
- Figura 14-** Laboratório de Línguas - p.73
- Figura 15-** Livros falados do Núcleo do Portador de Deficiência Visual - p.74
- Figura 16-** Livros em Braille - p.75
- Figura 17-** Organograma funcional - p.82
- Figura 18-** Salão de leitura da BEC antes do fechamento em setembro 2016, Palácio Capanema - p.93
- Figura 19-** BEC, sala 704, Edifício Teleporto, vista sul - p.94
- Figura 20-** BEC, sala 704, Edifício Teleporto, vista norte - p. 94
- Figura 21 -** Processo do Gerenciamento de Riscos - p.113
- Figuras 22-** Estantes cobertas e balcão de atendimento, salão de leitura da BEC - Palácio Gustavo Capanema (Outubro/2017) - p. 122
- Figura 23-** Estantes no salão de leitura da BEC - Palácio Gustavo Capanema (Outubro/2017) - p. 123
- Figura 24-** Livros de referência, salão de leitura da BEC - Palácio Gustavo Capanema (Dezembro/2017) - p. 123

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AACR2** - Código de Catalogação Anglo-Americano
- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AIC** - Instituto Americano de Conservação
- ALA** - Associação Latino-Americana de Arquivos
- AN** - Arquivo Nacional do Brasil
- APERJ** - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- AS/NZS 4360:2004** - Norma Técnica desenvolvida na Austrália e Nova Zelândia sobre gerenciamento de riscos
- BDB** - Biblioteca Demonstrativa de Brasília
- BEC** - Biblioteca Euclides da Cunha
- BIREME** - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
- BN** - Biblioteca Nacional
- CALCO** - Catalogação Legível por Computador
- CNPC** - Catálogo Nacional de Publicações para Cegos
- CONARQ** - Conselho Nacional de Arquivos
- CPBA** - Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos
- CPDOC** - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV
- CRB/7** - Conselho Regional de Biblioteconomia – 7ª Região
- DPHAN** - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- DIOGE** - Divisão de Obras Gerais
- DIMAS** - Divisão de Música
- DLLL** - Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
- EDA** - Escritório de Direitos Autorais
- EMBRATUR** - Ministério da Indústria e Comércio
- FEFIERJ** - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
- FBN** - Fundação Biblioteca Nacional
- FCRB** - Fundação Casa Rui Barbosa
- FDNC** - Fundação Dorina Nowiil para Cegos
- FGV** - Fundação Getúlio Vargas
- Finep** - Financiadora de Estudos e Projetos

FUNARTE - Fundação Nacional de Arte

GCI - Instituto de Conservação Getty

GR - Gerenciamento de Riscos

IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBC - Instituto Benjamin Constant

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

ICOM - Conselho Internacional de Museus

INL - Instituto Nacional do Livro

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISBN - International Standard Book Number

MAST- Museu de Astronomia e Ciências Afins

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MES - Ministério de Educação e Saúde

MinC - Ministério da Cultura

MS - Ministério da Saúde

ONCE - Organização Nacional de Cegos Espanhóis

PGC - Palácio Gustavo Capanema

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNM - Plano Nacional de Museus

PROLER - Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRPPC - Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura

SAPGC - Sociedade de Amigos do Palácio Gustavo Capanema

SINAR - Sistema Nacional de Arquivos

SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quadro comparativo de consultas e empréstimos realizados de 1937 a 1957 - p.52

Tabela 2- Quadro comparativo de consultas e empréstimos realizados na BEC de 1972 a 1986 - p.64/65

Tabela 3- insetos frequentemente encontrados em áreas com acervo - p.106

Tabela 4- Bactérias contaminantes encontradas em arquivos e bibliotecas - p.106/107

Tabela 5- Alguns fungos contaminantes em arquivos e bibliotecas - p. 107/108

Tabela 6- Riscos a que o acervo da BEC está vulnerável em seus locais de guarda, segundo o Plano de Gerenciamento de Riscos da FBN - p. 126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. DO PASSADO O PRESENTE: Biblioteca Euclides da Cunha (BEC)	20
1.1. A construção do Prédio do Ministério de Educação e Saúde.....	34
1.2. Biblioteca Pública e sua importância para a comunidade.....	45
1.3. A Biblioteca Euclides da Cunha (BEC): de 1968 a 1970.....	53
1.4. A cessão da Biblioteca Euclides da Cunha à Biblioteca Nacional.....	55
1.5. A obra no Palácio Capanema e a mudança provisória da BEC.....	84
1.6. A institucionalização da proteção do Patrimônio Cultural no Brasil	95
2. DA PRESERVAÇÃO À CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: CONCEITOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL BIBLIOGRÁFICO	103
2.1. O gerenciamento de riscos como instrumento de proteção para acervos bibliográficos.....	110
2.2. Plano de Gerenciamento de Riscos da Biblioteca Nacional.....	115
2.3. O local de guarda do acervo da BEC: Palácio Gustavo Capanema.....	120
2.4. O local de guarda do acervo da BEC: Edifício Teleporto.....	124
3. RECOMENDAÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA: no Palácio Capanema, durante o processo de mudança e no local de guarda provisório	127
3.1. Recomendações para evitar riscos de acordo com o Plano de Gerenciamento de Risco da FBN.....	127
3.2. Recomendações para evitar riscos de acordo com outras literaturas que complementem as abordadas no Plano de Gerenciamento de Riscos da FBN.....	134
3.3. Sugestões para solucionar os possíveis problemas que possam acontecer nos locais de guarda.....	137
3.4. Resultado do questionário aplicado em instituições de cultura transferidas do Capanema para o Teleporto.....	141
REFLEXÕES FINAIS	143
BIBLIOGRAFIAS E FONTES	146
ANEXOS	160
ANEXO A - Cópia do Projeto de Construção do Prédio do Ministério de Educação e Saúde Pública, do 4º andar	161

ANEXO B - Cópia da Planta do Prédio do Ministério de Educação e Saúde Pública,	
4° andar.....	162
APÊNDICE.....	163

INTRODUÇÃO

A ação de preservação está associada ao patrimônio, patrimônio esse que nos remete à uma lembrança, ou seja, à memória, que também está ligada à identidade de uma nação. Antes de conceituar preservação ou conservação e tratar da questão da conservação preventiva de acervos, é preciso entender como surgiu a noção de *patrimônio*, sua conexão com a memória e a necessidade de preservação de bens, assim como o aperfeiçoamento no âmbito da preservação de acervos.

Poulot (2009, p.13), considera o reconhecimento do patrimônio tanto por seu valor estético, como pelo objeto em si, que pode apresentar-se em qualquer formato físico, porém, é reconhecido por evocar sentimentos na sociedade em que está inserido. Essa constatação “[...] depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que serve de suporte para uma representação da civilização, [...]”

Choay (2006, p.12), garante que não podemos considerar o conceito fechado de patrimônio, ao contrário, o patrimônio histórico deve ser questionado já que se “constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que nela encerra”, ou seja, a noção de patrimônio nos tempos atuais não é a mesma do século XIX, que reduzia o conceito apenas a monumentos históricos. No entanto, a autora explica que o termo *monumento*, é de suma importância para compreender o que é patrimônio.

Em primeiro lugar, o que entender por monumento? O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “recordar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento a tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer outras gerações de pessoas rememorarem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que se lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. [...] O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a

inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2006, p. 17-18).

A autora faz então a conexão entre *memória individual* e *memória coletiva*, já que o monumento tem o papel fundamental de servir de testemunho histórico a futuras gerações.

Le Goff (1990), ratifica essa visão ao afirmar que a *memória coletiva* e a história são aplicadas a dois tipos de materiais: os monumentos e os documentos. Para o autor, os monumentos são “herança do passado” e os documentos “escolha do historiador”. O monumento associa-se “ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos [...]”. Já o documento, que provém do termo em latim *documentum*, deriva de *docere*, que significa ensinar, e que evoluiu para o termo provar, utilizado comumente na área jurídica. “É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX”. (LE GOFF, 1990, p.535)

Torna-se patrimônio o monumento escolhido por uma comunidade para perpetuar a sua história. Cuidar do patrimônio envolve a preservação da memória e das tradições, fatores importantes na construção da identidade coletiva. Poulot (2009, p.203) ensina que a noção de patrimônio remete a um conjunto de posses que uma vez identificados, são transmissíveis, mobilizando desde um grupo de pessoas à uma sociedade, desenhando um conjunto de valores que articulam “o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mudanças e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade”.

Camargo e Goulart (2015, p.19) declaram como centros de memória, “centros de difusão do saber, ou espaços culturais de formação ou ainda como núcleos de coleta, preservação e transmissão de nosso patrimônio cultural”, instituições cuja missão seja “tornar acessível a informação contida nos respectivos acervos.”

Segundo Rodrigues (2016, p.23), a história das bibliotecas está intimamente relacionada ao surgimento da escrita. No primórdio sua função era basicamente servir como depósito onde o material era guardado de forma organizada, porém, ao longo de sua evolução, assumiu diversas funções e adquiriu vários perfis: pública, especializada, popular, universitária, escolar e infantil. Independentemente de sua tipologia as

bibliotecas adquiriram a responsabilidade de promover a ação cultural além de salvaguardar a memória coletiva por meio do “registro escrito” para que futuras gerações tenham acesso ao patrimônio cultural.

Chagas (2009, p.160) afirma que nesse sentido existe uma aproximação entre memória e preservação, pois, segundo ele, “preservar é ver antes o perigo de destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento fatal”.

A maior parte do patrimônio documental existente está “guardado” em bibliotecas, arquivos e museus. Como manter esse bem cultural preservado visto que a matéria prima que o constitui pode se degradar com o tempo ou devido ao armazenamento indevido? O desgaste do material pode ocorrer devido a fatores internos que estão relacionados ao processo de fabricação ou fatores externos que vão desde a iluminação inadequada, umidade relativa do ar instável, agentes biológicos, ventilação oscilante, tratamentos inadequados de restauro até a desastres naturais ou mesmo vandalismo.

Uma das ideias que nortearam este trabalho foi a busca de informações sobre a trajetória da Biblioteca Euclides da Cunha, por acreditar que a perspectiva história poderá nos ajudar a encontrar soluções e alternativas para os graves problemas que a BEC enfrenta no presente.

Este caminho levou à pesquisa sobre algumas referências no campo da preservação e da conservação preventiva que pudessem se traduzir em ações capazes de garantir a permanência do patrimônio representado pela Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) e por seu acervo, analisando de forma realista as alternativas propostas para tal finalidade.

A BEC é, a contar de 1981, uma unidade da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Criada em 1937, como a Biblioteca da Secretaria de Estado do Ministério de Educação e Saúde, tinha a função de atender às necessidades informacionais dos funcionários do Ministério de Educação e Saúde (MES). Passou por mudanças de subordinação, três ministérios e três locais de guarda de seu acervo e esteve, desde 1944, sediada no 4º andar do Palácio Gustavo Capanema, em área especialmente projetada para abrigar a Biblioteca.

No entanto, desde setembro de 2016, em função das obras de restauração do Palácio, seu acervo encontra-se fechado e, para dar continuidade às suas atividades de difusão cultural, a BEC permanecerá em um local de guarda temporário. Em fevereiro de 2017, foi concluída a transferência do acervo administrativo, dos funcionários e dos equipamentos de escritório para a sala 704, no 7º andar do Edifício do Teleporto (Centro

Empresarial Cidade Nova), localizado na Avenida Presidente Vargas, n.º 3131, na Cidade Nova, bairro central da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, o acervo ainda se encontra no Palácio Capanema aguardando trâmites legais para que seja concluída a mudança. Parte do acervo está acondicionada em caixas enquanto a sua maior parte permanece ainda nas estantes, “protegidos” por lonas plásticas lacradas com fita adesiva.

Em seus 81 anos de existência, essa será a quarta mudança de uma instituição que tem sua história apenas parcialmente documentada, além da inserção de seu acervo em um ambiente em que as condições físicas e climáticas são completamente diferentes de seu local de guarda permanente.

Esse cenário foi definitivo para despertar o interesse sobre esse acervo, que teve importante papel ao ser utilizado como instrumento de pesquisa e qualificação dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento da educação e da saúde pública do país. Na década de 1940, teve destaque a atuação de seus profissionais na área da Biblioteconomia ao utilizarem práticas biblioteconômicas modernas para a época.

Os objetivos do projeto incluem reunir informações históricas sobre a BEC; propor ações que auxiliem na conservação preventiva desse acervo em seu local de guarda no Palácio Capanema, de acordo com o Plano de Gerenciamento de Riscos da FBN; assegurar a integridade dos bens no processo de mudança para o local provisório, bem como apontar ações necessárias para manter a estabilidade desse patrimônio, enquanto permanecer no local provisório.

A metodologia empregada consistiu primeiramente no levantamento de fontes primárias e secundárias, com o intuito de reunir informações sobre a história da Biblioteca Euclides da Cunha. As fontes pesquisadas foram: o Arquivo Administrativo da BEC, o Arquivo Pessoal de Gustavo Capanema no CPDOC/FGV, o Arquivo Central do Iphan do Rio de Janeiro, a Biblioteca Central de Gragoatá (BCG)/UFF, o Centro Arquivístico da Secretaria Municipal de Urbanismo da cidade do Rio de Janeiro e a Fundação Biblioteca Nacional. O segundo momento compreendeu a revisão bibliográfica dos conceitos de memória, patrimônio, patrimônio cultural, biblioteca pública, preservação, restauração, conservação, conservação preventiva e gerenciamento de riscos. Foi também realizado o mapeamento conceitual dos possíveis riscos que o acervo pode vir a sofrer, tendo como parâmetro o Plano de Gerenciamento de Riscos da Biblioteca Nacional. E, por último, a aplicação de um questionário em três instituições do MinC, que mantinham acervos no Palácio Capanema e que já concluíram o processo de transferência de seu patrimônio para

o local provisório. Foram enviados questionários para o Escritório de Direitos Autorais (EDA), o Arquivo Central do Iphan do Rio de Janeiro e para a Biblioteca Noronha Santos, do Iphan. No entanto, somente uma instituição respondeu ao questionário.

Sendo assim, este trabalho adquiriu a seguinte estrutura:

No primeiro capítulo, foi apresentada a contextualização, a caracterização e a atribuição de valor à biblioteca, por sua participação no processo do desenvolvimento do sistema educacional na gestão Capanema e sua utilização constante em ações de promoção da cultura em benefício do cidadão. As informações recolhidas nas fontes já citadas, além de artigos sobre construção e reformas do Palácio Capanema, deram o embasamento para a construção da parte histórica da pesquisa. Os anais e relatórios da FBN foram imprescindíveis para diagnosticar o quantitativo de atendimentos e empréstimos, desde 1972.

O segundo capítulo foi construído por meio dos dados recolhidos na revisão teórica sobre patrimônio, preservação, conservação e conservação preventiva, mais as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Riscos: salvaguarda e emergência, da FBN, além de outras informações que contemplassem a atual situação de interrupção dos serviços e possível transferência do acervo para novo local de guarda.

O último capítulo teve como subsídio o levantamento realizado no capítulo anterior, além de apresentar o resultado da aplicação do questionário com instituições cujos locais de guarda estavam situados no Capanema e concluíram a mudança para o Teleporto, o questionário encontra-se entre os anexos deste trabalho. Mediante os dados coletados foram propostas ações que auxiliem a conservação preventiva do acervo da BEC, tanto no Palácio Capanema, como durante o processo de mudança e a guarda no local provisório

1. DO PASSADO AO PRESENTE: Biblioteca Euclides da Cunha (BEC)

A Biblioteca do Ministério de Educação e Saúde (MES) foi criada pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, a mesma lei que organizou o Ministério. Aparece na sua Seção 5, como órgão complementar, com a responsabilidade de fazer “a aquisição, a classificação, a guarda e a conservação dos livros e demais impressos necessários aos trabalhos da Secretaria do Estado”¹.

O primeiro local de guarda da Biblioteca, desde a sua criação em 1937 e até 1941, situou-se sala 1610 do Edifício Rex, localizado na Rua Álvaro Alvim, 37, no centro do Rio de Janeiro, o mesmo local onde funcionou o Gabinete de Gustavo Capanema.² Ao longo do trabalho será possível perceber que a Biblioteca não mudará somente de local de guarda: devido à estruturação do Ministério, sofrerá mudanças de subordinação.

A primeira subordinação foi à Secretaria de Estado (1937-1941). Tinha então, como bibliotecário-chefe do setor, Octávio da Fonseca Machado, substituído por Emy do Amaral Pamplona, em 1941.



Figura 1: Primeira localização da Biblioteca do MES.

Fonte: Arquivo Administrativo BEC

¹ A Lei n.º378, de 13 de janeiro de 1937, cria órgãos como o Museu Nacional de Belas de Artes, o Museu Histórico Nacional, a Casa de Rui Barbosa, a seção Braille da Biblioteca Nacional, a Biblioteca do MES, o SPHAN e a Universidade do Brasil, entre outros órgãos destinados à Cultura.

² Ver **FREITAS** (2014, p.26)

O acervo da Biblioteca foi formado inicialmente pelos livros da antiga Diretoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação³, por obras que divulgassem o MES; por materiais sobre problemas gerais de administração e problemas pontuais relativos ao Ministério e obras para o aperfeiçoamento dos funcionários.⁴

Denominada como especializada⁵ em Administração Pública, Educação e Saúde, segundo o documento Instrução para Execução dos Serviços a Cargo da Biblioteca de Secretaria de Estado⁶, a Biblioteca tinha como objetivo atender às necessidades informacionais do ministro Gustavo Capanema e dos funcionários do Ministério. O documento apresenta as seguintes atribuições para a Biblioteca, em seu Cap. I - Encargos da Biblioteca:

- Empréstimo de obras ao gabinete do Ministro e funcionários, tanto para consulta no local como fora dele;
- Aquisição, classificação, guarda e conservação de livros que seriam utilizados como ferramentas de trabalho;
- Promover o envio de obras às bibliotecas subordinadas ao Ministério, das quais é possível destacar as bibliotecas da Casa de Rui Barbosa, do Instituto Benjamin Constant, Biblioteca Nacional, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Instituto Oswaldo Cruz, Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Cinema, Observatório Nacional, Museu Histórico Nacional e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atual Iphan);
- Formar coleções de todas as publicações editadas ou elaboradas pelo Ministério e organizar a sua bibliografia;
- Constituir um catálogo central que identificasse, por assunto, as principais bibliotecas especializadas do Ministério, mencionando também sua localização;

³ Decreto-Lei n.º 19.560, de 5 de janeiro de 1931, **D.O.** de 10 janeiro de 1931, p. 549 e **D.O.** de 24 de fevereiro de 1931 p. 2691

⁴ Ver: As bibliotecas e o aperfeiçoamento cultural do funcionalismo: uma contribuição valiosa ao preparo técnico dos funcionários. **A Manhã**, RJ, Ano 1942, Ed. 00222 (2) de 30 de abril de 1942. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04.04.18

⁵ Salasário (2000, p.105), em sua revisão de literatura sobre o tema, destaca que existem três princípios teóricos para definir uma biblioteca como especializada: “os que tratam do acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; os que falam do tipo de usuário que a frequenta; os que colocam o tipo de acervo associado ao usuário”.

⁶ Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GCg Capanema 1936.10.30 13/607**, 06 de fevereiro de 1937. Acervo CPDOC/ FGV.

- Efetuar permutas de obras que não fossem de seu interesse por outras de maior interesse;
- Publicar, de 5 em 5 anos, o catálogo das obras existentes na Biblioteca;
- Enviar à Secretaria de Estado, mensalmente, a relação das obras inseridas no acervo;
- Organizar índices informativos da legislação em vigor, principalmente decretos e atos administrativos referentes ao MES;
- Aquisição de obras para serviço de consulta de obras de cunho administrativo para os órgãos do Ministério que não dispunham de bibliotecas próprias.

A organização nas estantes era feita por meio de distribuições de classes, a saber: 0 Administração; 1 Educação; 2 Saúde; 3 Estatística; 4 Direito; 5 Legislação; 6 Publicações do Ministério; 7 Política; 8 Estudos sobre o Brasil e 9 Dicionários e Enciclopédias.

De acordo com a Portaria n.º 5, de 6 de fevereiro de 1937⁷, aos funcionários era permitido fazer empréstimo de obras do seu interesse, pelo período de 10 dias, mediante a comprovação de vínculo com o MES. Para os não funcionários esse serviço era realizado por meio de licença especial, concedida pelo ministro ou chefe de gabinete.

Com o intuito de fazer a Portaria n.º 5 se tornar válida, no dia 8 de fevereiro de 1937, por meio de comunicação oficial do Gabinete do Ministério ao Chefe da Biblioteca, é feita a recomendação para que haja o recolhimento de todos os livros pertencentes à Secretaria de Estado, com o intuito de verificar, um a um, os livros úteis ao MES e os que não se encaixavam no perfil da instituição, para que fossem enviados às diferentes bibliotecas da Secretaria. Já os livros que fariam parte do acervo, deveriam ser enviados para a encadernação (os que necessitassem desse reparo) a fim de preservar o patrimônio da biblioteca.

Foi então identificado, depois do recolhimento dos livros conforme mencionado, que ainda existiam cerca de 20 mil volumes no Edifício Syllogeu, cuja remoção e transferência para o Edifício Rex deveria ser realizada aos poucos, devido à falta de

⁷ Arquivo Administrativo BEC

meios materiais e humanos⁸. Além desse recolhimento, a Biblioteca executava serviços burocráticos e técnicos, entre os quais é possível destacar⁹:

Serviços Burocráticos

- Expedição/Recebimento de ofícios;
- Aquisição de livros (propostas enviadas ao Ministério com todas as informações necessárias);
- Elaboração de relatórios;
- Envio de livros para outras bibliotecas (de acordo com a Portaria n.º 5, de 6 de fevereiro de 1937)
- Provimento de material de expediente;
- Publicidade e informação dos serviços da biblioteca;
- Manutenção e limpeza das dependências.

Serviços Técnicos

- Seleção dos livros (não inclusos na Portaria n.º 5);
- Registro em livro-inventário (conhecido atualmente como livro de tombo);
- Catalogação (por meio de fichas), classificação e organização dos livros nas estantes;
- Manutenção dos catálogos;
- Preparação de boletins (atualmente conhecidos por *clippings*, ou o termo técnico Disseminação Seletiva da Informação - D.S.I);¹⁰
- Preparação da coleção para consulta e encadernação dos periódicos;
- Conservação das obras;
- Apresentação de estatísticas diversas e atendimento ao público (serviço de referência);

⁸ Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GC 36.10.303.5**, I 8, p.119. Acervo CPDOC/ FGV

⁹Serviços normais que competem à Biblioteca da Secretaria de Estado no desempenho de suas atribuições. **Ofício de 11 de junho de 1937**. Arquivo Administrativo BEC

¹⁰ CUNHA; EIRÃO (2012)

- Serviços extraordinários (recolhimento de livros, distribuição de publicações, fornecimento de informações bibliográficas, obtenção de livros com urgência para o Ministério, guarda de livros para outras repartições para posterior envio, entre outros).

Em resposta ao ofício que designava os serviços (burocráticos e técnicos) a serem realizados pela Biblioteca, o chefe do setor, Octávio da Fonseca Machado, envia a Carlos Drummond de Andrade¹¹, suas considerações sobre a realidade da repartição. O bibliotecário destaca que “tais serviços, somados os esforços que a sua execução requer, obrigam a um dispêndio de tempo que justifica a necessidade de um corpo de funcionários maior que o atual”. De acordo com o responsável pela Biblioteca, o serviço de consulta tinha a média de seis consultas diárias (que tomavam bastante tempo), além do serviço de tratamento técnico¹², o atendimento a outras bibliotecas do Ministério e o recolhimento de livros, tarefas praticamente impossíveis de serem realizadas por uma equipe de três pessoas: “1 bibliotecário de classe K, chefe da biblioteca; 1 bibliotecário da classe I, requisitado, por tempo limitado, da Biblioteca Nacional e 1 servente da classe C”. Nesse documento é sugerida a composição ideal para que uma equipe pudesse atender plenamente às exigências do Ministério, a saber:

- Chefe da biblioteca (funcionário técnico e de carreira que, além de gerir a instituição, seria responsável pela execução dos trabalhos burocráticos);
- Bibliotecário substituto (funcionário técnico e de carreira que, conforme o nome sugere, seja alguém com competência para substituir a chefia, quando necessário);
- 2 auxiliares de bibliotecário (para a execução dos serviços de consulta, registro de livros, encadernação e demais trabalhos necessários);
- 1 guarda-conservador (responsável pela conservação do acervo e auxiliar no serviço de consultas);
- 1 servente (encarregado de limpeza geral, transporte, fiscalização e serviços externos).

¹¹ Da Biblioteca da Secretaria de Estado à Carlos Drummond de Andrade, Presidente da Comissão de Eficiência. **Ofício de 11 de junho de 1937**. Arquivo Administrativo BEC

¹² Na época, catalogação, classificação e organização.

É possível notar que o Bibliotecário-chefe tinha a preocupação de que a Biblioteca desempenhasse os serviços propostos, sem descuidar da conservação do patrimônio do MES. Mesmo diante de um quadro reduzido de funcionários e da falta de espaço para a acomodação adequada do material bibliográfico, em dezembro de 1938¹³, o acervo era composto por 3.933 obras com 4.484 volumes, 1.263 folhetos, 378 revistas sendo 207 editadas no Brasil e 171 no estrangeiro. A equipe era composta por dois funcionários: 1 bibliotecário classe I e 1 arquivista interino, classe F, além do Bibliotecário-Chefe. Consta desse documento que, durante o ano de 1937, o setor funcionou com apenas 1 funcionário, além do Bibliotecário-Chefe.

O Ofício B n.º 135, de 8 de agosto de 1939¹⁴, enviado ao Chefe do Gabinete do MES, solicitava providências em relação ao excesso de peso na Biblioteca. Em anexo no documento, consta o parecer do engenheiro projetista Emílio Baumgart¹⁵, apontando a sobrecarga de 300 kg/m² aproximadamente, ou seja, o dobro do projetado. Apesar dessa situação não apresentar perigo, segundo o engenheiro, foi feita a recomendação de não ultrapassar esse peso, o que era impossível para uma biblioteca com tantas atribuições.

Segundo registros,¹⁶ até fevereiro de 1939, o setor era formado por três funcionários: 1 bibliotecário classe I, 1 escriturário classe G e 1 arquivista da classe F, além do Bibliotecário-Chefe. Em abril, é incorporado à equipe um servente classe C.

Em outubro de 1939, no relatório de estatísticas referentes a setembro¹⁷, o bibliotecário-chefe faz menção ao problema do sobrepeso e informa que embora esse excesso tenha sido aliviado devido ao envio de grandes remessas para outros setores, há um aumento de peso mensal com a inserção de periódicos e outras obras indispensáveis, o que equivalia à manutenção do peso anterior.

Segundo os documentos Estatística das Bibliotecas Federais: Questionário e Estatística das Bibliotecas do Instituto Nacional do Livro,¹⁸ no ano de 1940, a Biblioteca funcionava de segunda a sexta (das 11 h às 17 h) e aos sábados (das 11 h às 14 h). Possuía aproximadamente 12.323 volumes, divididos em 6.342 livros, 1.794 folhetos e 4.187 periódicos, tendo como instrumento de pesquisa catálogos organizados por título, assunto e ordem alfabética. A biblioteca dispunha então de oito funcionários para administrar o

¹³ Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GCg 1936.10.30**, p.63/607. Acervo CPDOC/ FGV

¹⁴ Arquivo Administrativo BEC

¹⁵ O engenheiro posteriormente trabalharia na parte estrutural do Palácio Capanema.

¹⁶ Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GCg 1936.10.30**, p.84/607. Acervo CPDOC/ FGV

¹⁷ Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GCg 1936.10.30**, p.111/607. Acervo CPDOC/ FGV

¹⁸ Arquivo Administrativo BEC

setor: um bibliotecário, um oficial administrativo, três escriturários, um zelador e dois serventes – ou seja, a solicitação para aumento do quadro de funcionários foi apenas parcialmente atendida visto que só foram acrescentados à equipe profissionais que não poderiam contribuir com o tratamento técnico do acervo. O valor estimado do acervo era de 130 contos de réis, somados à verba disponível para aquisição de livros de 20 contos de réis. Quanto ao perfil, era uma biblioteca especializada, sendo a consulta restrita aos funcionários que tinham livre acesso às estantes. O movimento mensal do acervo atingiu 397 consultas e o empréstimo, 99 obras. O controle contra o ataque de pragas biológicas ao acervo era feito por meio da substância 4 Lit. No questionário é apontado o problema de falta de espaço.

Por meio do Decreto-lei n.º 3.112, de 12 de março de 1941, a Biblioteca deixa de ser subordinada à Secretaria do Estado para fazer parte do Departamento de Administração do Ministério, passando a ser conhecida como Biblioteca do D.A. tornando-se essa a segunda mudança de subordinação dentro do mês. A Biblioteca permanecerá assim no período de 1941 a 1946.

Em 14 de maio de 1941, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP¹⁹), Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, envia à Biblioteca um questionário²⁰ com a finalidade de avaliar o profissional à frente do setor. Foram feitas questões sobre as atribuições do bibliotecário no estabelecimento, o nível de escolaridade e conhecimento, sugestões de conhecimentos que poderiam ser úteis ao profissional no exercício de sua carreira e pontos básicos que deveriam compor o programa de prova dos candidatos. Esse levantamento fazia parte de um conjunto de atividades que estavam sendo desenvolvidas por Gustavo Capanema para o desenvolvimento da carreira de bibliotecário no Ministério, inserido em projeto maior de desenvolvimento da educação no país. É possível observar também a expansão do campo da biblioteconomia, com a criação do curso da Biblioteca Nacional e a introdução de práticas modernas de tratamento de acervo. É possível destacar que a Biblioteca do MES se sobressaía por sua organização dentro dos mais modernos padrões para época como a classificação do acervo por meio do sistema Decimal de Dewey²¹.

¹⁹ A criação do DASP em 1938 foi para estimular, desenvolver, coordenar e aperfeiçoar a ação do Estado no “âmbito da administração geral.” (SANTOS; LIMA, 2016, p.484)

²⁰ Informações sobre a carreira de Bibliotecário. **Questionário de 14/05/1941**. Arquivo Administrativo BEC

²¹ Consiste da organização dos livros por grandes classes gerais (000 a 900) agrupados por assuntos. Para mais informações ler NUNES (2007).

A Biblioteconomia já vinha tendo um avanço expressivo no país a partir do ano de 1910, tendo como marco a transferência da Biblioteca Nacional, após 100 anos de existência, para o novo prédio na antiga Av. Central, atual Av. Rio Branco, 219 – Centro – Rio de Janeiro²². O prédio foi construído pelo engenheiro e general Francisco Marcelino de Souza Aguiar, com a capacidade para armazenamento de um milhão e meio de livros impressos e demais tipos de acervos que a BN abriga (manuscritos, estampas etc.)²³.



Figura 2: Fachada principal da Biblioteca Nacional, [1910?]

Fonte: FERREZ, Marc. Acervo BN Digital, icon244976.

Dias et al. (2015, p. 17) afirma que já existia nesse período uma preocupação com o nível intelectual dos candidatos que iriam trabalhar na instituição, pois consta em registros que eles passavam por provas de História Universal, Geografia, Literatura, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Classificação de Manuscritos e Línguas (traduções de Latim, Francês e Inglês).

O Decreto n.º 8.835, de 11 de julho de 1911, que aprovou o regulamento da Biblioteca Nacional apresenta no item Organização da Biblioteca, do Art. 1 ao 3, a divisão dos serviços em quatro seções: 1ª, impressos; 2ª, manuscritos; 3ª, de estampas e cartas

²² A Biblioteca funcionava anteriormente em um casarão na Rua do Passeio, mesmo local onde hoje se encontra a Escola Nacional de Música.

²³ Biblioteca Nacional. **Histórico**. Disponível em: < <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

geográficas e 4ª, medalhas e moedas. As três primeiras divisões seriam dirigidas por um bibliotecário e a última por um sub-bibliotecário. Os responsáveis por cada seção deveriam prezar pela guarda, a conservação, a catalogação, a exposição e a consulta aos objetos que as constituíssem.

O referido decreto também apresenta, do art. 34 ao 42, a estruturação do curso de Biblioteconomia, que seria constituído por ensino teórico e prático, com uma hora-aula por semana para cada disciplina e o número máximo de 25 candidatos que aprenderiam bibliografia, paleografia e diplomática e iconografia e numismática, que refletiam o acervo que a BN guardava. Segundo Dias et al. (2015, p.19) por motivos diversos, do período entre a instalação e o funcionamento, passaram-se quatro anos, ou seja, o primeiro curso passou a funcionar somente em 1915, e, até 1922, o curso teve baixa procura.

Com a mudança do acervo de numismática da Biblioteca para o Museu Histórico Nacional, a 4ª seção, de medalhas e numismática, foi extinta, bem como a disciplina relativa ao tema no curso de Biblioteconomia. O Decreto nº 15.670, de 6 de setembro de 1922, determinará a inserção de publicações periódicas, mudando também a orientação sobre a gestão da nova seção, que passou a ser dirigida por um bibliotecário.

O curso continuou funcionando normalmente, porém, o Museu Histórico Nacional passou a ser responsável pela aula de numismática. Ainda de acordo com o relato dos mesmos autores, de 6 de setembro de 1922 a 17 de novembro de 1931, o curso foi suspenso por falta de verbas, sendo restabelecido em 17 de novembro de 1931 por meio do Decreto nº 20.673.



Figura 3: Parte da plateia da aula inaugural do Curso de Biblioteconomia na BN, 10.04.1915

Fonte: Acervo BN Digital, icon858483.

A mudança significativa acontece a partir de 1º de janeiro de 1934, quando os participantes do curso passam a receber um certificado que lhes permite uma vantagem quanto ao exercício da profissão, principalmente na capital da República, podendo aquele que concluiu o curso ser empregado como efetivo, interino, contratado ou em comissão, em qualquer repartição pública federal. O ensino da Biblioteconomia na Biblioteca Nacional tinha como modelo o ensino europeu da profissão, que dava ênfase ao caráter erudito.

As bibliotecas localizadas no estado de São Paulo tinham o caráter regional, e por este motivo as disciplinas ensinadas no curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional não atendiam às necessidades dos profissionais, que passaram a se inspirar em técnicas de organização de acervo mais modernas aplicadas nas bibliotecas norte-americanas. Essa busca por estas novas práticas despertou a necessidade de reformulação do ensino da Biblioteconomia no Brasil.

Eram bibliotecas sem fundo apreciável no que se refere à produção bibliográfica anterior ao século XIX. Eram tipos de bibliotecas que se ajustavam, com maior propriedade, ao novo sentido da formação técnica do bibliotecário moderno, amparada no exemplo norte-americano. No Distrito Federal, apesar do Curso da Biblioteca Nacional, as outras bibliotecas se ressentiam de uma preparação mais racional, mais prática, dos bibliotecários aos quais eram confiados os seus serviços. De nada valiam, para esses casos, os conhecimentos altamente especializados ministrados no Curso da Biblioteca Nacional. (DIAS et al., 2015, p.19)

O Instituto Mackenzie, em São Paulo, em 1929, contratou a assessoria da bibliotecária americana Dorothy Muriel Geddes com a dupla finalidade de preparar a bibliotecária do instituto para se candidatar a uma bolsa de estudos no curso de Biblioteconomia nos Estados Unidos e substituí-la durante a sua ausência

Para Dias et al. (2015, p. 20) a partir dessa iniciativa o primeiro curso de Biblioteconomia em São Paulo foi formado. Dorothy Gueddes ministrou um curso intensivo com a duração de 8 meses, do qual 6 pessoas participaram, mas somente a bibliotecária do Instituto, Adelpha Rodrigues Figueiredo, conseguiu concluí-lo e, assim, conseguir a bolsa de estudos na American Association of University Women, onde pôde ingressar no curso da Escola de Biblioteconomia da Columbia University. Com sua volta para São Paulo, em 1931, retomou suas atividades na Mackenzie e prosseguiu

ministrando o curso de Biblioteconomia em São Paulo, formando mais cinco pessoas. As disciplinas básicas do curso eram: Catalogação, Classificação, Referência e Organização. Dando uma base mais sólida para o exercício da profissão.

As reformas ocorridas na Prefeitura de São Paulo, no ano de 1935, tiveram a feliz oportunidade de levar à direção de seu Departamento de Cultura, o escritor Mário de Andrade. Diversas alterações se verificaram no setor biblioteconômico, salientando-se a criação de um curso de Biblioteconomia, que deveria funcionar com elementos da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura. Com o aparecimento dessa Escola de Biblioteconomia, que passou a funcionar no prédio da Escola de Comércio Álvaro Pentecoste, no recinto ocupado pela Escola Livre de Sociologia e Política, deixou de existir o Curso mantido pelo Instituto Mackenzie. (DIAS et al., 2015, p.20)

Tendo como diretor Rubens Borba de Moraes, as disciplinas de Catalogação e Classificação eram ministradas por Adelpha Rodrigues Figueiredo. História do Livro foi inserida ao programa, em 1937, como complemento à disciplina Referência²⁴.

A Escola de Biblioteconomia de São Paulo prestou serviços de maior relevância para o desenvolvimento da profissão no país, pois proporcionou a descentralização do ensino, por meio de concessão de bolsas de estudos, estimulando pessoas de outros estados a participarem, se instruírem após a conclusão do curso e difundir a prática ao retornarem para suas instituições. Os reflexos dessas práticas modernas chegaram à capital da República, que precisou tomar providências para se adequar ao novo fazer da profissão.

O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), empreendendo ampla reforma administrativa, determinou a divisão da carreira de Bibliotecário em “Bibliotecário” e “Bibliotecário-auxiliar” (Decreto-lei nº 2.166, de 6 de maio de 1940). Pelo decreto nº 6.416, de 20 de outubro de 1940, o DASP instituiu um Curso de Biblioteconomia intensivo, a ser realizado em seis meses, com a finalidade de proporcionar aos ocupantes da carreira de “bibliotecário-auxiliar”, o acesso à carreira principal. Esse Curso funcionou até 1944. Os métodos adotados foram os modernos, nos moldes americanos, já adotados em São Paulo, e suas matérias se constituíram: a) Catalogação e Classificação; b) Bibliografia e Referência; c) Organização e Administração de Bibliotecas. (DIAS et al., 2015, p. 21)

²⁴ Segundo Dias et al. (2015, p. 20), o curso deixou de funcionar em 1939, por determinação da prefeitura, voltando em 1940 como Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política.

A Biblioteca do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), durante a gestão Capanema, se torna uma das mais importantes instituições de coleta, tratamento e disseminação de informação técnico-científica. A bibliotecária Sylvia de Queiroz Grillo, nomeada pela Portaria n.º 43, de 31 de outubro de 1938, foi a primeira responsável pela instituição, quando retornou dos Estados Unidos após ter concluído o curso de Biblioteconomia. Cumprindo um acordo com o Ministro, deu início ao treinamento de funcionários federais (a maioria do DASP) que estavam interessados em aprender o ofício da Biblioteconomia, as pessoas que passavam por esse treinamento eram conhecidas como “estagiários”. (ODDONE, 2013, p.79)

A irmã mais nova de Sylvia de Queiroz, Lydia de Queiroz Sambaquy, também começou a participar desses treinamentos realizados pela Biblioteca do DASP, em 1938, e resolveu se matricular no curso oferecido pela Biblioteca Nacional. Depois de sua formatura, em 4 de junho de 1941, foi nomeada bibliotecária interina do quadro de funcionários do Ministério de Educação e Saúde, passando a fazer parte do corpo de funcionários da Biblioteca do Departamento de Administração, como substituta do bibliotecário-chefe, Octávio da Fonseca Machado. Quando a irmã se afastou da direção da Biblioteca do DASP, Lydia assumiu o seu posto dando continuidade ao trabalho bem-sucedido.

O processo de constituição da biblioteconomia como campo de atuação profissional no Brasil envolveu ainda um ponto de passagem obrigatória: transformada em laboratório de práticas para bibliotecários aspirantes, a Biblioteca do DASP representava um verdadeiro centro de cálculo, produzindo ciclos de acumulação de inscrições e conhecimento especializado (ODDONE, 2013, p.83-84)

Com o intuito de fomentar a comunicação com outras bibliotecas do serviço público federal e estadual, Lydia Queiroz promovia discussões na *Revista do Servidor Público*, entre as quais podemos citar o questionamento sobre qual seria o mais adequado sistema de classificação: o de Dewey ou o de Bruxelas?

Lydia defendia que a biblioteca, desde a pública à especializada, deveria ser atuante na promoção da educação e da cultura nacional, por isso deveria primar por um trabalho de qualidade. Argumentava que o acervo deveria ser de livre acesso ao usuário,

proporcionando experiência única com o devido auxílio técnico, e estimulava a catalogação cooperativa²⁵.

“Catalogação cooperativa, a seleção e a disseminação seletiva da informação, a criação de bibliotecas públicas, os catálogos coletivos, a organização de sistemas de bibliotecas e a reunião de recursos bibliográficos em órgãos” (ODDONE, 2013, p.86-87), foram ideias implementadas com a criação Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, o IBBD²⁶, anos mais tarde.

Na Biblioteca Nacional também já se fazia sentir a necessidade de algumas reformas, não só em seus serviços, como também no Curso de Biblioteconomia. A administração Rodolfo Garcia (Diretor no período de 1933 a 1942), justiça lhe seja feita, não foi infensa às inovações reclamadas. A organização da nova Seção de Referência e a Reforma dos Cursos de Biblioteconomia, em 1944, foram duas realizações que muito distinguem, no setor técnico, o ilustre historiador, homem erudito, que soube compreender as exigências da biblioteconomia moderna. Para a execução das reformas mencionadas, a direção da Biblioteca Nacional contou com a colaboração eficiente da bibliotecária Cecília Roxo Wagley e do técnico de educação professor Josué de Sousa Montello (autor da Reforma dos Cursos de Biblioteconomia e seu primeiro Diretor, de 1944 a 1948). (DIAS et al., 2015, p. 21)

A Biblioteca do D.A. passa a incorporar também esses moldes modernos de organização, equiparando-se à Biblioteca do DASP em relação à qualidade do serviço prestado.

De acordo com o Ofício B. n.º 431, de 29 de novembro de 1941, a bibliotecária Emy Pamplona explicou ao Gabinete do MES as modificações²⁷ que ela julgava necessário realizar, e enviava a resposta de um formulário apresentado pelo DASP sobre as bibliotecas federais. Entre os artigos de maior relevância que apresentam a organização e a função que a Biblioteca do D.A. exercia:

²⁵ Catalogação realizada por várias bibliotecas, tendo uma como responsável por repassar os dados catalográficos, de forma a padronizar o serviço e agilizar o tratamento do acervo. Inicialmente, também tinha o intuito de incluir a Classificação Dewey no acervo. Mais informações ver **GODINHO; FARIA** (2014).

²⁶ Atualmente conhecido como IBCT – Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia, o IBBD foi criado pelo Decreto n.º 35.124, de 27 de fevereiro de 1954, por sugestão da Unesco à FGV, para que houvesse no Brasil um centro de nacional de bibliografia. Fonte: <http://www.ibict.br/sobre-ibict/historico-1/impressao>. Acesso em: 07 abr. 2018.

²⁷ Arquivo Administrativo BEC

- Art. 104: A Biblioteca será organizada por seções especializadas de acordo com os assuntos, de forma a atender diferentes divisões;
- Art. 105: Sua organização terá os setores de: Empréstimo e Referência; Classificação²⁸ e Catalogação; Aquisição, Registro e Permuta; e Publicidade, Estatística e Conservação;
- Art. 106: O setor de Empréstimo e Referência tem a competência: fornecer, por empréstimo os livros e outras obras de interesse; controlar o prazo de empréstimo e, sob vigilância, dar acesso às estantes e à sala de leitura; emitir avisos de cobrança a quem estiver com atraso na devolução e, se necessário, enviar ao D.P.E., para desconto em folha; verificar o estado de conservação do material devolvido; organizar a coleção nas estantes e orientar ao leitor como fazer buscas nos catálogos;
- Art. 107: O setor de Classificação e Catalogação tem como competência: classificar os livros para organização nas estantes, organizadas por métodos racionais: o catálogo-dicionário, catálogos auxiliares, fichário legislativo e o catálogo sistemático com as resoluções e atos oficiais do Ministério, índice analítico das publicações, estudos e publicações periódicas nacionais e estrangeiras;
- Art. 108: Compete ao setor de Aquisição, Registro e Permuta: promover recursos necessários para a ampliação e conservação do acervo; providenciar a aquisição e assinatura de publicações; manter a permuta de publicações oficiais e duplicatas de livros e revistas entre bibliotecas nacionais e estrangeiras; fazer o registro dos materiais (livros, folhetos e periódicos);
- Art. 109: Ao setor de Publicidade, Estatística e Conservação compete: organizar, promover a impressão e distribuição das publicações; propor conferências e certames que estimulem o gosto pela leitura; organizar listas bibliográficas para distribuições informando as novas publicações; estatísticas comparativas; promover o expurgo dos volumes, prezando a conservação; controlar e enviar livros para encadernação e manter atualizado o inventário dos bens utilizados pela Biblioteca;

²⁸ Adoção do sistema de Classificação Decimal de Dewey. **Ofício B nº 382**, de 22 de setembro de 1941. Arquivo Administrativo BEC

- Art. 112: Com a criação do Serviço de Bibliotecas (S.B.E.) no Ministério, a Biblioteca do D.A. será o órgão central responsável por orientar e organizar as bibliotecas das repartições subordinadas ao MES, de forma a promover o desenvolvimento das mesmas.
- Art. 126: A Biblioteca é a responsável pela aquisição, classificação, conservação, guarda e divulgação dos livros e publicações de interesse do Ministério;
- Art. 128: As repartições interessadas devem fazer a sugestão de compra de publicações de seu interesse.

Em 1941, a Biblioteca do Departamento de Administração foi transferida para o Edifício Piauí, na Av. Almirante Barroso 72, salas 308 a 312, no centro do Rio de Janeiro, sendo essa a segunda mudança de local de guarda do acervo. A divisão permaneceu nesse local até 1944, quando a construção do Prédio do MES foi concluída.



Figura 4: Segunda localização da Biblioteca do MES
Fonte: Arquivo Administrativo BEC

1.1. A construção do Prédio do Ministério de Educação e Saúde

A busca pela identidade nacional em diversos segmentos na arte, visando romper com estilos que remetiam à Primeira República, ganhou força de expressão também na arquitetura.

A intenção de fundar um novo tempo constituidor da nação brasileira fazia parte, na verdade, das formas que o drama da modernidade assumiu, na década de 1920, em que se depositou imensa carga simbólica na materialidade da nação. Esse aspecto foi, sem dúvida, divisor de águas das diferentes experiências de enfrentamento do choque de temporalidades vivido até então.

No ano do centenário da Independência, além da realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, que teve um forte apelo performático, diversos eventos comemorativos foram organizados, revelando, pelas suas profundas distinções, as posições em quanto às representações de Brasil (e dos diversos objetos de comemoração). (CHUVA, 2009, p.101)

O Ministério de Educação e Saúde funcionava de forma descentralizada em alguns prédios alugados no centro da cidade e, por esse motivo, Capanema idealizou a construção de um prédio para abrigar todos os setores daquele órgão, o que além de inovar, facilitaria a comunicação interna.

Segundo Segre (2013, p.78) o projeto para construção do prédio, deveria seguir as normas urbanísticas municipais estabelecidas para a área do centro do Rio de Janeiro, baseadas nas orientações deixadas pelo arquiteto e urbanista francês Donat-Alfred Agache, para a área oriunda do desmonte do Morro do Castelo, em 1922.

Capanema, com autorização do presidente Vargas, efetuou a compra do terreno retangular da Quadra F na Esplanada do Castelo, situado entre as ruas Araújo Porto Alegre, Graça Aranha, Pedro Lessa e da Imprensa, cujas dimensões formavam uma área retangular de 91,60 m por 69 m.

O Edital de Concorrência Pública para o Concurso de Projeto do Edifício²⁹ do Ministério de Educação e Saúde Pública data de 25 de abril de 1935, publicado sobre o Processo n.º 6870/35, assinado por Souza Aguiar. O concurso consistia em duas provas consecutivas: na primeira, o candidato precisava apresentar plantas baixas de cada pavimento e da cobertura, o desenho da fachada principal, perspectiva do ângulo e corte. Na prova final, era indispensável uma apresentação minuciosa com plantas de cada pavimento e cobertura, cortes longitudinal e transversal, desenho das fachadas, interiores e exteriores, desenho do *hall* e escadaria principal, além de perspectiva do ângulo com o horizonte de dois metros de altura e distâncias mínimas suficientes, de acordo com o item 7 do Edital, para evitar deformidades. Era vetada a participação de arquitetos pertencentes à Superintendência de Obras e Transportes do MESP. Os trabalhos da primeira prova

²⁹ Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GCf 1934.10.19**, p.20/1536. Acervo CPDOC/ FGV

deveriam ser depositados no quarto andar da Biblioteca Nacional até as 14 h do dia 31 de maio.

A comissão julgadora foi formada por um professor da Escola Nacional de Belas Artes, um professor da Escola Politécnica, um representante do Instituto Central de Arquitetos e pelo superintendente de Obras e Transporte.

Segundo o item 22 do Edital, o concurso teria cinco projetos selecionados para concorrer na prova final. A premiação para o primeiro lugar era 40:000\$000 (quarenta contos de réis), o segundo lugar 20:000\$000 (vinte contos de réis) e os demais candidatos 6:000\$000 (seis contos de réis). O preço total da construção não poderia exceder 7.000:000\$000 (sete mil contos de réis), baseando-se no cálculo do metro quadrado de piso a 500\$000 (quinhentos mil contos de réis).

É possível observar no Anexo do Processo informações sobre a organização administrativa do Ministério. O Ministro tinha a preocupação que o novo ambiente atendesse às necessidades de cada setor e, por isso, se encontra nessa parte do documento a descrição dos espaços a serem atendidos para o seu bom funcionamento.

Os três projetos finalistas, apesar de atenderem às especificações, não apresentavam os ideais de renovação de Capanema. O projeto vencedor, do arquiteto Archimedes Memória, foi o que mais se aproximou do proposto pelo Edital, porém, nele não havia indicação de inserção de pinturas, murais ou painéis. A falta de elementos artísticos e renovadores causou o descontentamento do Ministro.

O resultado do concurso foi anunciado em 1º de outubro de 1935 e sua anulação foi decretada em virtude da Lei n.º 193, de 17 de janeiro de 1936, que isentava da formalidade sobre a construção do Ministério exigida no artigo 5º da Lei n.º 125, de 3 de dezembro do ano anterior, abrindo brecha para que outra equipe, que não estivesse entre as três finalistas, apresentasse outro projeto³⁰.

O ministro da Educação, Gustavo Capanema, inspirado por uma mistura de visão, audácia e bom senso que o caracterizava, tomou a decisão pessoal que mais contribuiu para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil.

Apoiado na opinião de vários críticos respeitados, em particular, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Manuel Bandeira, e também na de M. Piacentini, arquiteto italiano que vinha colaborar no projeto da Cidade Universitária, Capanema, depois de premiar os ganhadores, pediu a Lúcio Costa, um dos desclassificados, que apresentasse um novo projeto. A pedido deste,

³⁰ Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GCf 1934.10.19**, p.668/1536. Acervo CPDOC/FGV

o convite foi estendido aos outros arquitetos desclassificados. (Bomeny, 2001, p.27)

O novo projeto, proposto em 1º de abril de 1936, que orientou a construção do prédio ícone da arquitetura moderna no país, pertencia à equipe formada pelos arquitetos Lúcio Costa, Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer, com a consultoria do arquiteto suíço Le Corbusier.

A inauguração do prédio aconteceu no dia 3 de outubro de 1945 e contou com a presença de Getúlio Vargas. O tombamento pelo Sphan, em 1948, teve como justificativa o fato de ser a primeira edificação monumental planejada e executada nos princípios da arquitetura moderna e construída especificamente para ser sede de serviços públicos (MIRANDA, 1948).

A estrutura do prédio se destacava entre os demais em seu entorno. A fachada voltada para o mar recebeu grandes caixilhos envidraçados para solucionar o problema da pouca insolação³¹. As persianas dispostas em todos os andares permitiam administrar a intensidade da luz solar. Na fachada oposta, por receber à tarde grande incidência de raios solares, foi adotado o sistema de *brise soleil*, proposto por Corbusier. Tratava-se do uso de “placas duplas horizontais, basculantes de cimento amianto, com propriedades isotérmicas, armadas em ferro e apoiadas em lâminas verticais de concreto, ligadas aos pisos de cada andar.” Dessa forma a ventilação seria garantida pela variação da temperatura em cada fachada e também pelo tipo de divisão interna adotado, não impedindo a circulação do ar (MIRANDA, 1948).

Além dessa estrutura diferenciada, a jardinagem, os azulejos expostos, as pinturas e esculturas dão ao conjunto o valor artístico. No interior do edifício há 21 obras de Portinari, 12 de Bruno Giorgi, três de Celso Antonio, duas de Luiz Goulart e obras de Lipschutz, Adriana Janacopulos, Guinard e Pancetti.

Foi nesse contexto artístico e arquitetônico que a Biblioteca foi inserida no quarto andar do novo edifício. O salão, com 786,30 m², teve mobiliário e luminárias projetados por Oscar Niemeyer exclusivamente para o setor. Parte desse mobiliário encontra-se preservado até os dias atuais no local.

Seu interior conta com uma parede de vidro curvo, dois sofás em couro em formato diferenciado na sala da coordenadoria e sala de processamento técnico, SL2, cinzeiros em

³¹ Palácio Gustavo Capanema, [198-]. Arquivo Administrativo BEC

pé, mesinhas de canto em formato de palhetas, mesas de trabalho e luminárias, três telas de 1 m de comprimento e 90 cm de altura, duas esculturas em gesso com 1 m de comprimento e 40 cm de altura, além dos seguintes móveis em madeira³²:

- Catálogo bibliográfico com 7,30 m de comprimento, 50 cm de largura, 1 m de altura e 312 gavetas, das quais, atualmente, 126 gavetas em utilização contêm 120.000 fichas catalográficas;
- Sala de Processamento Técnico-SL1: 1 Estante com 1,55 m de comprimento, por 30 cm de largura e 2 m de altura; Sala de Xerox, 1 Estante com 4,75 m de comprimento por 30 cm de largura e 2 m de altura;
- Balcão de referência/ recepção: 1 Estante com 5,30 m de comprimento por 67 cm de largura e 80 cm de altura e Armário gaveteiro com 90 cm de comprimento, 50 cm de largura, 1 m de altura;
- Salão de leitura: 1 Estante com 4 m de comprimento, 30 cm de largura, 1 m de altura, 1 Estante contígua à sala do processamento técnico - SL1 (estante de referência) medindo 7,20 m de comprimento, 30 cm de largura, 1 m de altura; 2 Estantes contíguas abaixo das janelas (estante de referência) com 10,20 m de comprimento, 30 cm de largura e 1 m de altura, 2 Estantes contíguas à sala do processamento técnico - SL2 (estante de referência) com 7,90 m de comprimento, 30 cm de largura e 1 m de altura; 1 mapoteca com 2 m de comprimento, 1,20 de largura e 1 m de altura; 6 Arquivos para guarda de folhetos com 1,05 m de comprimento, 46 cm de largura e 1,65 m de altura, 2 Estantes/Expositores com 1 m de comprimento, 40 cm de largura e 1,73 m de altura;
- Sala de processamento técnico - SL2: 1 Estante com 1,65 m de comprimento, 30 cm de largura e 1 m de altura; 1 Estante com 7,90 m de comprimento, 30 cm de largura e 1 m de altura.

Não foi possível identificar informações técnicas quanto à adequação do espaço, sob os aspectos climatológicos e segurança do acervo no projeto. O instrumento de pesquisa para recuperar o acervo, no período de inauguração da Biblioteca passa a ser o catálogo bibliográfico descrito acima.

³² Documento Biblioteca Euclides da Cunha: história, momentos e memória, 2016. Arquivo Administrativo BEC



Figura 5: Salão de leitura, destaque para o balcão de atendimento da Biblioteca do MES, [194-].
Fonte: Arquivo Administrativo BEC



Figura 6: Mesa do bibliotecário de referência, MES [194-].
Fonte: Arquivo Administrativo BEC



Figura 7: Móveis do salão de leitura, em detalhe, estantes de referência em madeira e janelas internas de vidro, MES [194-].
Fonte: Arquivo Administrativo BEC



Figura 8: Salão de leitura, vista parcial do balcão de atendimento e destaque para o catálogo-dicionário, à direita, MES [194-].
Fonte: Arquivo Administrativo BEC



Figura 9: Equipe técnica, da esquerda para a direita a bibliotecária-chefe Emy Pamplona, MES, [194-].

Fonte Arquivo Administrativo BEC

O informativo *A Biblioteca*³³ relata que “a Biblioteca do Ministério de Educação e Saúde, com a sua nova e magnífica instalação, proporciona aos leitores que a procuram um ambiente de grande conforto para os seus estudos e pesquisas”. Além do ambiente ideal para pesquisas a Biblioteca se destaca por realizar empréstimo domiciliar mediante prova de identidade e pela ausência de qualquer formalidade para consulta na sala, além de acesso livre às estantes. Segundo o informativo, o caráter da Biblioteca é “mais ou menos” especializada em administração, educação e saúde. A tendência era “se tornar de natureza geral”, visto que a mesma aceitava sugestões de aquisição de livros. Conforme mencionado no início deste trabalho, a Biblioteca organizava o acervo seguindo as modernas orientações do Sistema de Classificação Dewey, proporcionando ao leitor facilidade para encontrar várias opções para sua pesquisa, já que as obras ficavam ordenadas por assuntos dentro das grandes classes nas estantes.

O catálogo-dicionário era utilizado como instrumento de localização das obras. Apresentava em ordem alfabética os autores, títulos das obras e assuntos tratados. Esse catálogo é hoje uma peça de valor histórico, apenas para aqueles que têm o desejo de

³³ *A Biblioteca*: Suplemento do **Boletim do D.A.S.P.**, p.170, v.1, n.12, dez. 1944. Arquivo Administrativo BEC

compreender como era o principal instrumento de recuperação do acervo de uma biblioteca, pois graças à informatização, as fichas manuais deixaram de ser produzidas.

O Ministério possuía um grande número de bibliotecas especializadas dentro de seus setores particulares, como as dos colégios, escolas, faculdades, institutos, entre outros, incluindo-se aqui a Biblioteca Nacional, cuja coleção bibliográfica é geral e tem como missão ser Depositária Legal do patrimônio bibliográfico do país. Nesse contexto, a Biblioteca do MES ganhou notoriedade junto à população que a frequenta e destaque em jornais locais. Um dos destaques é o livre acesso dos leitores às estantes. O jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro³⁴, por exemplo, destaca o conforto do novo espaço e promove os serviços da biblioteca do MES, como o empréstimo de livros.

Em 1945, a Biblioteca recebeu a visita de um numeroso grupo de estudantes paulistas do curso de Biblioteconomia da Escola Livre de Sociologia e Política, para conhecer melhor a aplicação na prática das disciplinas técnicas ministradas em seu curso³⁵. Freitas (2014, p.35) chama a atenção para o fato do curso de Biblioteconomia estar, nesse período, multiplicando-se no país, deixando de ser ministrado unicamente pela Biblioteca Nacional e em São Paulo pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, passando a ser ministrado em outras capitais brasileiras, por exemplo, Salvador³⁶, Porto Alegre³⁷, Recife³⁸ e Minas Gerais³⁹

Mediante esse quadro de expansão da procura pelos serviços da Biblioteca do D.A., Emy Pamplona, em 15 de março de 1945⁴⁰, faz um apelo, ao enviar a resposta do Processo n.º 3020, de 10 de janeiro de 1945, para o Ministério, apresentando as necessidades do setor, um projeto para Regimento e um quadro esquemático com os setores da Biblioteca e o número de funcionários necessários para desempenhar as tarefas. De acordo com a diretora, a Biblioteca possuía um acervo de 8.234 volumes, entre os quais somente 2.685 estavam catalogados e ainda havia mais 13.428 volumes a serem incorporados a ela. No

³⁴ Quer ler? A nova biblioteca do Ministério da Educação e Saúde e as facilidades que proporciona, *A Noite*, 17 de dezembro de 1944. Arquivo Administrativo BEC

³⁵ Bem impressionados com as bibliotecas dos ministérios. *Diário da Noite*, 08.09.45. Arquivo Administrativo BEC

³⁶ Decreto n.º 43.804, de 23 de maio de 1958. Aprova novo Estatuto da Universidade da Bahia, prevendo a criação da Escola de Biblioteconomia (art. 3º).

³⁷ Lei n.º 5.077, de 23 de agosto de 1966. Cria a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³⁸ Decreto n.º 59.114, de 23 de agosto de 1966. Concede reconhecimento ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco.

³⁹ Lei n.º 5.006, de 27 de maio de 1966. Cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia, e dá outras providências.

⁴⁰ Arquivo Administrativo BEC

novo prédio, o problema não era mais as instalações e sim a falta de profissionais, visto que o acervo em pouco tempo teria aproximadamente 30.000 volumes – fora o fato de que, diante desse cenário crítico de mão de obra, era também impossível organizar o acervo de periódicos.

Em 1945, a Biblioteca contava com uma equipe formada por um (1) bibliotecário, três (3) bibliotecárias extranumerários, dois (2) escriturários e um (1) datilógrafo. Para Emy, a solução seria investir em mais bibliotecários, já que a carreira estava se ampliando. De acordo com ela, o acréscimo à equipe de mais dois bibliotecários e sete bibliotecários auxiliares, resolveria um problema que precisava ser resolvido com urgência.

Um novo pedido para a ampliação do número dos funcionários encontra-se no Processo n.º 4.107 de 11 de março de 1946⁴¹, que apresenta as seguintes afirmações feitas pela chefe da Biblioteca:

A biblioteca é um órgão cultural, desempenhando papel relevante na educação do adulto. Sua finalidade visa a educação extra-escolar. Terá, pois, de estar aparelhada para esse fim, mantendo atualizados seus diversos catálogos onde os leitores irão buscar as informações de que necessitam. Portanto os serviços de classificação e catalogação devem-se manter ativos afim de evitar o acúmulo das aquisições. No entanto esse material novo se vem acumulando ao lado da parte de uma antiga que não foi, ainda, possível preparar, pela falta constante de pessoal, **problema com que luta a Biblioteca desde o início de sua organização.** [Grifo nosso] (Despacho. Processo n.º 4107/46)

Além das aquisições que estavam se acumulando por não ter quem as tratasse, os periódicos ainda se encontravam sem organização em 1946. Embora a Biblioteca representasse um importante local de pesquisa para a população do Rio, continuava a enfrentar problemas com a falta de funcionários e, por esse motivo, se manteve fechada por quatro meses, entre novembro de 1950 até março de 1951, reabrindo após a designação de dois funcionários⁴².

O fato de a Biblioteca ter um acervo atualizado em educação e saúde e permitir o livre acesso às estantes fez com que houvesse um aumento na procura do acervo por parte do público estudantil. Em novembro de 1951, um aluno apresenta uma crítica e sugestão ao Diretor do DASP, Arizio de Viana, e ao Ministro Simões Filho, em relação à Biblioteca da Secretaria de Estado. Segundo ele, em sua busca no acervo, não encontrou livros sobre

⁴¹ Lotação para a Biblioteca, processo n.º 4107/46. Arquivo Administrativo BEC

⁴² **O Globo**, 11 de janeiro de 1951. Arquivo Administrativo BEC

a temática que desejava⁴³. O leitor encerra o documento deixando a sugestão de que sejam adquiridos livros para estudantes ginásianos, técnicos de contabilidade e curso científico.

Em resposta à reclamação descrita acima, por meio do Ofício B n.º 3, de 15 de janeiro de 1952, enviado ao chefe de Gabinete do MES, Emy Pamplona esclarece que a instituição, por ser uma biblioteca especializada, tem apenas em sua coleção bibliográfica, livros que abordam os “problemas capitais” do Ministério⁴⁴.

A razão que veio reforçar também este modo de agir, foi já haver neste Ministério um grande número de bibliotecas. Uma pública – a Biblioteca Nacional, cuja coleção bibliográfica é geral, e as demais especializadas dentro de seus setores particulares como as dos colégios, escolas, faculdades, institutos, museus, departamentos, serviços, etc. Esta orientação torna-se necessária para uma restrição nas despesas que sobrecarregam o governo central. Como a Biblioteca do Ministério da Educação e Saúde não visa apenas atender aos estudantes e sim a um centro cultural, que é a capital da República, no seu acervo não se enquadra o tipo de obras a que se refere o jovem, nem as suas instalações comportariam o material bibliográfico necessário a grande classe dos estudantes.

De fato não existe nesta cidade biblioteca alguma que tenha material didático em nível secundário para o meio estudantil. Poderia, pois, o Ministério da Educação e Saúde, atendendo ao que sugere o estudante, fundar uma biblioteca deste tipo. (Ofício B n.º 3, 1952, p.1-2)

A reclamação feita por esse aluno demonstra a dificuldade que o público estudantil do Rio de Janeiro enfrentava para realizar suas pesquisas nesse período. A resposta à reclamação, feita por Emy, nada mais é que um pedido às autoridades para que se sensibilizassem com a causa estudantil, visto que até então a Biblioteca do MES não poderia corresponder a esses anseios por ser especializada. No ano seguinte, a divisão do MES em Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde, será determinante na mudança de perfil da Biblioteca de especializada para pública.

Enquanto esteve no MES, a Biblioteca foi subordinada à Secretaria de Estado (1937 a 1941), ao Departamento de Administração (1941-1946) e voltou a pertencer à Secretaria de Estado (1946-1953).

⁴³ Arquivo Administrativo BEC

⁴⁴ Arquivo Administrativo BEC

1.2. Biblioteca Pública e sua importância para a comunidade

Em 1953, houve a divisão do Ministério de Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Saúde (MS), por meio da Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953. Nesse momento a Biblioteca passou a fazer parte do MEC e seu acervo foi desmembrado, sendo a parte que correspondia à Saúde enviada para a pasta dessa área.

Além da mudança ministerial, houve mudança de perfil: a Biblioteca passa a ter o perfil de pública, tendo como maior número de frequentadores estudantes do ensino básico.

O aumento da procura da Biblioteca por estudantes se justifica pelo fato de que, embora o Ministério por meio do INL⁴⁵, promovesse ações para a criação e desenvolvimento de bibliotecas municipais e comunitárias, ainda faltava uma biblioteca de grande porte no centro da Capital, que atendesse a todo tipo de público.

Conforme no Ofício B n.º 3, de 15 de janeiro de 1952, mencionado na subseção 1.1 deste trabalho, ainda que a Biblioteca Nacional tivesse um acervo diversificado, a carência informacional desses estudantes não poderia ser satisfeita, visto que o foco principal da BN é a preservação. O campo da conservação e preservação voltado para obras bibliográficas ainda estava se desenvolvendo, e o manuseio frequente dessas obras fazia com que houvesse o desgaste do material de obras que não poderiam ser substituídas, muitas das vezes por serem exemplares únicos. Josué Montello⁴⁶, em seu discurso de posse para o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional, em 14 de janeiro de 1948, apresenta suas considerações em relações aos problemas identificados na instituição. Além das questões estruturais, o que mais lhe chamou a atenção foi o estado de conservação do acervo. Um de seus questionamentos é se a Biblioteca Nacional conseguiria manter sua missão de biblioteca depositária com o volume de pesquisas que recebia diariamente.

Montello (1948, p.6-7), traça os parâmetros que diferenciam uma Biblioteca Pública de uma Biblioteca Nacional, afirmando que a Nacional não pode ser confundida com uma biblioteca pública no sentido moderno da palavra e serviços, já que o seu acervo não é voltado apenas para o leitor presente, mas para os que hão de vir, atendendo a lei de produção bibliográfica do país.

Numa biblioteca pública, o livro destina-se a ser consumido. Todas as facilidades de leituras são propiciadas à sua clientela. Com êsse

⁴⁵ Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GC g 1936.10.30**. Acervo CPDOC/ FGV

⁴⁶ Foi diretor da Biblioteca Nacional de 14 de janeiro de 1948 a 1º de março de 1951.

desiderato, a biblioteca conquista fronteiras móveis, que acompanham o alargamento ou a distensão das cidades. [...] Como se não bastasse êsse fenômeno complexo de cissiparidade institucional, a biblioteca pública, interessada em multiplicar as oportunidades de leitura, erige em lei o empréstimo domiciliar. E quando o livro depois, de muito compulsado e lido, regressa em pedaços à biblioteca, a curva de destino foi contemplada, porque a glória da barca de Gleyre, a que se referiu Joaquim Nabuco em discurso na Academia, é ancorar com as velas rotas, depois de haver singrado pelos sete mares. (MONTELLO, 1948, p.7)

No discurso de posse, Montello (1948, p.10) oferece como uma possível solução imediata para o problema de restrição ao acervo, a criação de uma biblioteca pública, pautada em bases modernas, para atender a Capital. Essa biblioteca, que serviria como fonte de estudos e leitura recreativa, poderia ter como “célula mater” a Biblioteca Nacional. Quando a Biblioteca do MES é transferida para o MEC, consegue atender aos anseios desse perfil de público, transformando-se em referência no atendimento aos leitores estudantis e, indiretamente, atendendo à solução proposta por Montello.



Figura 10: Vista parcial das estantes da Biblioteca do MEC, bibliotecária auxiliando o leitor na pesquisa, [195-].

Fonte Arquivo Administrativo BEC



Figura 11: Setor de Processamento Técnico da Biblioteca do MEC, primeira mesa a esquerda bibliotecária atendendo a um leitor, [195-].

Fonte: Arquivo Administrativo BEC

O crescimento do público, conseqüentemente, gerou o aumento das demandas, que não coincidiu com o aumento da equipe. No documento Esclarecimentos à Comissão do Plano de Classificação de Cargos, de 1º de outubro de 1953⁴⁷, há um novo apelo em relação à falta de material humano para dar continuidade aos serviços oferecidos. Ratificando a impossibilidade de funcionamento com tantas funções atribuídas ao setor.

O Levantamento das Bibliotecas Brasileiras, promovido pelo IBBD do ano de 1956,⁴⁸ informa que a Biblioteca do MEC realizava o atendimento e empréstimo para o público em geral, tendo no acervo um total de 16.856 livros, 3.310 periódicos e 5.241 folhetos. A equipe era composta por três bibliotecários, dois bibliotecários auxiliares, um assistente de administração, quatro tarefeiros e três subalternos. Além do atendimento ao público em geral, tinha como iniciativa cultural a realização de exposições; colaborava com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (S.I.C.) e Catálogo Coletivo⁴⁹ e realizava também empréstimo entre bibliotecas. A fonte para pesquisa ao acervo se dava por meio do Catálogo Dicionário e Kardex⁵⁰. E o atendimento era de segunda a sexta entre 11h e 18h e, aos sábados, das 9h às 12h. No mesmo levantamento realizado no ano de 1958⁵¹, as

⁴⁷ Arquivo Administrativo BEC

⁴⁸ Arquivo Administrativo BEC

⁴⁹ Iniciativas propostas por Lydia Sambaquy enquanto esteve à frente da Biblioteca do DASP.

⁵⁰ Catálogo onde se registra a publicação periódica.

⁵¹ Arquivo Administrativo BEC

informações sobre o quantitativo da equipe, horário, dias de funcionamento e serviços prestados permanecem os mesmos e informa-se um acervo composto por 17.911 livros, 3.800 periódicos e 5.320 folhetos.

As características apresentadas pela Biblioteca do MEC nos levantamentos citados anteriormente estavam de acordo com a proposta do INL⁵² para biblioteca pública, que a definia como qualquer biblioteca mantida por pessoa particular ou entidade privada (associação, grêmio, sindicato, sociedade, estabelecimento de ensino ou repartição pública municipal, estadual ou federal) que oferece ao público em geral facilidade de consulta e leitura, não exigindo condições para efetuar o empréstimo domiciliar e estar registrada no Instituto⁵³.

No Ofício B n.º 22, de 5 de setembro de 1963⁵⁴, a diretora Emy Pamplona apresenta um Plano de Trabalho de acordo com as atribuições definidas no Regimento, por meio do Decreto n. 20.305, de 2 de janeiro de 1946, o qual “estruturou o conceito moderno de sua função social, dando-lhe oportunidade de exercer as ações educativas e culturais”. Pamplona destaca o perfil da Biblioteca agora vinculada ao MEC:

Dos princípios que regem este tipo de organização vê-se que a biblioteca tem importante papel na vida de uma nação: é um valioso auxiliar para todas as formas de cultura e faz parte integrante de sistema educativo. É responsável pela manutenção de padrões adequados de inteligência e de cidadania, que são essenciais numa democracia. Oferece oportunidade para uma aprendizagem informal, indo de encontro às necessidades individuais, ou de grupos, relativos a qualquer interesse ou nível. Facilita e encoraja a auto-educação através de informação, atividades educacionais, cívicas e culturais, visa, também, o bom aproveitamento das horas de lazer.

Sua finalidade precípua é o enriquecimento de vida pessoal e o desenvolvimento do cidadão. Para tanto depende do interesse e compreensão não só das autoridades administrativas como da sociedade, assim como, do apoio financeiro para o preenchimento total desses objetivos educacionais.

Portanto a biblioteca se desliga totalmente da instituição a que pertence para se incorporar à comunidade a que serve, dela fazendo parte

⁵² Arquivo Gustavo Capanema, Registro de Biblioteca. **Dossiê GCg 1936.10.30**, p.340/607. Acervo CPDOC/ FGV

⁵³ Em 1945, o INL cria uma minuta de Decreto-Lei com a proposta de criação da Biblioteca Pública no Rio de Janeiro, juntamente com suas atribuições, cuja finalidade seria “facilitar, possibilitar e incentivar o estudo em todas as classes sociais, servindo como uma perfeita universidade do povo”, que deveria ser atuante na educação de adultos, divulgando todos os meios de alcance a informação; fortalecer e desenvolver o gosto e apreciação pelos valores culturais, oferecendo à população um local para horas de lazer; além de contribuir com instituições culturais e profissionais da rede pública ou privada, por meio de intercâmbio e empréstimo de livros. (Arquivo Gustavo Capanema, Registro de Biblioteca. **Dossiê GCg 1936.10.30**, p.340/607. Acervo CPDOC/ FGV)

⁵⁴ Arquivo Administrativo BEC

integrante. Assim a Biblioteca do M.E.C. prende-se à cidade do Rio de Janeiro e às regiões vizinhas [sic].

Baseada nesses princípios, a Biblioteca do M.E.C. orienta suas atividades e se esforça pela continuação e regularização de suas funções. (Ofício B n.º 22, 1963)

Emy Pamplona tenta chamar a atenção nesses dois últimos parágrafos para o fato de que a instituição ainda lutava com a escassez de funcionários para desempenhar tantas atividades. Além disso também estava se deparando com a falta de verbas orçamentárias (corte de 30%) que obrigaram à suspensão de projetos, evidenciando indiretamente que a Biblioteca, embora não fosse considerada oficialmente como a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, conforme o INL havia proposto em Decreto-Lei, já desempenhava este papel. No Ofício B n.º 22, de 1963, Emy Pamplona apresenta os seguintes projetos de ampliação de trabalho:

- Expansão das atividades culturais por meio de exposições, propaganda e publicidade;
- Desenvolvimento do serviço de referência para melhor auxílio ao leitor;
- Disponibilização do local para estágio de alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação, “em virtude de sua organização, aparelhamento, instalações e material bibliográfico”, uma instituição-modelo que possibilitaria pôr em prática da melhor forma seus aprendizados.

O documento Atividades da Biblioteca do Ministério da Educação e Cultura no Exercício de 1964⁵⁵, confirma as atribuições descritas no Ofício B n.º 22, de 5 de setembro de 1963, e reforça que, de acordo com esses princípios básicos voltados para o desenvolvimento da sociedade em geral, a Biblioteca tenta ampliar suas funções e serviços. No entanto, a falta de funcionários e o corte de verbas também mencionados no ofício de 1963, permanecem. As consequências desse problema se refletem nos projetos e até mesmo na organização da instituição.

Para o Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas em 1994, a missão da biblioteca pública é exercer o papel cultural e educacional. Conforme a declaração “a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais” (UNESCO, 1994, p.1), que só são conquistados quando se tem acesso à

⁵⁵ Arquivo Administrativo BEC

informação que lhes permita exercer seu papel como cidadãos, tornando-se ativos no processo de transformação.

E a biblioteca pública é o portal aberto para o acesso a todo tipo de informação, oferecendo ao cidadão a possibilidade do aprendizado contínuo. A UNESCO encoraja as entidades públicas a apoiar e se comprometer de fato com o desenvolvimento de bibliotecas públicas.

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. (MANIFESTO, 1994, p.1-2)

Dessa forma a biblioteca exerce um papel de interação entre o conhecimento e o leitor, com a responsabilidade de conservar e preservar a memória, e acima de tudo estabelecer essa conexão entre eles, por meio da organização, tratamento e a difusão dessa informação. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p.32)

Conforme a obra Biblioteca pública, além das funções mencionadas anteriormente, a biblioteca pública precisa ser atuante promovendo uma “integração comunidade/biblioteca, visando a coleta, preservação e disseminação da documentação representativa dos valores culturais que expressam as raízes, jeito de ser e identidade de nosso povo” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1999, p.23).

A transferência da Capital Federal para Brasília, em 1960, se não causou efeitos imediatos, ocasionou pelo menos a projeção de uma mudança em curto prazo. Tanto assim que, por meio do Decreto n.º 60.891, de 22 de junho de 1967, quando foi prevista a transferência dos órgãos do Ministério para a Capital Federal, a Biblioteca do MEC foi incluída na lista para mudança.

Para Souza (1995, p.66) quando Brasília foi construída, surgiu a esperança de aos poucos torná-la o centro “geopolítico” e “irradiador” de todas as informações do país.

Dessa forma, a transferência dos setores federais para lá iriam potencializar esse objetivo. Na prática não foi isso o que aconteceu.

A transferência de órgãos para a Capital Federal obrigou a mudar a toque de caixa suas unidades informacionais, de modo total ou parcial, provocando perda e desagregação de acervos e descontinuidade de produtos e serviços. Ao mesmo tempo, são afetados processos de transferência de informação com as comunidades especializadas que não se reduziam ao pessoal técnico e político da administração governamental direta. (SOUZA, 1995, p.66)

A notícia da possível mudança da Biblioteca do MEC para Brasília não agradou aos leitores que reagiram negativamente, deixando sua insatisfação registrada em mídias da época.

Malvina Kraizer, diretora da Biblioteca do MEC, em 3 de agosto de 1967, envia ao Ministro um ofício solicitando que seja tornado sem efeito o ato de transferência da Portaria Ministerial n.º339, publicada no Diário Oficial de 27 de julho de 1967. Kraizer afirma que a instituição instalada no 4º andar do Palácio da Cultura⁵⁶, “constitui uma repartição que atinge plenamente suas altas finalidades como elemento de cultura integrado no sistema educativo”, oferecendo suporte a estudantes que ali buscavam tanto em grupo como individualmente, um ambiente propício para suas pesquisas⁵⁷.

Em 1968, a responsabilidade sobre a Biblioteca foi transferida para o INL por meio de cessão, garantindo a sua permanência no Palácio da Cultura. A transferência do acervo, bem como de funcionários, para o Instituto, é oficializada por meio do Decreto n.º 62.239, de 8 de fevereiro de 1968.

Desde a sua criação a Biblioteca sempre teve um número reduzido de funcionários e, em alguns momentos, falta de verba para dar continuidade aos seus projetos. Mesmo diante desse cenário, o atendimento ao público continuou sendo prestado.

A Tabela 1 oferece uma comparação estatística do serviço de consultas e empréstimos enquanto esteve no MES e depois da mudança para o MEC, até o ano de 1957.

⁵⁶ O antigo prédio do MES, atualmente denominado Palácio Capanema ou Palácio Gustavo Capanema também ficou conhecido como Palácio da Educação e Palácio da Cultura.

⁵⁷ **Ofício sem n.º**, de 3 de agosto de 1967. Arquivo Administrativo BEC

TABELA 1: QUADRO COMPARATIVO DE CONSULTAS E EMPRÉSTIMOS REALIZADOS DE 1937 A 1957

Ano	Ministério/ Local	Equipe	Período	Consultas	Empréstimos
1937	MES / Rex	2	jan./dez	72	Não identificado
1938	MES / Rex	3	jan./dez.	1.531	Não identificado
1939	MES / Rex	4	fev./dez	1.996	881
1940	MES /Rex	8	jan./dez.	4.764	1.188
1945	MES / Capanema	7	jan./dez	34.825	7.697
1953	MEC / Capanema	Não identificado	set.	2.153	1.240
1957	MEC / Capanema	13	jan./mar.	3.337	1.539

Fonte: Acervo Administrativo BEC e Arquivo Administrativo Gustavo Capanema. FGV/CPDOC

É possível perceber que, desde a sua fundação em 1937 e até 1944, a Biblioteca atua com falta de espaço, livros espalhados em outros prédios do MES e sobrecarga de peso. Em 1941, ocorre a mudança do edifício Rex para o edifício Piauí, com poucos funcionários e, conseqüentemente, dificuldades para organizar o acervo. Mesmo assim, à medida que ações para valorização dos serviços da repartição são empreendidas, é possível notar o aumento da procura gradativa por pesquisas e empréstimos.

Em 1944, depois de construído o prédio do Ministério da Educação e Saúde, ocorre a segunda mudança do local de guarda do acervo e, dessa vez, para um local com estrutura adequada para desempenhar seus serviços e possibilidade de abertura para visitantes.

Quando a biblioteca já está plenamente estabelecida no novo ambiente, em 1945, há um aumento significativo no número de consultas ao acervo e de empréstimos. Essa evolução é influenciada pela estímulo do Ministro Capanema na ampliação da área da Biblioteconomia no país e, conseqüentemente, da inclusão de técnicas modernas por parte da Biblioteca do MES na organização do seu acervo, facilitando a sua difusão. O ano de 1945 foi essencial para a repartição, que ganhou destaque em jornais locais, porém, é

possível observar que o número de empréstimos, apesar de igualmente significativo em relação aos outros anos, não acompanha o quantitativo de consultas, isso se dá pelo perfil especializado da instituição.

A transferência da Biblioteca para o MEC, a partir de 1953, abre as portas do acervo da instituição para o público estudantil. É possível notar a evolução tanto na consulta como nos empréstimos, justificada pelo crescente número de pesquisas realizados pelo novo perfil de público que estava frequentando a instituição.

Em 1968, acontece outra mudança de subordinação e a Biblioteca do MEC é vinculada ao INL. Esse tema será aprofundado a seguir.

1.3. A Biblioteca Euclides da Cunha (BEC): de 1968 a 1970

A Biblioteca do MEC, agora subordinada ao INL, inscrita sob o número 25.544 na categoria especial, por meio da Portaria n.º 68, de 19 de março de 1968, recebeu a nomeação de Biblioteca Euclides da Cunha (BEC), nome escolhido pelo diretor do INL, o General Umberto Peregrino, “que além de militar, havia sido professor do curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, e, sobretudo um estudioso e admirador do legado da literatura do escritor [...]” (FREITAS, 2014, p.44)

Segundo a reportagem do jornal O Globo, de 5 de abril de 1968⁵⁸, o destaque para essa mudança para o INL é a ampliação do horário de funcionamento para atender de forma mais adequada aos estudantes e demais frequentadores do local. Sobre a Seção de Biblioteca do Instituto, de acordo com a matéria, é transferida da BN para o espaço da BEC, no 4º andar do Palácio da Cultura, porém, o acesso se dava por meio do elevador privativo, com entrada pela Avenida Graça Aranha.

De acordo com o Jornal do Brasil, de 25 de setembro de 1968⁵⁹, houve o desabamento na BEC de estantes metálicas com cerca de 40 mil livros. No momento do desabamento havia aproximadamente 60 pessoas no local. O acidente causou o ferimento, sem gravidade, de três pessoas (dois funcionários e um estudante).

⁵⁸ Biblioteca do INL amplia o horário. **O Globo**, 05 de abril de 1968. Arquivo Administrativo BEC

⁵⁹ Biblioteca do MEC cai com estrondo. **Jornal do Brasil**, 25 de setembro de 1968. Arquivo Administrativo BEC

Em 1º de dezembro de 1968, outra reportagem do mesmo jornal⁶⁰, feita um mês e meio depois do acidente, mostra que o cenário é o mesmo; as estantes continuavam amontoadas pelo chão. Mesmo fechada, de acordo com a reportagem, a BEC continuava recebendo diariamente cerca de 80 a 100 leitores que ansiavam pela reabertura da biblioteca.

No dia 17 de dezembro, novamente a equipe de reportagem procura o local para atualizar as informações da matéria⁶¹, os encarregados da administração do prédio não souberam informar quando ocorreria a reabertura da Biblioteca, e disseram que o número de estudantes que procuravam o acervo, para se aprimorar para os exames finais que estavam próximos, estavam entre 120 a 200 por dia. Os funcionários da BEC declararam que, apesar do acidente, poucos volumes foram danificados, assim mesmo porque precisaram esperar pelos soldados da Polícia Militar para fazer a remoção. Esse material que fora danificado já havia recebido os reparos necessários. Aguardava-se a montagem das novas estantes para serem organizados novamente. A administração do MEC estava estudando propostas de empresas particulares para a execução do serviço.

A reabertura só acontecerá em 6 de maio do ano seguinte⁶², com direito à cerimônia e a presença do ministro Tarso Dutra, que faria o anúncio dos vencedores dos prêmios literários do INL. Na ocasião, foram abertas as inscrições para a segunda fase do Prêmio Viriato Corrêa de Literatura Infantil, além do lançamento das obras *O livro que dá a razão do Estado do Brasil*, *Roteiro de todos os sinais da Costa do Brasil*, *As fontes para o estudo de Machado de Assis*, *Maria Dusá*, *Revista do Livro 35* e obras completas de Graça Aranha e Afonso Arinos. No local, havia também uma exposição com os feitos do INL nos dois anos do governo do Presidente da República Costa e Silva. Nesse período a Biblioteca possuía um acervo com cerca de 30 mil volumes, especializados em educação e estudos brasileiros.

Mais uma vez a BEC se destacava por homenagear os 50 anos da fundação de *O Jornal* com uma exposição sobre *Literatura Jornalística*⁶³, entre as obras expostas estavam “Um jornalista do Império”, de Nelson Mascarenhas, “Jornalismo e Democracia” de Raul Lima, e “História da Imprensa no Brasil”, de Nelson Werneck Sodré.

⁶⁰ MEC deixa biblioteca desarrumada. **Jornal do Brasil**, 01 de dezembro de 1968. Arquivo Administrativo BEC

⁶¹ Ninguém sabe quando será reaberta biblioteca do Ministério da Educação. **Jornal do Brasil**, 17 de dezembro de 1968. Arquivo Administrativo BEC

⁶² Ministro fará a reabertura de biblioteca. **O Globo**, 06 de maio de 1969. Arquivo Administrativo BEC

⁶³ Novas congratulações a OJ pelos seus 50 anos. **O Jornal**, 2 de julho de 1969. Arquivo Administrativo BEC

Em 1970, o INL ofereceu o curso de Livreiro⁶⁴, destinado à especialização profissional dos vendedores de livros. Com duração de dois meses (de junho a agosto), o curso foi realizado às segundas, quartas e sextas, das 8h às 12h, no 4º andar do Palácio da Cultura, com o objetivo de estabelecer maior contato entre o comércio livreiro e o Instituto. A turma teve 30 participantes, provenientes de livrarias da cidade. As matérias ministradas eram ligadas a técnicas de vendas, Literatura, Técnica em Livraria, Seminário do Livro, Relações Humanas e Noções de Propaganda e Promoções.

Enquanto esteve sob a administração do INL, a BEC teve participação ativa na promoção de concursos voltados à literatura nacional como o Prêmio José Lins do Rêgo para romance inédito, o Prêmio Jorge de Lima para poesias inéditas, o Prêmio Mário de Andrade, para crítica literária, o Prêmio Nacional de História e o Prêmio Roquete Pinto para roteiros de filmes extraídos da literatura nacional.

1.4. A cessão da Biblioteca Euclides da Cunha à Biblioteca Nacional

No dia 28 de dezembro de 1972, a BEC foi cedida à Biblioteca Nacional por meio de um convênio com o INL. De acordo com os Anais da BN (1972, p.267), após trabalhos preliminares de seleção e organização, a BEC passaria a ser especializada em livros didáticos.

Em 1973, dois órgãos que estavam funcionando nas instalações da BN vão para sede própria: a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e o Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região (CRB-7)⁶⁵. A Biblioteca Euclides da Cunha não é mencionada no relatório anual da Instituição.

Devido à falta de verbas, em 1974, a Biblioteca sofre nova ameaça de ser transferida para Brasília, depois de 30 anos de permanência no Palácio da Cultura.

De acordo com a reportagem do Jornal do Brasil⁶⁶, em 3 de agosto de 1974, mesmo com cerca de 800 consultas diárias em seu acervo de aproximadamente 40 mil volumes, a Biblioteca representava mais gastos para a BN. Por meio do convênio, o INL era

⁶⁴ Êxito leva INL a preparar outro curso de livreiro. **O Globo**, 9 de junho de 1970. Arquivo Administrativo BEC

⁶⁵ **Anais da BN**, 1973, p.263

⁶⁶ Biblioteca Euclides da Cunha pode ser levada do Rio para Brasília, **Jornal do Brasil**, 3 de agosto de 1974. Arquivo Administrativo BEC

encarregado apenas de algumas despesas administrativas, como o pagamento dos funcionários. Os demais custos seriam de responsabilidade da BN. A matéria explica que, nesse período, existia um projeto para a modernização da Biblioteca Nacional, cujo acervo chegava a 3 milhões de peças. Diante desse objetivo foi estabelecido um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura, Finep e Secretaria de Planejamento da Presidência da República com o valor de Cr\$ 3 milhões e 90 mil cruzeiros. Esse convênio previa a execução de cinco projetos: atualização e complementação das coleções; inventário do acervo; catalogação de todos os periódicos; restauração de peças de acervo, catalogação e classificação de 450 peças (em suportes variados). Portanto, não haveria verba para investir na BEC. A BN estava investindo no inventário do acervo periódico, no sistema de automação de acervos, o CALCO (conhecimento e busca de parcerias), na implantação do ISBN⁶⁷ e na elaboração do projeto de construção do prédio Anexo⁶⁸. Neste mesmo ano, a BN solicita ao MEC um estudo a respeito dos hábitos de leitura dos frequentadores da Instituição para a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Os relatórios anuais de 1974 e 1975 novamente não apresentam dado algum sobre a Biblioteca Euclides da Cunha.

A resposta à matéria citada anteriormente, veio na mesma semana, por meio de manifestação dos frequentadores da BEC, que protestaram contra o seu fechamento e a transferência do acervo para Brasília. Maurício Rocha Lucas, um estudante universitário salientou não somente o valor da coleção especializada como também o seu valor histórico. Mediante os pedidos da população não se realizou a concretização da transferência.

O jornal Escolar JS, de 6 de abril de 1975⁶⁹, realça que, apesar do problema da escassez de verbas que impedem a aquisição de novos livros, há boa vontade em atender aos consulentes juntamente com o improviso: os *clippings* eram um exemplo, separados por assuntos da atualidade. A notícia chama a atenção para o fato de que qualquer pessoa pode fazer o uso do acervo e, mediante a apresentação de dados que comprovem sua identidade e uma foto, podem desfrutar do serviço de empréstimo. Ainda de acordo com o jornal Escolar JS, em 1974 foram cadastrados 1600 leitores. Abatendo-se desse número

⁶⁷ Criado em 1967 e oficializado como norma internacional em 1972, é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição, a Biblioteca Nacional coordena e supervisiona as atividades técnicas da Agência Brasileira de ISBN.

⁶⁸ **Anais da BN**, 1975, p.450

⁶⁹ Os leitores pedem mais livros novos. **Escolar JS**, 6 de abril de 1975. Arquivo Administrativo BEC

aqueles estudantes que frequentavam a Biblioteca para realizar suas pesquisas, a média de consultas diárias chegava a 500 leitores.

Em 12 de outubro de 1976, a BEC recebeu o registro de nº 176 do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB/7). Uma nova exposição foi inaugurada no salão de leitura da Biblioteca Euclides da Cunha, segundo *O Globo*, de 22 de dezembro de 1976⁷⁰, em comemoração do primeiro aniversário da revista *Ficção*. Mais uma vez, o nome da BEC não é citado no Relatório Anual de Atividades da BN desse ano.

A Biblioteca foi cedida, em 1977, para a FEFIERJ⁷¹, que a utilizou para práticas de ensino. Em 1981, por meio da Portaria Ministerial n.º 528, a BEC voltou a ser cedida por tempo indeterminado, à BN. De acordo com o Registro de Cessão, a BN é obrigada a manter o acervo da BEC atualizado, “adquirindo obras editadas e evitando a estagnação do patrimônio bibliográfico”.

A cessão da BEC para a BN realizou, ainda que indiretamente, a concretização de uma sugestão que Josué Montello, feita em 14 de janeiro de 1948, no seu discurso de posse como diretor da Biblioteca Nacional. O que Montello reivindicava era a preservação da integridade das obras da BN, o cumprimento da missão de guardar a memória nacional, além da criação de uma biblioteca pública que cumprisse a função de disponibilizar obras para pesquisa.

Faço uma pergunta, com a intenção de responde-la. E como resolver-se o problema da leitura recreativa? Eis a resposta: criando-se, em base modernas, a biblioteca pública reclamada por uma cidade que tem dois milhões de habitantes e é a capital do país. Essa biblioteca, que serviria concomitantemente como fonte de estudos, poderá ter a sua célula mater na própria Biblioteca Nacional, [...] (MONTELLO, 1948, p.10)

No mesmo ano que a BEC voltou a ser cedida à BN, o *Jornal do Brasil*, publica uma nota em 14 de maio⁷², na qual o ministro Rubem Ludwig, por meio da Portaria n.º 348, de 13 de maio de 1981, determina a liberação de espaços no Palácio da Cultura, para a expansão da Biblioteca Nacional. Quatro andares seriam ocupados pela BN: um que estava ocioso; o da seção de Estatística do MEC; o andar onde funcionava a extinta seção

⁷⁰ Em “o circo do desespero” vinte anos de reportagens. **O Globo**, 22 de dezembro de 1976. Arquivo Administrativo BEC

⁷¹ Através da Lei n.º 6.665, de 05 de junho de 1979, a FEFIERJ transformou-se em Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Posteriormente, em 2003, a Lei n.º 10.750 alterou o nome da Universidade para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a sigla.

⁷² Mudança. **Jornal do Brasil**, 14 de maio de 1981. Arquivo Administrativo BEC

SEAC e o andar de Serviços Gerais. A ideia do Secretário de Cultura Aloísio Guimarães era abrigar nesses espaços os setores de Administração, Catalogação e Música.

Quatro meses após essa portaria, o *Jornal do Brasil*, de 10 de setembro de 1981⁷³ divulga outra decisão do Ministro Rubem Ludwig, dessa vez uma determinação para que no prazo de 30 dias fosse feita a transferência da Biblioteca Euclides da Cunha (acervo e pessoal) para a Biblioteca Nacional. Essa decisão gerou repercussão negativa entre os frequentadores assíduos da BEC, como a carta do leitor Joel Bicalho Tostes, enviada ao *Jornal do Brasil*, em 22 de setembro⁷⁴, na qual questionava onde o acervo ficaria armazenado na BN, se haveria acesso às estantes e se o horário de funcionamento seria estendido, da mesma forma que se estava acostumado no Capanema, além de questionar como ficaria a homenagem prestada à Euclides da Cunha.

Nos Anais da BN, de 1982, encontram-se informações sobre a utilização da Biblioteca Euclides da Cunha, que desde 1981 permanece cedida à Biblioteca Nacional:

Com suas atividades supervisionadas pela Coordenadoria de Sistema de Bibliotecas e Informação, a Biblioteca Euclides da Cunha, localizada no 4º andar do Palácio da Cultura, está sendo aparelhada para substituir, o quanto for possível, a Biblioteca Nacional, no atendimento à clientela de 1º e 2º graus. Nesse sentido, foi dada a entrada a 1.546 títulos novos, que receberam registros e catalogação simplificada. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1982, p.248-249)

Cabe ressaltar que a BEC já vinha desempenhando esse papel ativo junto aos estudantes desde 1953, quando passou a ser subordinada ao MEC. O ponto vantajoso da seção seria os recebimentos de doações de livros novos da BN, já que apesar de todo empenho para realizar o atendimento ao público estudantil, o acervo estava ficando defasado por falta de verbas para a sua renovação.

No ano de 1982, iniciou-se a implantação dos serviços de automação na BN. Depois da aquisição do material, a instituição se dedicou a treinar seus funcionários em CALCO⁷⁵, AACR2⁷⁶ e digitação. Em 1983, foi a vez da concentração de esforços para a normalização dos processos técnicos. Nesse sentido, foi desenvolvido o Projeto CAU -

⁷³ Lance. *Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1981. Arquivo Administrativo BEC

⁷⁴ Biblioteca ameaçada. *Jornal do Brasil*, 22 de setembro de 1981. Arquivo Administrativo BEC

⁷⁵ Software da FGV para processamento de informações bibliográficas, mais informações ver DECOURT, 1987

⁷⁶ Código de Catalogação Anglo-Americano.

Cabeçalho de Assunto Unificado⁷⁷, com o objetivo de sistematizar os cabeçalhos usados como assuntos no Catálogo de Assuntos da Instituição. O Projeto, que esteve vigente na década de 1980, fazia a tradução dos cabeçalhos de assuntos da *Library of Congress* e divulgou entre instituições biblioteconômicas como: bibliotecas centrais universitárias, cursos de Biblioteconomia, bibliotecas públicas e órgãos da Pró-Memória⁷⁸. Esse processo de modernização criou conscientização para promover um debate sobre a criação de Política Nacional de Catalogação Cooperativa, envolvendo a BN, a FGV e o IBICT.

Nesse mesmo ano a BN promoveu exposições em suas dependências no Palácio da Cultura; em 10 de agosto, na Seção de Música e Arquivo Sonoro, inaugurou a Exposição Centenário da Morte de Wagner e, em 20 de setembro uma exposição sobre as principais obras de José de Castro, contando com a presença de familiares do escritor, que doou obras, recortes e fotografias do seu acervo pessoal.

De acordo com os Anais da BN (1983, p.320), A BEC também recebeu cursos de pequena duração, de março a novembro, para graduados, promovidos pela BN:

- Avaliação de serviços e Coleções de Referência - Professora Nice Menezes de Figueiredo, de 15 a 18 de março, com 18 inscritos, sendo 6 da BN, 1 do Ceará e os demais, de instituições locais;
- Sistema de informações para o Governo - Professora Regina Célia Montenegro de Lima, de 5 a 8 de abril, com 17 inscritos, sendo 7 da BN, 1 do Espírito Santo e os demais, de instituições locais;
- Recursos humanos em informação - Professora Regina Célia Montenegro de Lima, de 10 a 13 de maio, com 15 inscritos, sendo 7 da BN, 1 do Pernambuco e os demais, de instituições locais;
- A Biblioteca e a bibliometria - Professora Elizabeth Schneider de Sá, de 21 a 24 de junho, com 21 alunos, sendo 2 da BN, 1 de São Paulo e os demais, de instituições locais;
- Livro raro: história e conservação - Professora Lygia Cunha e Professora Cely de Souza Soares Pereira, de 8 a 12 de agosto, com 32 inscritos, sendo 16 da BN, 1

⁷⁷ Anais BN, 1983, p.310.

⁷⁸ A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ver DICIONÁRIO do Patrimônio Cultural (disponível on-line)

de Brasília, 2 do Amazonas, 1 do Espírito Santo, 1 de Minas Gerais, 2 de Santa Catarina, 2 de São Paulo e os demais, de instituições locais;

- Conservação e Preservação de Documentos - Curso de Capacitação para funcionários da BN, ministrado pela Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (ABRACOR), de 15 a 26 de agosto, com a participação de 8 técnicos.
- Metodologia de indexação de jornais diários, literários e recortes de jornal_— Professora Hagar Espanha Gomes, terças e quintas-feiras de agosto a novembro, com 22 inscritos, sendo 4 da BN, 1 de Volta Redonda e os demais, de instituições locais;
- Fundamentos teóricos da pesquisa bibliográfica_— Professora Alice Barros Maia, de 19 a 22 de setembro, com 30 inscritos, sendo 6 da BN e os demais, de instituições locais;
- Formatação e codificação em atividades de informação - Professora Ida Maria Cardoso Lima, de 17 a 21 de outubro, com 21 inscritos, sendo 14 da BN, 1º de Volta Redonda e os demais, de instituições locais.

Ainda de acordo com o Jornal do Brasil, a BN pretendia fazer da BEC uma biblioteca atuante no atendimento do público estudantil, a frequência no ano de 1983 foi de 9.327 consulentes, com 12.270 obras consultadas e 3.120 emprestadas. A BEC recebeu de doação da Biblioteca 1.830 títulos ao longo do ano.

Em 1984, são elaborados procedimentos⁷⁹ a serem observados na composição de tratamento do acervo da Biblioteca Euclides da Cunha. A ordem dos critérios de prioridade para a composição do acervo eram: 1. Livros didáticos, 2. Obras de referência, 3. Literatura infantil, 4. Literatura estrangeira e 5. Outros que fossem considerados necessários, a ser definido pela Direção Geral. As aquisições por meio de compra obedeceriam à seguinte ordem de preferência: obras nacionais e estrangeiras. As catalogações seriam realizadas por meio do setor responsável da BN e enviadas para a BEC. Dessa forma, o fluxo para a incorporação no acervo da Biblioteca seria: Divisão de Aquisição - Divisão de Processamento Técnico - Biblioteca Euclides da Cunha. O número

⁷⁹ **Documento OS-GD-02/64**, de 26 de abril de 1984. Assunto: Composição e tratamento do acervo da Biblioteca Euclides da Cunha. Arquivo Administrativo BEC

de empréstimos no ano de 1984 foi de 5.163 e consultas 11.955, e a maior parte desse público atendido foi composto por estudantes de 1º e 2º graus⁸⁰.

A Coordenadoria de Sistemas de Bibliotecas e Informação implantou projetos na BEC:

- Reorganização do Acervo: visando agilizar a busca da informação e melhorar o atendimento, o acervo seria organizado de acordo com as metas estabelecidas;
- Integração BEC/Multimeios: estímulo de pesquisa e leitura por meio de novas tecnologias, de forma que o público, em sua maioria estudantil, pudesse assimilar a informação cultural por meio do processo de aprendizagem;
- Encontro Marcado: Programa com convênio entre BN, Fundação Nacional Pró-Memória e IBM do Brasil, planejado para iniciar em 1985, visando buscar novas formas de incentivo à leitura utilizando-se outros meios, de forma a criar “condicionamentos psicoeducacionais” para o acesso ao livro. As ferramentas utilizadas no programa seriam TV e videocassete adquiridos em 1984.

Novamente é reforçado o papel social da Biblioteca Nacional que difere das funções de uma biblioteca pública. No discurso de posse da Presidente da BN Maria Alice Barroso, em 22 de março de 1984:

Esta Biblioteca Nacional, indiscutivelmente transformada e embelezada pela administração de nossa ilustre antecessora, Dra. Célia Zaher, esta Biblioteca Nacional – repetimos – está inenarravelmente ligada ao centro cultural e social do país, constituindo a preservação de seu acervo numas das propriedades a serem assumidas pela Nação, principalmente em momentos difíceis como o que vivemos. [...] Tudo que seja interromper o trabalho ativo de preservação é um atentado contra o legado cultural de nossa identidade. Não integramos as fileiras daqueles que se opõem a favor do acesso do acesso permanente a todos os documentos existentes nessa Casa; antes julgamos ser nosso dever vigiar e preservar este acervo, conservando-o para a pesquisa – e por pesquisa certamente não refiro à coleta de material para as tarefas escolares do segmento do 1º grau. Há que formar e informar o público, preparando as pessoas na utilização desta Biblioteca. Há reforçar, colaborar para o fortalecimento e efetiva prestação de serviços das bibliotecas públicas e escolares existentes no Rio de Janeiro – principalmente a Biblioteca Euclides da Cunha, vinculada a Biblioteca Nacional-, a fim de que os estudantes do 1º e 2º graus possam se transformar nos pesquisadores do amanhã, que irão consultar os acervos da Biblioteca Nacional. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1984, p. 268)

⁸⁰ **Anais BN**, 1984, p. 267

Ainda neste ano, foi dada continuidade ao programa de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, voltados aos funcionários da Biblioteca Nacional e demais instituições do Rio. Assim como no ano anterior, a Biblioteca Euclides da Cunha foi o local escolhido para os cursos, cuja lista segue abaixo com outras informações relevantes:

- Formação e desenvolvimento de coleções - Professora Nice Menezes de Figueiredo, de 12 a 15 de março, das 9h30min às 12h e das 13h30min às 17h;
- Sistema de informação para o Governo - Professora Regina Célia Montenegro de Lima, de 19 a 22 de março, das 9h30min às 12h e das 13h30min às 17h;
- Metodologia de índices impressos - Professora Hagar Espanha Gomes, de 9 a 13 de abril, das 9h às 12h;
- Direitos autorais na era tecnológica - Professor Henrique Gandelman, de 14 a 18 de março, das 17h às 19h;
- Prática de editoração - Professor Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, de 14 a 25 de maio, das 16h às 18h;
- Adequação e adaptação a prática do AACR2 - Professora Licia Carvalho Medeiros, de 2 a 20 de julho às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as}, das 9h às 12h;
- Formatação e codificação em atividades de informação - Professora Ida Maria Cardoso Lima, de 23 a 27 de julho, das 14h às 17h;
- Livro raro: história e conservação - Professoras Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha e Cely de Souza Soares Pereira, de 20 a 24 de agosto, das 9h30min às 12h e das 13h30min às 17h;
- CALCO - Professora Giselda Brasil Aronovich, de 4 de agosto a 4 de setembro às 3^{as} e 5^{as}, das 9h às 12h;
- A biblioteca e bibliometria - Professora Elisabeth Schneider de Sá, de 22 a 26 de outubro, das 9h às 12h.

Os cursos ministrados em 1985 na BEC, em continuidade ao programa de aperfeiçoamento dos profissionais da instituição, visando a melhoria nos serviços foram⁸¹:

⁸¹ **Anais BN**, 1985, p.159-162.

- Preservação de coleções: microfilmagem, acervo e documentação avulsa - Professores Esther Caldas Bertholetti, Felícia Musikman, Maria José da Silva Fernandes e Ione de Souza, de 25 a 29 de março, das 9h às 12h;
- CALCO - Professora Giselda Brasil Aronovich, de 13 de maio a 3 de junho, às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as}, das 9h às 12h;
- AACR2 - Professora Suely Mattos Vahia Loureiro, de 23 de julho a 22 de agosto, às 3^{as} e 5^{as}, das 9h às 12h;
- Livro raro: história - Professora Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, de 19 a 23 de agosto, das 10h às 12h e das 14h30min às 17h30min;
- Coleções especiais: processamento técnico e organização das coleções - Professoras Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, Mercedes Reis Pequeno, Cecília Duprat de Brito Pereira e Maria Celeste Garcia Mendes, de 26 de agosto a 5 de setembro, das 10h às 12h e das 14h às 16h.

De acordo com os Anais da BN (1985, p.167), o ano de 1985 para a Biblioteca Nacional foi de recessão em relação ao desenvolvimento de projetos para a melhoria de serviços e preservação do acervo, visto que houve no país mudanças políticas administrativas, sobretudo com a criação do Ministério da Cultura.

Com a separação das pastas Educação e Cultura, a BN passa a ser órgão da Cultura e consequentemente a BEC passa a fazer parte do Ministério de Cultura (MinC). Mesmo diante de poucos investimentos a BEC realizou nesse ano 18.849 consultas e realizou o empréstimo de 8.528 volumes.

No ano de 1986, os Anais da BN (p. 250-251) apresentam as metas de desenvolvimento alcançadas pela BEC, entre elas estão:

Cursos:

- Planejamento e biblioteca;
- Prática de editoração;
- Sistema CALCO;
- Livro raro: História;
- Organização de coleções especiais;
- Computação: noções básicas;
- Publicações oficiais;

- Desenvolvimento e avaliação de coleções;
- Thesaurus;
- Higienização e conservação;

Palestras:

- A Paleografia: novo conceito - Professora Maria João Quintans (Portugal);
- Venezuela: biblioteca hoje - Professora Virginia Betancourt Valverde (Venezuela);
- Preservação de acervos bibliográficos - Professora Maria Auxiliadora Fraine (Venezuela).

O mesmo documento nos informa que a BEC realizou 13.442 consultas e 11.310 empréstimos.

TABELA 2 - QUADRO COMPARATIVO DE CONSULTAS E EMPRÉSTIMOS REALIZADOS NA BEC DE 1972 A 1986

Ano	Ministério	Período	Consultas	Empréstimos
1972 - 1973	MEC /INL Capanema	-	-	Não identificado
1974	MEC /INL Capanema	Jan./Dez	Ca 800 consultas diárias	Não identificado
1975	MEC /INL Capanema	Jan./Dez.	Ca 500 consultas diárias	Não identificado
1976 - 1982	MEC / Capanema	Jan./Dez.	Não identificado	Não identificado
1983	MEC / Capanema	Jan./Dez..	12.270	3.120
1984	MEC / Capanema	Jan./Dez.	11.955	5.163

1985	MEC / Capanema	Jan./Dez.	18.849	8.528
1986	MinC / Capanema	Jan./Dez.	13.442	11.310

Fonte: Acervo Administrativo BEC e Arquivo Administrativo Gustavo Capanema. FGV/CPDOC



Figura 12: Foto do público estudantil, Biblioteca do MinC, 1986, foto 1
Fonte: Arquivo Administrativo BEC



Figura 13: Foto do público estudantil Biblioteca do MinC, 1986, foto 2.
Fonte: Arquivo Administrativo BEC

Em 1987, a política institucional da BN é repensada, objetivando ampliar sua participação no processo de desenvolvimento nacional⁸². Sua estrutura orgânica foi atualizada por meio da Determinação n.º 305, 16 de julho do mesmo ano, permitindo também a incorporação da Biblioteca Euclides da Cunha a esta nova estrutura. Juntamente com a política institucional, a Biblioteca Nacional promoveu ações para a integração dos processos sistêmicos de tratamento técnico do acervo por meio de estudos sobre documentos produzidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O objetivo desta integração é promover a dinâmica da difusão da informação, e a preservação do patrimônio cultural que contemplou também o acervo pedagógico-didático da BEC.

As estatísticas de atendimento e consultas ao acervo da BEC nesse ano foram apresentadas em conjunto com os demais setores da BN, sendo impossível precisar as informações separadamente.

Os Anais de 1988 apresentam, entre outras ações, a ampliação do acervo por meio da captação do depósito legal, doação de bibliotecas estrangeiras e intercâmbio (por meio de permuta de duplicatas, doação e obras da BN), processamento técnico e inclusão de 2.230 obras didático-pedagógicas, além de acervo paradidático à BEC. Assim como no ano anterior, as informações estatísticas referentes ao atendimento da BEC são abordadas juntamente com os demais setores da instituição.

Em 1989 consta nos Anais da BN (p.292) que a média mensal para empréstimo na BEC foi de 829 obras dando um total de 9.948 empréstimos no ano. No de 1990 aparece nos Anais (p.235), que o número de empréstimos alcançou 12.502 títulos. Apesar da BN continuar investindo em cursos de capacitação e aperfeiçoamento, entre 1987 e 1990, não foi especificado nos Anais onde foram realizados.

Há registros de que em 1987 foi cogitada novamente a mudança da BEC de seu lugar de guarda. Inicialmente a intenção era que a FUNARTE ocupasse o 4º andar do Palácio da Cultura, porém, o Ofício n.º 209, de 26 de julho de 1989 menciona a saída da BEC para dar lugar a Biblioteca Noronha Santos (IPHAN). De acordo com o documento, parte do acervo da BEC seria enviado à Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro para enriquecer a coleção que atende ao público estudantil. Outra justificativa para a ocupação da Biblioteca Noronha Santos no 4º andar, é que esse espaço é privilegiado para “suportar peso de acervos bibliográficos conforme projeto original” (OFÍCIO n.º 209, 1989).

⁸² **Anais da BN**, 1987, p.165

Diante desse quadro, o público que frequentava a BEC mais uma vez se reuniu para contestar essa decisão por meio de abaixo-assinados e manifestos. Em novembro de 1989 a Associação Usuários e Amigos da BEC recolheram 1.096 assinaturas no manifesto contrário a essa transferência. A Associação Evangélica Nova Aliança afirma em um documento enviado em dezembro de 1989, que o fechamento da BEC, seguida da mudança da Noronha Santos é uma iniciativa impopular, arbitrária, inconstitucional e contraproducente, e a Câmara dos Deputados reuniu em 15 de fevereiro de 1990, 200 mil assinaturas em apoio a várias entidades culturais e não culturais propondo o não fechamento da Biblioteca Euclides da Cunha.

Com a extinção do INL⁸³, segundo o Decreto n.º 99.492, de 3 de setembro, autorizado pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, a Biblioteca Nacional integra suas atribuições com o SNBP e o PROLER, passando a ser a Fundação Biblioteca Nacional. A FBN assume a incumbência de atuar ativamente na política de livro e leitura no país, promover e divulgar as obras nacionais e seus autores no exterior, por meio de participação em feiras internacionais de livros e concessão a editoras estrangeiras de bolsas de apoio à tradução de escritores brasileiros.

O ano de 1991 foi de redefinições de espaços e funções para a FBN e, em especial, para a Biblioteca Euclides da Cunha, que, sob a gestão de Adriana Villaça, passou por uma renovação do espaço físico e ampliação de suas atividades, incluindo nessa programação tardes de autógrafos e exposições e alcançando consequentemente o aumento do número de leitores⁸⁴. A FBN investiu na aquisição de microcomputadores, o que beneficiou também à BEC. Segundo os Anais da BN (1991, p.326), nesse período a BEC tinha um acervo de aproximadamente 150 mil volumes, entre monografias, periódicos nacionais e estrangeiros, mapas, fitas de vídeos e coleções de obras nacionais. Foram incorporadas ao acervo, neste período, 1.624 novas obras e emprestadas cerca de 32.361. Foram realizados atendimentos por telefone e reprodução de documentos para pesquisas escolares, foi promovido um Concurso Literário em homenagem ao Dia Internacional da Ecologia, a elaboração do Guia de Manual de Usuário na BEC, uma pesquisa para avaliação do perfil de usuário, aquisição de obras atualizadas para o setor

⁸³ Entre 1981 e 1984, o Instituto Nacional do Livro passou a integrar a Fundação Pró-Memória, que, a partir de então, em conjunto com a BN, passou a compor a Fundação Pró-Leitura. Em 5 de novembro de 1987, por meio da Lei n.º 7.624, o INL e a Pró-Leitura passaram a integrar a Biblioteca Nacional, que, em 12 de abril de 1990, foi extinta pela Lei n.º 8.029, sendo suas atribuições transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional. (**Anais da BN**, v.129, 2009, p.14)

⁸⁴ **Anais da BN**, 1991, p.286

de Multimeios, recuperação dos espaços ocupados pela BN, além do conserto de equipamento e mobiliários danificados e instalação de roletas para controle de frequência de usuários. Algumas exposições foram realizadas ao longo do ano:

- Dia do Nascimento de Euclides da Cunha;
- Dia Internacional do Livro;
- Dia Internacional da Ecologia e Dia Mundial do Meio Ambiente;

Em 1992, a informatização da FBN, através da Política de Renovação Tecnológica, teve um progresso significativo com a instalação de computadores e o treinamento de 12 funcionários. Além disso, por intermédio de um convênio com a Bireme⁸⁵ foram instaladas nove bases de dados sobre Saúde para melhor atender à comunidade médica. A captação de obras teve um bom resultado graças à atuação da Biblioteca junto às editoras na Bienal do Livro em São Paulo, conscientizando sobre a necessidade do Depósito Legal. Foi lançado o Projeto Biblioteca Ano 2000 que objetivava transformar a FBN em local de irradiação cultural tanto pela preservação da memória do país, como por sua atuação na Política Nacional do Livro, da Leitura e de Bibliotecas.

Em 13 de maio de 1992, foi instituído junto à Fundação Biblioteca Nacional, por meio do Decreto n.º 520, o SNBP, cujos objetivos eram:

Incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional; promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes; desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras; manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras; incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas; proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais; favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País; assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades; firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas. (DECRETO n.º 520, 1992, art. 2º)

⁸⁵ Fundada por meio de parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde e Ministério da Saúde, sua atuação se dá por meio de cooperação pela disponibilização de acervos de bibliotecas e arquivos (nacionais e internacionais) para os profissionais da área da Saúde.

Nesta mesma data, 13 de maio de 1992, também foi instituído por intermédio do Decreto n.º 519 o PROLER, que em concordância com a proposta do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e de acordo com o Art. 2º, tinha como objetivos “Promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; criar condições de acesso ao livro”. A organização do Sistema se dava por meio de uma coordenadoria nacional e coordenadorias descentralizadas nos estados. As ações voltadas para alcançar os objetivos propostos pelo decreto foram: o cadastramento e recadastramentos das bibliotecas (que estavam desatualizados devido à extinção do INL); envio de livros a bibliotecas públicas, no valor de CR\$ 115 milhões de cruzeiros reais, mediante convênio com a Câmara Brasileira do Livro; criação do programa O Escritor na Cidade em parceria com o SESI, no qual 75 municípios foram visitados por vários escritores totalizando-se 171 apresentações e a promoção de encontros regionais de bibliotecas. Em conjunto com a empresa Trainel, que lançou o projeto Leia Brasil, o Sistema ajudou a articular a visita da ônibus-biblioteca (atualmente conhecida como biblioteca itinerante) a trinta escolas do estado do Rio de Janeiro⁸⁶.

O PROLER desenvolveu suas ações em três níveis: dentro da BN, a nível nacional e internacionalmente. Na BN, com ações de promoção de leituras com os funcionários da manutenção e limpeza, semanalmente, às quartas-feiras, e, no âmbito nacional, desenvolveu um projeto em conjunto com a Rede Ferroviária Federal estabelecendo espaços de leituras na Rede. Em convênio com o MEC desenvolveu em alguns estados módulos para capacitação de recursos humanos na área de educação, cultural e saúde.

O Programa com a colaboração da Editora Francisco Alves apoiou o projeto Ao Vivo, O Escritor e sua Obra, que reuniu na Biblioteca Euclides da Cunha escritores como Rachel de Queiroz, Nélida Piñon, Carlos Eduardo Novaes, Ferreira Goulart e Antônio Torres. Esse encontro teve a participação de professores de seis escolas.

Além dos projetos desenvolvidos pela FBN, juntamente com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o PROLER, consta nos relatórios que nesse ano o Departamento de Referência e Difusão da Biblioteca registrou a queda no atendimento de alunos de 1º e 2º graus que, com frequência, eram deslocados para a BEC, graças aos serviços prestados por essa biblioteca para a comunidade como um todo, por meio de empréstimos,

⁸⁶ **Anais da BN**, v.112, 1992, p.285

instalação de telefones públicos e implantação do Laboratório de Línguas. A BEC atendeu em 1992 a 41.127 leitores.

A partir de 1993, a BEC ampliou seu programa de informática, passando a atender ao público através de seus serviços automatizados como o Cadastro na Videoteca, Cadastro no Laboratório de Línguas e divulgação de novas aquisições. O Departamento Nacional do Livro diversificou os meios de que a BN utilizava para divulgação do livro brasileiro pela promoção de eventos e prêmios. No dia 18 de outubro, a BEC entregou os prêmios do III Concurso Literário da Biblioteca Euclides da Cunha, onde estudantes de 1º e 2º graus foram contemplados na categoria Poesia.

A sede da PROLER, chamada Casa da Leitura localizada no bairro de Laranjeiras, foi inaugurada em 13 de agosto de 1993. O Programa continuou atuante no desenvolvimento da Política de Leitura no País. E, em uma de suas ações, promoveu junto à BEC, o projeto Férias Escolares, realizado em julho. Esse projeto visava o incentivo à leitura e o estímulo à pesquisa, fortalecendo o uso do livro para tal. Em 29 de outubro, foi comemorado na BEC o Dia do Livro, com o encontro de cinco escritores com estudantes da 3ª série do segundo grau, de cinco escolas da rede pública do Estado do Rio pelo projeto Ao Vivo, O Escritor e sua Obra.

A BEC inaugurou o Laboratório de Idiomas em março, oferecendo à comunidade um acervo com fitas de áudio contendo cursos de idiomas para pessoas autodidatas. O Laboratório tinha 647 fitas nos seguintes idiomas: inglês, francês, alemão, espanhol, italiano, russo e japonês, utilizando recursos modernos de aparelhagem de som, além de ambiente apropriado para receber os interessados, Cinquenta e cinco pessoas se inscreveram para utilizar o serviço durante o ano.

Três exposições foram montadas nas dependências da Biblioteca Euclides da Cunha: Exposição Coletiva em Artes, em 7 de maio; Iconográfica com a colaboração do Museu do Folclore, no dia 23 de agosto, e Exposição Iconográfica em comemoração ao dia da Bandeira, em 19 de novembro. A BEC atendeu a 25.862 usuários e fez 8.904 empréstimos no ano.

Nos Anais da BN de 1994 é publicado um artigo chamado Reestruturação Administrativa da Biblioteca Euclides da Cunha (p.209-217), no qual a bibliotecária-chefe, Adriana Villaça, faz uma abordagem histórica da Biblioteca, desde a sua criação, em 1937, a transferência para o Palácio da Cultura, em 1944, e a atuação nos ministérios MES (1937-1953) e MEC (1953-1985) com o perfil de especializada. Atingindo

plenamente a missão de biblioteca pública agora no MinC, sob a subordinação da Biblioteca Nacional (desde 1981). Com cerca de 90 mil volumes em seu acervo, a Biblioteca desenvolvia projetos junto à comunidade de forma a estimular o incentivo à leitura, promover a cultura nacional e crescimento pessoal. Entre esses volumes é possível destacar obras importantes como publicações do MEC e da UNESCO, periódicos nacionais, obras de referência, a *Brasiliana*, obras completas de Ruy Barbosa, Euclidianas, monografias, fitas de vídeo e áudio.

Além dos serviços de atendimento ao público por meio de consultas no local, empréstimos, reprografia de materiais para estudo e empréstimo entre bibliotecas, a BEC ofereceu, entre os anos de 1994 e 1995, cursos extracurriculares:

- Treinamento Vivencial em Recreação (1994);
- Processo Criativo na Arte de Contar Histórias (1995);
- Oficina de Produção Oral e Escrita (1995).

Villaça (Anais da BN, 1994, p.213) também ressalta o Programa Apoio Didático, cujo objetivo era orientar os estudantes na utilização de fontes bibliográficas para um melhor aproveitamento dos trabalhos escolares. Para utilizar esse benefício, bastava o agendamento da visita de, no máximo, 20 alunos (tanto de órgãos públicos como particulares) à Biblioteca. No decorrer da visita, eram oferecidas orientações técnicas sobre o acervo e, na videoteca, era possível aos alunos assistir filmes de sua preferência.

O Espaço Cultural da BEC era utilizado por artistas locais e de regiões do Brasil para a exposição de seus trabalhos, lançamentos de livros etc., incentivando aos jovens que não tinham acesso a galerias a conhecer esse tipo de arte e facilitando para editoras um local para divulgar lançamentos ou outras obras de catálogo. Em 1992, houve o lançamento do livro *Paes Barreto de rio Formoso: solar de Mamucabas*, de Noêmia de Paes Barreto Brandão e, em 1993, houve a tarde de autógrafos do livro *...E o diabo a quatro*, do autor André Gardel. Além dessas, outras exposições incluíram obras de literatura e iconografia, entre outras:

- Monteiro Lobato e o Dia Internacional do Livro Infantil (1991);
- O Outro Euclides, e as alusivas ao Dia Nacional do Folclore e ao Dia da Bandeira (1992);

- Em comemoração ao Dia Mundial da Saúde e ao Dia da Liberdade de Imprensa (1993);
- Eleições: Consciência Nacional e sobre a Copa do Mundo de Futebol (1994).

Em 1994, algumas datas comemorativas deram motivos para exposições no Espaço Cultural da BEC: os 140 anos de publicação do romance Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida; 80 anos do nascimento do escritor José Cândido de Carvalho e os 30 anos de falecimento da escritora e poeta Cecília Meireles. Com o apoio do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da FBN/DNL, a BEC promoveu concursos literários estimulando o hábito de leitura e o desenvolvimento da criação literária em jovens estudantes. De 1991 a 1995, foram estes os temas dos concursos que tiveram a participação de jovens de todo o país:

- Ecologia;
- Colombo: visionário ou conquistador?;
- Poesia livre;
- Cidadania brasileira: temos direito à ela?;
- Miséria e fome: qual a solução?

A videoteca da BEC disponibilizou para a comunidade em geral 693 fitas sobre os mais variados assuntos, entre 1992 a 1994, em seu espaço equipado com modernas tecnologias educacionais. O Laboratório de Línguas foi fundamental para pessoas que não dispunham de condições financeiras para custear cursos de idiomas. No período entre 1991 a 1994, houve 1.800 inscritos no Laboratório.



Figura 14: Laboratório de Línguas

Fonte: Arquivo Administrativo BEC

Entre as ações de reestruturação da Biblioteca Euclides da Cunha, muitas atividades foram desempenhadas, como a atualização do Catálogo-principal; a elaboração e aplicação de um questionário para conhecer o público que frequentava a instituição (estudo de usuário); inventário de monografias e periódicos, que gerou como produto um relatório; elaboração do regulamento dos “serviços de atendimento da BEC” e um “Manual Técnico da BEC”. Entre 1991 a 1993, a BEC inscreveu 12.807 novos leitores, realizou 95.145 consultas/empréstimos a leitores, 132 empréstimos entre bibliotecas, 230 atendimentos de pesquisas por telefone e 171 reprografias de materiais para estudo. De acordo com o levantamento realizado em 1994, 90% do público que frequentava a instituição eram compostos por estudantes e os 10% restantes por adultos com o intuito de realizar leitura recreativa ou cultural.

No Relatório da presidência da Fundação Biblioteca Nacional (Anais da BN, 1994, p.225-276) consta a necessidade de melhoria no espaço da BEC e da Biblioteca Demonstrativa de Brasília. A FBN participou de uma comissão coordenada pelo Ministério da Cultura para elaboração da Política Nacional do Idoso e da Família por meio de projetos da Biblioteca Demonstrativa de Brasília e da Biblioteca Euclides da Cunha sobre esses temas. A BEC realizou 27.090 consultas e 7.550 empréstimos nesse ano.

O V Concurso Literário da Biblioteca Euclides da Cunha aconteceu em 1995, em comemoração ao dia Nacional do Livro e, além dele, a BEC promoveu o Concurso

Literário, na categoria Prosa, com o tema Uma carta para Mario de Andrade em homenagem aos 50 anos de morte do escritor modernista. Palestras e exposições igualmente aconteceram no Espaço Cultural da BEC, como também orientação e atendimento aos usuários dos Laboratórios de Línguas e da Videoteca. A Biblioteca atendeu neste ano 18.989 leitores.

As principais realizações da BEC em 1996 foram a informatização de seu acervo, com 19 mil títulos processados; inauguração do Núcleo para Portador de Deficiência Visual, em setembro, atingindo, em dezembro, um total de 241 livros em braile e 26 fitas cassetes com audiolivros. A Biblioteca adquiriu, por meio de doação, como material permanente, os seguintes equipamentos: scanner colorido, 200 fitas cassetes virgens, programa DOSVOX e o LIVROVOX para cegos.

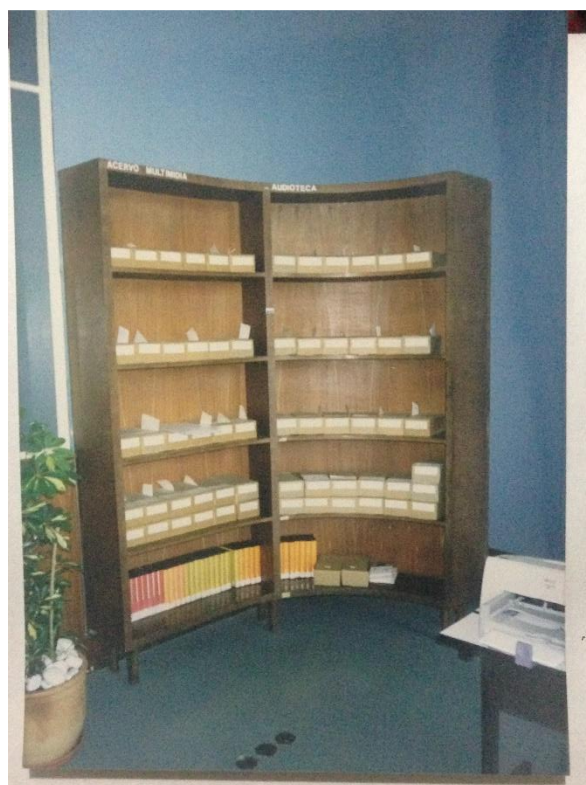


Figura 15: Livros falados do Núcleo do Portador de Deficiência Visual
Fonte: Arquivo Administrativo BEC

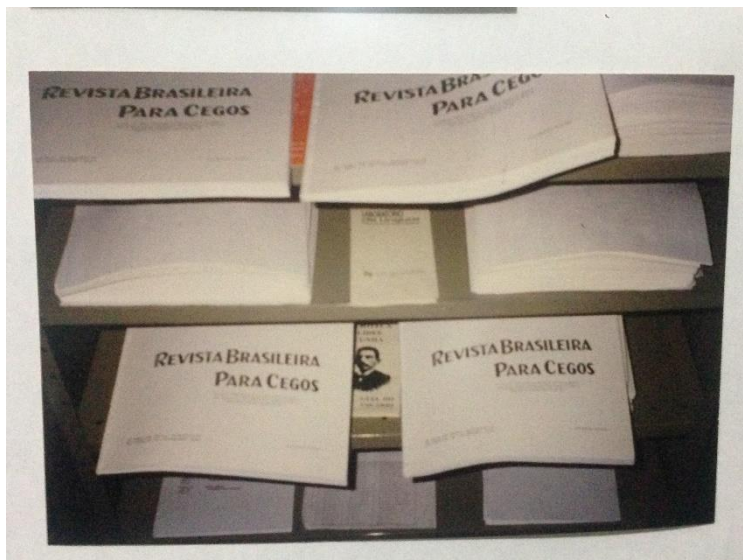


Figura 16: Livros em Braille
Fonte: Arquivo Administrativo BEC

Neste mesmo ano, 1996, o acervo do Laboratório de Línguas atingiu o número de 237 fitas cassetes em línguas estrangeiras, sendo utilizado para consultas por 75 usuários. O acervo da BEC adquiriu 80 mil volumes; em especial, a Videoteca alcançou o número de 687 fitas doadas por entidades e editoras e atendeu a um total de 75 escolas. O VI Concurso Literário, voltado para os alunos do 1º e 2º graus, teve como tema: Violência, não, Queremos Paz! e ofereceu um prêmio de R\$500,00 (quinhentos reais) ao vencedor. O valor do prêmio foi doado pelo setor DNL/Fundação Biblioteca Nacional.

Foram realizadas exposições com as seguintes temáticas: Dia Internacional do Teatro, Dia do Folclore, Dia do Poeta, bem como exposições em comemoração aos aniversários dos escritores Manoel Bandeira, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Cruz e Souza, Gregório de Matos, entre outros. Tiveram prosseguimento o Programa Apoio Didático (atendimento a colégios) e o Projeto Férias Escolares (incentivo à leitura). No ano de 1996, a BEC atendeu a 25.602 usuários, realizou 13.139 empréstimos, 111 empréstimos entre bibliotecas, 141 pesquisas por telefone e fez 34.730 reproduções para estudo.

No ano de 1997, foi ordenada a retirada das mesas de consulta em grupo e a extinção do serviço de fotocópias da Divisão de Obras Gerais da FBN, já que a Biblioteca Euclides da Cunha atendia perfeitamente ao público que tinha essa necessidade de serviços (estudantes de 1º e 2º graus)⁸⁷.

⁸⁷ **Anais da BN**, 1997, p.327

A BEC, em 1997, inaugurou dois terminais com acesso à internet, permitindo aos leitores a consulta *on-line* de 19.500 registros. E recebeu do setor da Seção de Intercâmbio, doações particulares e de editoras um total de 924 novas obras.

O acervo do laboratório de línguas chegou a 732 fitas cassetes de línguas estrangeiras, que atenderam 85 leitores no ano. A Videoteca chegou a 484 fitas doadas por entidades e editoras e atendeu a 90 colégios.

O Núcleo para Portador de Deficiência Visual com o acervo de 280 monografias em braile e 75 fitas cassetes de literatura brasileira (livros falados gravados por voluntários) atendeu a 45 pessoas com deficiência visual. Carias (2008, p.14) informa que o acervo foi constituído, inicialmente, por doações da Fundação Dorina Nowiil para Cegos (FDNC)⁸⁸ e o Instituto Benjamin Constant (IBC)⁸⁹. O empréstimo das obras, desde Literatura a outros temas específicos, podia ser feito por 30 dias. Além disso, salas foram adaptadas para que estudantes pudessem escutar o conteúdo dos livros falados, sem necessidade de levar para casa.

Havia sinalização com placas em braile para tornar acessível o local e a biblioteca tinha esse acervo inscrito no Catálogo Nacional de Publicações para Cegos (CNPC) da FBN. A BEC tinha parceria com a Organização Nacional de Cegos Espanhóis (ONCE), para receber obras de literatura portuguesa em braile, além de disponibilizar um levantamento das entidades nacionais e internacionais em braile. (CARIAS, 2008, p.15)

No ano 1997, houve a realização do VII Concurso Literário, com o tema Comunidade Global Rumo ao Século XXI, para estudantes do 1º e 2º graus. Tiveram sequência o Programa Apoio Didático e o Projeto Férias Escolares. As exposições comemorativas realizadas ao longo do ano versaram sobre a Fundação da Cidade do Rio de Janeiro (março), Dia das Américas (abril) e Dia do Folclore (agosto), além das exposições por ocasião da comemoração de aniversários dos escritores José de Anchieta, Padre Antônio

⁸⁸ Criada em 1946, por Dorina de Gouvêa Nowiil - primeira estudante cega a frequentar um curso normal na escola Normal Caetano de Campos - a Fundação oferece livros em diversos formatos, acessíveis a pessoas com deficiência visual, trabalhando o conceito de inclusão.

⁸⁹ Idealizado por José Álvares de Azevedo, o órgão foi criado em 1854, como escola para crianças cegas, nas quais o sistema Braille era difundido. Atualmente, é dotado de autonomia administrativa e vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado da Educação, além de atuar como escola para crianças e adolescentes cegos, surdocegos, com baixa visão e deficiência múltipla, é também um centro de referência, em nível nacional, para questões da deficiência visual, capacitando profissionais e assessorando instituições públicas e privadas nessa área, além de reabilitar pessoas que perderam ou estão em processo de perda da visão.

Vieira, Capistrano de Abreu e José Lins do Rego. Foram atendidos 15.280 leitores ao longo do ano, com 8.258 consultas locais e 7.969 empréstimos.

Em 1998, foi feita a instalação do cabeamento lógico de informática na BEC e assessoria técnica. A Biblioteca Nacional realizou obras de recuperação nos banheiros da Biblioteca Euclides da Cunha.

As exposições realizadas nesse ano foram: Euclides ... Sempre Atual; Brasil: o País do Futebol; Folclore Nacional e Cidadania em Ação. Foi dada continuidade às atividades do Laboratório de Línguas, que recebeu 102 usuários; a Videoteca atendeu a um total de 85 colégios; o Núcleo para Portador de Deficiência Visual recebeu 62 consultas de deficientes visuais.

O VIII Concurso Literário teve como o tema Mercosul, a União das Américas; tiveram continuidade ao Programa Apoio Didático e o Projeto Férias Escolares. O acesso à internet atendeu a 110 estudantes. As consultas feitas ao acervo totalizaram 19.627 e o empréstimo atingiu o número de 10.729 no ano de 1998.

No Relatório da diretoria-geral da Fundação Biblioteca Nacional (1999, p.364), a BEC é apontada como uma biblioteca especialmente voltada para estudantes de ensino fundamental e médio e, nesse ano, recebeu 28.961 consultas e realizou 7.639 empréstimos. Deu continuidade aos programas e projetos que vinha desenvolvendo ao longo dos anos desde que tornou-se subordinada à FBN. Os principais projetos em andamento foram o Laboratório de Línguas, o Núcleo para Portadores de Deficiência Visual, Férias Escolares e o Programa de Apoio Didático, além das exposições comemorativas e eventos que memorem a cultura.

O acervo do Laboratório de Línguas, em 1999, chegou a 890 fitas cassete; o do Núcleo ao Portador de Deficiência Visuais a 420 monografias em braile e 75 fitas (audiolivros), atendendo a 60 deficientes visuais. O acervo da Videoteca chegou a 720 fitas e alcançou 120 escolas.

As exposições realizadas ao longo do ano foram: Euclides... sempre Euclides; Transportes no Rio de Janeiro; Missões Culturais no Brasil; Garibaldi, Herói da Guerra dos Farrapos; Folclore no Mercosul; Moedas Brasileiras e Academias Literárias no Rio de Janeiro. Além dessas exposições, a BEC realizou mostras em homenagem aos seguintes escritores: Silva Alvarenga (em virtude dos 250 anos de nascimento); Joaquim Nabuco (150 anos); Visconde de Taunay (100 anos de morte); Claudio Manuel da Costa

(210 anos); Tobias Barreto (110 anos); Tristão de Athayde (15 anos) e Visconde de Mauá (110 anos).

No ano de 2000 não houve informações no Relatório da diretoria-geral da BN sobre os trabalhos desenvolvidos na BEC.

Em 2001⁹⁰, a BEC passa por uma reforma geral, reabrindo em 13 de novembro desse ano, com a exposição Euclides da Cunha e seus Pensamentos, em comemoração ao aniversário do patrono. Cerca de 18 mil obras são disponibilizadas para consulta on-line, e entre os serviços ofertados estão o acesso gratuito à internet; a videoteca e o Núcleo para Portadores de Deficiência.

Até o ano de 2001, a informação sobre a estatística anual dos atendimentos prestados pela BEC era apresentada de forma separada nos Anais da BN. A partir do ano de 2002, as informações sobre o quantitativo de atendimentos dos setores da BN, da Biblioteca Demonstrativa de Brasília e Biblioteca Euclides da Cunha aparecem unificados nos relatórios.

Em 2002, pode-se destacar neste documento⁹¹ os seguintes serviços prestados pela BEC aos usuários: Laboratório de Línguas; Videoteca; Núcleo de Portador de Deficiência Visual; além de exposições iconográficas. Nesse ano foi criado mais um canal de divulgação dos serviços da instituição, o Guia de Usuário da BEC.

No ano de 2003, é criado um serviço de Ouvidoria para atuar como canal direto com os frequentadores da BEC e BDB. O Laboratório de Língua; a Videoteca; o Núcleo de Portador de Deficiência Visual e o programa Internet ao Alcance de Todos continuaram sendo ofertados à comunidade em geral, que frequentou a BEC para suas atividades, serviços e exposições temáticas.

No relatório de 2004⁹², é mencionada uma proposta para a realização de um inventário do acervo bibliográfico e documental da BEC, que neste ano correspondia a aproximadamente 150 mil títulos, para ampliação da política de Livre Acesso aos seus usuários.

O relatório da FBN de 2005 apresenta informações sobre a instalação de um ar condicionado tipo *Split* na Sala da Coordenadoria da BEC⁹³, porém, essa informação não condiz com a realidade já que não há aparelho instalado no local.

⁹⁰ **Relatório de Gestão da BN**, 2001, p.84

⁹¹ **Id.**, 2002, p.106-108

⁹² **Relatório de Gestão da BN**, 2004, p. 93

⁹³ **Relatório de Gestão da BN**, 2005, p.62

As atividades desenvolvidas pela BEC no ano de 2006 foram⁹⁴: Programa Livro Aberto (exposição de obras de arte no salão de leitura); Eventos literários (encontro com jovens escritores e encontro literário com o cordelista Gonçalo Ferreira); Leituração (exposição comentada de obras literárias mensalmente); Informativo Traça-Faminta (com tiragem mensal de 60 mil exemplares); Folhetos educativos (com dicas sobre estudo, como elaborar trabalhos, locais especializados em arte e cultura no Rio de Janeiro, entre outros), e mostras temáticas do acervo.

Em 2007, constam informações sobre restauração do mobiliário da BEC com o objetivo de proporcionar uma melhor utilização do espaço por funcionários e usuários e melhorar as condições de guarda do acervo, além da preservação do patrimônio arquitetônico⁹⁵. Há um resumo histórico sobre a BEC⁹⁶, detalhando, desde sua criação em 1937, até o momento atual na FBN. Segundo esse relato, a Biblioteca desperta o interesse de jovens estudantes como também de visitantes brasileiros e estrangeiros interessados na arquitetura e mobiliário do local. Foi destacada a visita da bibliotecária Lesley S.J. Farmer, da California State University, cujo interesse era conhecer as atividades voltadas para o público jovem.

Como parte das ações de conservação da BN, em 2008, foi instalado a primeira unidade de Conservação de acervos fora do prédio sede, sua localização é no terceiro andar do Palácio Capanema, para atuar tecnicamente na parte de preservação e conservação dos acervos da Biblioteca Euclides da Cunha e da Divisão de Música, com previsão para início das atividades no ano seguinte⁹⁷. É dada continuidade ao trabalho de restauração do mobiliário da BEC iniciado no ano anterior⁹⁸.

Os serviços oferecidos pela Biblioteca: o Laboratório de Língua; a Videoteca; o Núcleo de Portador de Deficiência Visual e o programa Internet ao Alcance de Todos, deixam de ser mencionados nos relatórios de gestão da FBN a partir de 2004, ao mesmo tempo que há o enaltecimento da BDB e da Casa da Leitura/PROLER.

A unidade de Conservação de Acervos instalada no 3ª andar do Capanema como apoio na preservação e conservação dos acervos da BEC e da DIMAS, e que deveria passar a funcionar em 2009, é mencionada no relatório do ano com previsão para entrar em

⁹⁴ **Relatório de Gestão da BN**, 2006, p.98

⁹⁵ **Relatório de Gestão da BN**, 2007, p.26

⁹⁶ **Ibid**, p. 92

⁹⁷ **Relatório de Gestão da BN**, 2008, p.19

⁹⁸ **Ibid.**, p. 30

funcionamento no ano seguinte⁹⁹. O número de consultas realizadas na Biblioteca Euclides da Cunha ao longo do ano de 2009 foi de 6.942 e 2.643 empréstimos domiciliares¹⁰⁰. O catálogo *on-line* da BEC passou a ficar acessível no *site* da Biblioteca Nacional, por meio do Projeto França-Brasil, o mesmo que prevê a manutenção e atualização do portal institucional, inclusive a Biblioteca Digital.

Em 2010, é inaugurada a unidade de Conservação de Acervos no Capanema. Não aparecem informações relevantes sobre a Biblioteca Euclides da Cunha nos Relatórios de 2011 e 2012.

No ano de 2013, a BEC atendeu presencialmente 7.283 pesquisadores¹⁰¹ e realizou 1.096 empréstimo de obras¹⁰², ofereceu os seguintes serviços de promoção a leitura: Informativo BEC (informações sobre a Biblioteca, outras instituições e eventos culturais); Para Ler (exibição dos principais livros incorporados ao acervo); Mostras Temáticas e Cine BEC. Os pontos negativos sobre a instituição nesse relatório são a não informatização do cadastro de usuários, o que se tornou um empecilho no processo de empréstimo das obras, e a falta de um sistema de segurança eletrônica de acesso e circulação de pessoas.

Lira (2007) enaltece o trabalho que a Biblioteca Euclides da Cunha desenvolvia por meio do Núcleo à comunidade de pessoas portadores de deficiência e idosos como um importante exercício de cidadania a uma parcela da sociedade que quase sempre é excluída na formulação de serviços básicos. Em seu artigo o autor sugere que a Biblioteca Nacional inclua no Plano Nacional do Livro e da Leitura formas de disseminar a informação também para esse público.

Em consonância com o Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta leis que dão prioridade à acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a organização da sociedade civil Acessibilidade Brasil pretendia implantar no ano de 2008, projetos de acessibilidade física e digital tanto na Biblioteca Nacional como na Biblioteca Euclides da Cunha. O artigo acima citado, menciona que havia a intenção de investir no portal, disponibilizando, por meio de, livro digital falado, impresso em braile, livro visual e em outros formatos, além da instalação de equipamentos especializados, programas e serviços que facilitassem o acesso aos

⁹⁹ Relatório de Gestão da BN, 2009, p.16

¹⁰⁰ *Ibid.*, p.67

¹⁰¹ Relatório de Gestão da BN, 2013, p.50

¹⁰² *Ibid.*, p. 52

idosos e pessoas com deficiência. Apesar de existir essa proposta, não há registros de que essa parceria tenha sido firmada e nem indícios de investimentos nas bibliotecas mencionadas.

Entre os anos de 2009 e 2011, a procura por obras em braile no acervo da BEC diminuiu drasticamente, paralelamente o acervo de literatura cresceu bastante em virtude das doações recebidas de editoras, população em geral, e duplicatas vindas do setor de Intercâmbio. Da mesma forma, passou a ser incorporado ao acervo da BEC as duplicatas das obras inscritas no Prêmio Literário da Biblioteca Nacional. Como o livro em braile necessita de espaço por causa dos vários volumes que os compõem, considerando-se também a baixa procura desse acervo, e o investimento feito por Muniz Sodré para o atendimento no prédio sede do público portador de deficiência visual, a direção da BEC, em concordância com a FBN, optou por desativar o Núcleo ao Portador de Deficiência Visual, e enviar o acervo, juntamente com os instrumentos necessários, tornando esse atendimento um serviço oferecido exclusivamente no prédio sede. O envio do acervo em braile ainda não foi concluído, pois parte desse acervo permanece nos dias atuais na BEC, aguardando a destinação final.

Nos anos de 2014 a 2016, a BEC é mencionada nos relatórios como a “biblioteca de empréstimo de livros”¹⁰³, porém, não se percebe claramente a participação da mesma nos macroprocessos descritos nesses documentos de gestão, muito embora esteja representada nos organogramas¹⁰⁴ e seja reconhecida como um braço cultural da FBN.

Na estrutura organizacional da BN, a BEC já pertenceu à Seção da Divisão de Referência Geral (1987-1989), à Diretoria de Acervos Bibliográficos e Documentos (1989-1990) e à Presidência (desde 1990).

¹⁰³ **Relatório de Gestão da BN:** 2014, p.24; 2015, p.66 e 2016, p.83

¹⁰⁴ **Relatório de Gestão da BN:** 2014, p.12; 2015, p.13 e 2016, p.16

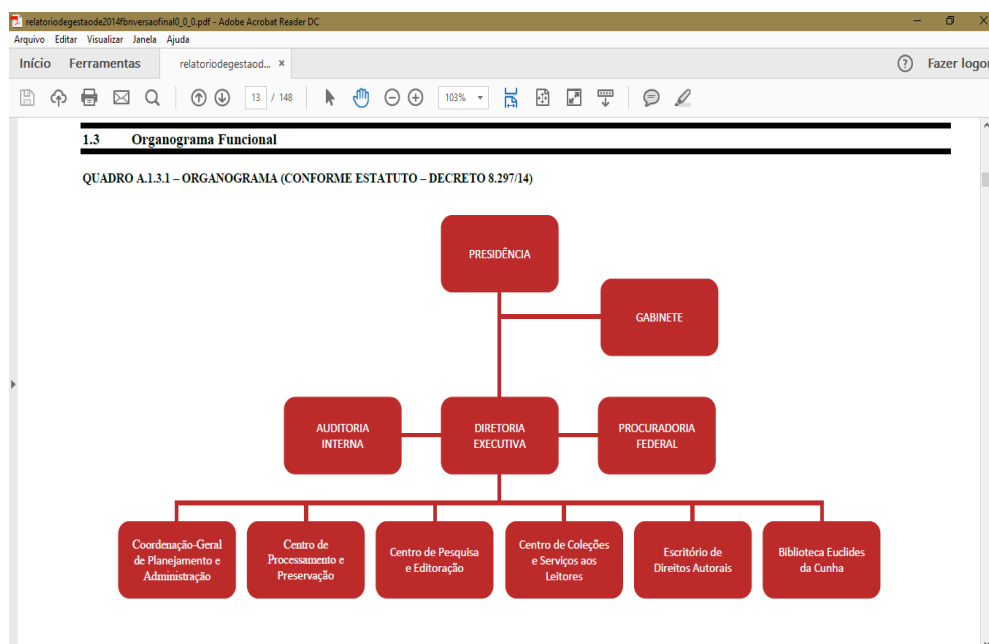


Figura 17: Organograma funcional.

Fonte: Relatório de Gestão da FBN (2014-2016)

Ramos (2009, p.56) faz um balanço avaliando as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da biblioteca, leitura e livro, nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). No período em que FHC foi presidente do país (1995-2003), os investimentos na cultura nacional foram basicamente as Lei Rouanet (criada em 1991 e modificada em 1995) e a Lei de Audiovisual (1993). Embora a Lei Rouanet oferecesse incentivo fiscal, pelo abatimento do imposto de renda, para empresas que patrocinassem projetos culturais, segundo uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro de Minas Gerais, ao final do primeiro mandato, cerca de 40% das cidades brasileiras não tinham bibliotecas. A Lei de Audiovisual permitiu que houvesse um salto surpreendente na produção de filmes – em 1994, somente dois filmes foram produzidos e, em 1995, esse número cresceu para 40 –, o Rio de Janeiro detinha 97% dos projetos. Podemos concluir que as duas leis não ajudaram a quebrar a concentração cultural dos produtores mais influentes. No ano de 2000, o ministro Weffort decide focar em políticas para bibliotecas. Foram ampliados os projetos PROLER, o Paixão de Ler e Uma Biblioteca em Cada Município, objetivando criar ou revitalizar bibliotecas públicas existentes.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi criada a Secretaria do Livro e Leitura, dentro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que concebeu o Projeto Uma Biblioteca em Cada Município que objetivava a implantação de bibliotecas em cidades

que não tinham e revitalizar as que precisassem. Esse projeto previa o investimento de R\$ 2 milhões de reais por ano, para a aquisição de livros, mobiliário e equipamentos e os municípios com a infraestrutura necessária, parte desse valor era captado pela Lei Rouanet. Após dois anos de funcionamento, por suspeitas de superfaturamento, há uma mudança no repasse das verbas, que foi, então, substituído por envio de *kits* contendo livros, mobiliários e equipamentos.

Segundo os relatórios da presidência da FBN, durante o governo FHC, apesar dos poucos recursos e cortes orçamentários, foram deflagradas ações e projetos com o propósito de consolidar um atuante e efetivo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) no país. Sua coordenadoria, embora não dispusesse de uma estrutura compatível com a amplitude da missão proposta e atuação gerencial, procurou consolidar o SNBP no país, sobretudo, articulando-o com os sistemas estaduais e as bibliotecas municipais e estaduais. Suas ações buscaram fortalecer e divulgar o conceito atual de biblioteca pública, que deixa de ser mero “armazém de livros”, para, através de acesso à informação e fomento do hábito de ler, assumir uma função social, que é, em última análise, contribuir para a formação da consciência crítica do indivíduo, tornando-o capaz de exercer plenamente sua cidadania e construir um país democrático. (RAMOS, 2009, p.63-64)

Na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), o investimento em políticas culturais se potencializou. Durante a campanha eleitoral de 2002, foi elaborado um documento por parte do Partido dos Trabalhadores (PT) chamado A imaginação a serviço do Brasil que podia ser dividido, ainda segundo Ramos, em seis eixos: “Cultura como política de Estado”; “Economia da Cultura”; “Direito à Memória”; “Cultura e Comunicação”; “Transversalidades das políticas públicas de cultura” e “Gestão democrática”. Com essas vertentes de trabalho, o Ministério da Cultura perde a característica elitizada e abre fronteiras para modalidades de cultura popular, independentemente de raça, credo, orientação sexual ou classe social.

Quando assumiu a presidência, Luís Inácio Lula da Silva fez reformas no Ministério da Cultura, com isso a Secretaria do Livro e da Leitura deixou de existir e suas atribuições foram absorvidas pela Fundação Biblioteca Nacional. Para dar continuidade ao trabalho de abertura de bibliotecas é lançado o Programa Livro Aberto, dentro do já existente Fome de Livro.

À medida que as áreas prioritárias eram visitadas ficava claro que a maior necessidade não era um ou outro projeto, mas, sim, uma política de médio a longo prazo, que

determinasse o papel de cada um dos atores na sociedade. Essa necessidade gerou um documento chamado Diretrizes Básicas da Política Nacional do Livro Leitura e Bibliotecas (2005-2022). O Livro Aberto ou Uma Biblioteca em Cada Município são ações de governo voltados para instalações de bibliotecas e o Fome de Livro que se transforma no Plano Nacional do Livro e Leitura é política de Estado, onde os programas e projetos estão inseridos.

Ramos (2009, p.66) destaca que o programa peca ao dar ênfase em criação de bibliotecas sem criar mecanismos para a solidificação das existentes. Apesar dos projetos e equipamentos serem de qualidades, não há investimentos em pessoas realmente qualificadas para gerir os projetos, ou seja, não há investimento em contratação de bibliotecários para as bibliotecas públicas.

Em 2014 a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB)¹⁰⁵ é transferida da Biblioteca Nacional para o MinC, deslocando para Brasília as atividades de promoção do livro e leitura e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas¹⁰⁶.

De acordo com Ramos, o Brasil não tem bibliotecas públicas suficientes para atender à população, e ainda nos deparamos com a realidade de algumas que são fechadas por períodos indeterminados

1.5. A obra no Palácio Capanema e a mudança provisória da BEC

Ao longo de seus 74 anos, o Palácio da Cultura passou por reestruturações tanto internamente como nas suas fachadas. Segre (2013, p.436) destaca que as reformas entre 1945 e 1960 não trouxeram mudanças significativas em seu interior, que alterassem dimensões e espaços. Em geral, as alterações foram de caráter funcional e não acarretaram descaracterização do prédio.

Em 1961, com a ida do Ministério da Educação para Brasília, devido à transferência, o número de pessoas que frequentavam os departamentos diminuiu e por este motivo os

¹⁰⁵ Responsável pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação da política do Ministério da Cultura no campo do livro e da leitura, fundamentada nas diretrizes, objetivos e eixos de ação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Por força do Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, a DLLLLB incorporou em sua estrutura o Sistema Nacional de Bibliotecas (SNBP); o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler); e a Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles - BDB, além das Coordenações-Gerais de Leitura e de Literatura e Economia do livro. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/diretorias>

¹⁰⁶ **Relatório de Gestão da BN**, 2015, p.101

banheiros na parte externa de quase todos os andares foram extintos, com exceção do 4º andar, o qual visava atender ao público que frequentava a Biblioteca Euclides da Cunha. A explicação para esses banheiros serem mantidos está no cumprimento de uma determinação expressa no Projeto¹⁰⁷ para a construção do edifício do MES. De acordo com o documento, para assegurar o bom funcionamento de todos os setores no prédio, com exceção da biblioteca e do gabinete do Ministro, o arranjo inicial poderia sofrer diminuições ou acréscimos, de acordo com a necessidade, admitindo assim a supressão de algumas seções ou criação imprevista de outras, porém, garantia a estrutura dos setores mencionados anteriormente.

Segre (2013, p.436-437) afirma que, em 60 anos de existência do prédio, foram realizadas inúmeras atividades para mantê-lo em boas condições para uso, mesmo tendo perdido a sua função original com a transferência dos departamentos do MEC para Brasília. Quando houve a oficialização do nome do prédio para Palácio da Cultura, por intermédio do Decreto n.º 48.400, de 23 de junho de 1960, a definição para seu uso foi atuar como centro de atividades culturais. Essa mudança fez com que o prédio fosse ocupado por instituições diferentes do Ministério da Educação e Cultura, dificultando a manutenção dos espaços, já que em alguns casos havia o conflito de interesses dos funcionários dos diversos setores. Em 1963, foi constituída uma comissão para elaborar um plano para utilização e conservação do Palácio, formada por Gustavo Capanema, Péricles Pinho, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Lúcio Costa ficou responsável pela supervisão das principais intervenções realizadas e pela orientação dos serviços de manutenção, realizados pelo Departamento de Obras do MEC até o final da década de 1970. Os elementos que sofreram intervenções no período anteriormente mencionado foram as esquadrias da fachada sul, os painéis de azulejaria, os jardins, os revestimentos internos e as pavimentações, porém, nem todas as obras foram realizadas com os padrões de qualidade necessários e, em 1980, o estado do prédio era bem precário com problemas que afetavam a integridade, não somente as que descaracterizavam sua identidade, como os painéis de azulejos, como também as que atingiam o funcionamento, um exemplo são as instalações técnicas que estavam obsoletas.

¹⁰⁷ Processo n.º 6870/35. Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GCf 1934.10.19**, p.20/1536. Acervo CPDOC/ FGV

Dessa forma, a década de 1980 pode ser considerada como um período onde pairam várias questões em relação à preservação do Patrimônio Cultural como parâmetros, critérios e métodos de intervenção em monumentos da arquitetura moderna, tanto no cenário nacional como no internacional.

O secretário da Cultura, em 1981, Aloísio Magalhães, participou de uma reunião da UNESCO, na Austrália, onde foi iniciada uma discussão sobre o Palácio da Cultura ser considerado Patrimônio Cultural da Humanidade. Aloísio se tornou, então, o presidente do Grupo Executivo do Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura (1981-1987)¹⁰⁸.

Em 1985, a também conhecida intelectual Heloisa Lustosa elaborou um programa de revitalização do prédio, baseado na realização de programas de integração das artes plásticas, da arquitetura, da literatura e da música, em atividades que difundissem não só as realizações brasileiras, mas ao mesmo tempo as manifestações da cultura universal. (SEGRE, 2013, p.438)

De acordo com Martinelli (2015, p.3) as primeiras adaptações de que se tem registro datam de abril de 1948, mesmo ano do tombamento do prédio. Ribeiro (1999, p.1) acredita que o fato do Sphan funcionar no mesmo prédio e de Lúcio Costa ter trabalhado como chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos até 1972, quando se aposentou, foi um dos fatores para que as intervenções realizadas no prédio tenham respeitado o formato de seus espaços.

No ano de 1981, foi aprovada a criação de um Grupo Executivo, por meio da Portaria n.º 545 instituída pelo ministro de Educação e Cultura, General Ruben Ludwig, para dar andamento ao Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura (PRPPC). Os integrantes do Grupo são Aloísio Sérgio Magalhães, secretário da Cultura; Irapoan Cavalcanti de Lyra, subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Pery Porto, delegado do MEC no Rio de Janeiro; Rubens de Castro Albuquerque, diretor-geral do Departamento de Administração do MEC e, posteriormente, o engenheiro Augusto Guimarães Filho, funcionário da Fundação Nacional Pró-Memória para exercer a função de coordenador técnico.

Augusto Guimarães Filho, conforme Segre (2013, p.439), foi o responsável para afirmar a importância do Palácio como um monumento representante de um marco, não somente

¹⁰⁸ Atualmente o Edifício se encontra na lista indicativa para futura análise de tombamento pela UNESCO.

brasileiro como também internacional, seguindo o movimento da arquitetura contemporânea que nasce com o arquiteto Le Corbusier. Devido a esse fato as propostas que se seguiram no sentido de recuperação do monumento procuraram respeitar ao máximo a construção original e, ao mesmo tempo, procurou-se buscar soluções para problemas práticos e funcionais que atrapalhavam a rotina dos funcionários do prédio.

Segundo Martinelli (2015, p.4), o edifício apresentava péssimas condições, inclusive a descaracterização da imagem que garantiu seu tombamento em 1968. Ribeiro (1999, p.1) afirma que essa descaracterização está ligada à perda do *status* sede ministerial do prédio, decorrente da saída do MEC para Brasília, somado ao fato da falta de verba para a manutenção preventiva, culminando no início dos anos 80 em um acúmulo de problemas que necessitavam de intervenções.

O Grupo Executivo elaborou um Projeto de Restauro para ser concluído em quatro anos (1981-1985), podendo estender-se até 1987. O PRPPC realizou um trabalho de inventário da documentação existente, de boa parte da arquitetura, mobiliário e obras de arte, antes das intervenções e depois das obras de acordo com o tipo interna e externa. O objetivo do Programa era que houvesse resultados concretos até 1987 em virtude da comemoração dos 50 anos do início da construção do Prédio. A metodologia empregada pelo Grupo Executivo para garantir a fidelidade ao projeto inicial foi a contratação dos autores da obra para verificação das propostas. Foram consultados Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Jorge Moreira e Ernani Vasconcelos. Segre (2013, p.441) acredita que o contato mais importante foi feito com Burle Marx, já que os jardins estavam completamente desfigurados. Os primeiros canteiros restaurados foram os dos “rés-do-chão”. Para revitalização, as plantas tiveram que ser removidas e colocadas em viveiros e, após a restauração das muretas originais, inserção do novo sistema de irrigação (já que os originais não funcionavam pelo desgaste da tubulação) e de adubação da terra, as plantas foram replantadas. A restauração desses canteiros do “rés-do-chão” aconteceu entre 1981 e 1985. Em 1982, aconteceu a restauração dos jardins do segundo pavimento: depois da impermeabilização do terraço, foi executado o projeto seguindo-se os mesmos critérios dos jardins do rés-do-chão. Os canteiros originais do 16º andar também foram restaurados, seguindo as propostas de Burle Marx.

Segre ressalta que os trabalhos desenvolvidos pelo grupo técnico do PRPPC foram de suma importância não somente nas intervenções técnicas no edifício, como também na elaboração de um padrão técnico que deveria ser adotado nas obras de restauração e

restauro, principalmente no quesito de documentar detalhada e criteriosamente as informações sobre o edifício e seus bens móveis, para intervenções futuras.

Quando as obras começaram, o sistema elétrico estava com sobrecarga, as instalações sanitárias deficientes, o abastecimento de água estava comprometido devido à obsolescência das bombas, os elevadores estavam fora de funcionamento e havia um sério problema em relação à estrutura, que se concentrava nas lajes dos terraços-jardins, tanto do 15º quanto do 16º andar, e no salão de exposição, devido à falta da impermeabilização. Esses problemas comprometeram a estrutura nos pavimentos superiores, em virtude da exposição ao tempo, causando infiltração como consequência da água de chuva, o que produziu a oxidação das ferragens expostas. Os problemas foram solucionados depois da remoção da ferragem danificada e da argamassa de revestimento nas áreas identificadas. Em seguida, foi feita a restituição da estrutura das ferragens com novas peças, que foram soldadas às existentes, e a aplicação de produtos para aderência da nova camada de cimento, além da recomposição do emboço e reboco das áreas.

O PRPPC desenvolveu também estudos técnicos com procedimentos para restauração arquitetônica de elementos originais deteriorados. O Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura permaneceu ativo até 1991, quando o coordenador Guimarães Filho se aposentou.

A Sociedade de Amigos do Palácio Gustavo Capanema, criada em 1994, foi importante ao impulsionar as novas obras de restauração do prédio. Entre as pessoas que integravam a sociedade estavam Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Para a realização das obras, um convênio foi estabelecido entre o MinC e a Petrobrás que, com o apoio da Lei Rouanet, deveria financiar uma boa parte das obras.

No documento que oficializou o convênio estavam definidas as responsabilidades dos participantes: o MinC deveria supervisionar a elaboração do projeto, estabelecendo a programação dos trabalhos, e disponibilizar as informações necessárias sobre o prédio. À Petrobrás cabia a responsabilidade da provisão financeira e atender às demandas, obedecendo à programação e a cronogramas estabelecidos, além de monitorar a aplicação dos recursos financeiros. A SAPGC, com a colaboração dos seus membros e dirigentes, deveria se pôr à disposição, em especial na elaboração dos projetos especiais.

Em 1996, o Iphan instituiu uma parceria entre o MinC, o MEC, a Petrobrás e a SAPGC, com um valor de R\$10 milhões de reais para o desenvolvimento do projeto de restauração do prédio. Foi organizada uma unidade executora do projeto, que assegurasse o custeio

das atividades e a contratação de especialistas para realizar todos os passos necessários, desde os levantamentos à fiscalização do desempenho. As obras, que iniciaram em 1997, tiveram como prioridade devolver a segurança ao edifício, garantir a modernização das instalações prediais, liberar o uso das áreas públicas e estabelecer a certificação necessária para os materiais de revestimento e definição do uso original para cada local do prédio.

As obras executadas entre 1997-1998, segundo Segre (2013, p.448), se resumiram a: obras civis externas (recuperação dos revestimentos das fachadas, esquadrias externas, sistemas de *brise-soleil*, impermeabilização da cobertura e pavimentações externas); instalações prediais e remodelação da instalação elétrica; desobstrução de telefonia e informática; instalação de sistema de incêndio; substituição das redes de água fria, água potável, esgoto e hidrantes de combate a incêndios; restauração e adaptação do Salão de Conferências e Salão de Exposições; e restauração de todos os painéis de azulejos de Portinari.

O restauro do Salão de Conferências e do Salão de Exposições permitiu a adaptação desses espaços para recebimento do público que eram originalmente eram pouco acessíveis aos visitantes. Neste pavimento, onde funcionava o Gabinete do Ministro, atualmente no *hall* tem um grande afresco de Portinari (Jogos Infantis), e no Salão Portinari murais representando os Ciclos Econômicos do Brasil, além de exposição organizada na época por Oscar Niemeyer e detalhada por Gláucio Campelo, nomeada como “1937-1945: a Construção do Moderno.”

A garagem, que havia sido transformada em depósito e escritórios da antiga pagadoria, foi transformada em uma sala de teatro para a Funarte, com capacidade para 250 pessoas. O local utilizado para a recepção dos processos, situado no térreo próximo à Avenida Graça Aranha, foi transformado na livraria Funarte, onde eram vendidas as edições voltadas às escolas públicas.

As maiores modificações na década de 1990 foram a transformação da sala do plenário no sétimo andar em um salão de conferências; a criação do Espaço Oscar Niemeyer no segundo andar; criação de dois ambientes, também no segundo andar na área externa às salas privativas do ministro, um espaço cultural com exposição permanente sobre o MES e uma pequena sala de conferências para informar aos visitantes sobre o período do desenvolvimento da cultura no país e a criação do Iphan, na década de 1930; no térreo, a transformação da antiga garagem em sala de espetáculos.

Nesse período (década de 1990), também foi desenvolvida uma análise de ocupação do prédio desde sua criação, com a finalidade de estabelecer um padrão para ocupação dos pavimentos, com relação ao *layout* dos ambientes e mobiliários.

Entre 1997 e 2000, as intervenções mais significativas foram o restauro dos setes painéis de azulejos, dos quais seis são de Cândido Portinari e o painel da caixa de escada secundária, de Paulo Rossi. Os painéis apresentavam falhas por terem soltado da parede, alguns foram recolocados equivocadamente em locais errados e havia outros com fixação precária. Foram reproduzidas réplicas das peças faltantes pela empresa Oficina Cerâmica Terra, em Belo Horizonte. Um dos trabalhos mais cuidadosos foram executados nas “muretas guarda-corpo” do terraço que apresentavam trincas nas placas de gnaisse (granito extraído do Morro da Viúva). Como a causa dos danos era desconhecida e não era possível saber se estavam estabilizadas, foi feito um levantamento gráfico da geometria da mureta, incluindo fissuras, deslocamentos e desaprumos em todo o perímetro, após essa análise foi possível identificar que não havia risco eminente de ruína. Dessa forma não foi desenvolvida uma estrutura para reforço, foram executadas apenas a fixação das placas de gnaisse e a utilização das trincas como juntas de dilatação, além da recuperação do revestimento.

As esquadrias metálicas, pioneiras no Brasil e na América Latina, também sofreram intervenções. Além da recuperação completa das esquadrias da parte externa, que sofreram desgastes de uso e da ação do tempo, foi realizada a instalação de testeiras metálicas na fachada sul, nas áreas correspondentes às lajes dos andares. A correção da parte estética impediu a infiltração causada por águas pluviais nos encontros das esquadrias, aprimorando a solução construtiva do projeto original.

Os *brise-soleils*, principais elementos que trazem a originalidade ao prédio do Ministério, são constituídos por chapas planas de cimento amianto fixadas em um quadro metálico. Estão dispostos em lâminas paralelas e se movimentam em torno do eixo horizontal, manualmente por uma alavanca que regula a posição protegendo o interior do prédio dos raios solares. Ao longo de 50 anos, apenas receberam pinturas superficiais, o que facilitou a ação do tempo sobre as placas metálicas, que oxidaram ou ficaram fissuradas, além da queda de diversas chapas de cimento. Depois de testes, a solução adotada para restauração dessas peças foi, depois de numerá-las, a remoção de todas elas, a desmontagem dos componentes, lixamentos das peças metálicas oxidadas, troca das

comprometidas, aplicação de produtos químicos para evitar a oxidação, recuperação ou substituição das chapas de cimento amianto, pintura e por último a remontagem.

A deterioração dos painéis de azulejo se deveu à perda da impermeabilidade do revestimento causada por problemas no reboco. A recuperação foi realizada de acordo com os seguintes passos: remoção das imagens por processo mecânico, retirada de toda argamassa deteriorada e das intervenções que descaracterizam o estado original, recomposição das lacunas de revestimento similar a original, limpeza do revestimento e aplicação de componentes químicos para fixação dos painéis.

Outra parte da restauração foi focada na verificação do estado da estrutura de concreto armado do prédio. Para essa análise, foram adquiridas as 225 plantas estruturais, cópias dos originais, pertencentes ao engenheiro Emílio Baumgart, responsável na época da criação pelo cálculo estrutural do prédio. Essa documentação foi imprescindível para avaliar detalhadamente o sistema estrutural, dando ênfase às fissuras e à corrosão que o edifício apresentava.

O único ponto que não teve a possibilidade de ser restaurado foi o sistema de circulações verticais, já que os elevadores, cuja capacidade não correspondia à dinâmica atual do Ministério, não foram modernizados, pois no ano 2000, foi decidido reduzir-se o valor correspondente à modernização dos elevadores, chegando a uma “economia” de um total de R\$ 5 milhões de reais.

Todo o revestimento de madeira foi imunizado, depois de passar pelo processo de raspagem e lixamento para remoção de manchas, ceras e vernizes antigos. Além de todo esse trabalho de restauração, a equipe técnica elaborou um Manual de Conservação do Palácio Capanema, contendo as normas, informações e procedimentos utilizados durante o processo, além dos aspectos físicos e conceituais que continuamente põem em risco a preservação do edifício. Esse manual tinha o intuito de auxiliar futuras restaurações, visto a importância de manter a edificação, que é tombada, sempre conservada.

Desde o ano de 2010, o Iphan está tomando as providências necessárias para candidatar o prédio do MES à Unesco, com o intuito de inclui-lo na lista das edificações que fazem parte do Patrimônio Cultural da Humanidade. A fundamentação teórica sobre a importância para o patrimônio arquitetônico do país está sendo elaborada, porém, outras obras para conservação precisam ser realizadas.

Martinelli (2015, p.11) afirma que, atualmente, por meio do PAC Cidades Históricas e sob a coordenação da Superintendência Estadual do IPHAN no Rio de Janeiro - SE/RJ, o

edifício passa por um nono processo de revitalização de sua fachada e interior. As obras, que iniciaram em 2012, estão na segunda etapa, para a restauração das fachadas.

Devido a sua amplitude, a obra foi dividida em três etapas: a primeira, terminada em 2014, consistia na substituição dos elevadores, nos serviços de impermeabilização da cobertura e jardins, na restauração da fachada leste e recuperação dos jardins. Martinelli afirma que a documentação das obras anteriores tem sido importante instrumento na agilização de problemas e identificação das especificidades dos materiais utilizados na construção do prédio.

A segunda etapa foi iniciada em 2015 e consistiu em restaurar o sistema de esquadrias de estrutura metálica de aço carbono das fachadas, contemplando a substituição das pastilhas e a reparação do sistema dos *brise-soleils*. A restauração das fachadas Sudoeste e Noroeste permitirá que o sistema de ventilação idealizado por Lúcio Costa funcione plenamente, solucionando o problema do intenso calor que vem assolando os ambientes de trabalho.

A terceira e última, que está em fase de execução, é a restauração e a modernização dos espaços internos que compreende a arquitetura, o paisagismo e os painéis de azulejos, o afresco, os painéis de Portinari e as esculturas. Estuda-se uma solução técnica para a climatização, preservando a solução original de ventilação natural que será mantida nos meses em que a temperatura na cidade está mais amena e o sistema de ar condicionado nos meses de mais calor. Porém, os setores que abrigam acervos, continuarão a ser mantidos por meio de climatização mecânica durante todo o ano, com o monitoramento da umidade e elevação da temperatura, objetivando a conservação dos mesmos.

Para que a obra fosse concluída sem prejudicar a saúde dos funcionários e causar grandes atrasos no cronograma, ficou determinado que, para conclusão desta última etapa, todos os órgãos que ocupavam os 16 andares seriam realocados em outro prédio em caráter provisório. O prédio provisório escolhido, na Rua Riachuelo n.º 120, na Lapa, bairro central do Rio de Janeiro, começou a passar por reformas para ser capaz de receber todos os setores do MinC que funcionavam no Capanema, sem prejuízo algum, principalmente aos setores que abrigam acervos como a BEC, o Escritório de Direitos Autorais (EDA/FBN), a Biblioteca Noronha Santos e o Arquivo Central no Rio de Janeiro, ambos do Iphan.

Devido ao corte de verbas nos Ministérios a partir de 2016 e a necessidade de cumprir o cronograma das obras no Capanema, optou-se por procurar um prédio que não

precisasse passar por reformas para abrigar os órgãos transferidos. Assim, o prédio escolhido para abrigar temporariamente todos os órgãos que funcionavam no Capanema foi o Teleporto (Centro Empresarial Cidade Nova), localizado na Avenida Presidente Vargas, 3131, Cidade Nova, no Rio de Janeiro.

O atendimento na BEC foi interrompido em setembro de 2016 para organização da mudança e a transferência foi programada para acontecer em duas partes: primeiramente o mobiliário, a parte administrativa e funcionários, posteriormente o acervo. De janeiro até agosto desse ano a biblioteca atendeu 2.068 pesquisadores¹⁰⁹.



Figura 18: Salão de leitura da BEC antes do fechamento em setembro 2016, Palácio Capanema.

Fonte: Imagem de arquivo pessoal

Em fevereiro de 2017, a primeira etapa da mudança foi concluída e, desde então, é aguardada a conclusão dos trâmites legais para a realização da transferência do acervo.

O Teleporto possui 19 andares, com salas administrativas, onde diversas empresas como NEXTEL, PETROBRAS, IplanRio, GVT, Atento (Call Center), entre outras, funcionam. Considerado como o primeiro edifício inteligente do Rio de Janeiro, tem seus serviços monitorados por uma empresa em São Paulo. O espaço reservado para abrigar temporariamente a BEC possui 660,57 m², no 7º andar (sala 704), que será dividido com mais três órgãos da Biblioteca Nacional, a Divisão de Música (DIMAS), antes localizada

¹⁰⁹ Relatório de Gestão da BN, 2016, p. 15

no 3º andar do Capanema, e o EDA cujo o acervo arquivístico ocupava o 11º e o 12º andares e o Programa Nacional de Cultura (PRONAC), do 11º andar.



Figura 19: BEC, sala 704, Edifício Teleporto, vista sul

Fonte: Imagens de arquivo pessoal



Figura 20: BEC, sala 704, Edifício Teleporto, vista norte

Fonte: Imagens de arquivo pessoal

A estrutura do Teleporto é completamente diferente do Palácio Capanema. Enquanto o Capanema possui um sistema inteligente de ventilação mecânica que possibilitou que o acervo da Biblioteca se mantivesse conservado até hoje, o novo prédio é climatizado por sistema de ar condicionado central (ventilação artificial), o qual é desligado a partir das 19h em dias úteis, feriados e finais de semana, sendo religado durante a semana por volta das 6h da manhã.

A Biblioteca Nacional possui um Plano de Gerenciamento de Risco onde foram mapeados 10 agentes de deterioração aos quais um acervo pode estar exposto. Neste

Plano, os setores que funcionam fora do prédio sede também são contemplados, inclusive a BEC. Por este motivo é necessário analisar as condições aos quais o acervo ficará no novo prédio para identificar se estará atendendo ou não às orientações do Plano de Gerenciamento de Riscos.

Em seus 81 anos de existência, a Biblioteca Euclides da Cunha fará a quarta mudança de endereço (ainda que provisoriamente) para um local de guarda que precisa acima de tudo, atender às condições necessárias para o acondicionamento do acervo.

Tanto o processo de mudança como o local provisório para guarda de acervos necessitam de condições adequadas, do ponto de vista da preservação e, para isso, um mapeamento dos riscos é necessário para garantir as medidas necessárias.

1.6. A institucionalização da proteção do Patrimônio Cultural no Brasil

Fonseca (2005, p.81) afirma que, no Brasil, as questões que envolvem o patrimônio e a preocupação com a “salvação dos vestígios do passado da Nação”, em relação aos “monumentos e objetos de valor histórico e artístico”, começaram a ser pensadas na década de 1920. A autora declara que os grandes museus nacionais já funcionavam, porém, não existiam meios para proteger suas coleções e muito menos seus bens imóveis. As tentativas na busca da proteção ao patrimônio eram realizadas de forma isolada.

A proteção ao patrimônio histórico e artístico foi consagrada como princípio constitucional por meio da Nova Carta Fundamental do Brasil, de 1934, em que o Capítulo II é dedicado à educação e à cultura, e cujo Artigo 148 dispõe:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (PROTEÇÃO, 1980, p.16)

Em 1935, no Rio de Janeiro, houve o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza, no qual foi aprovada a criação de um Serviço Técnico Especial de Monumentos Nacionais. Nesse mesmo ano, foi reapresentado o projeto do deputado Wanderley Pinho, cuja temática estava voltada para a proteção dos monumentos históricos, arqueológicos, naturais, assim como os bens móveis.

Calabre (2007, p.2) aponta que foi durante o governo de Getúlio Vargas, que foram “implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil”. Conforme descrito no primeiro capítulo deste trabalho, o ministro Gustavo Capanema teve um papel fundamental no desenvolvimento da educação e cultura no país, sobretudo em iniciativas para proteção do patrimônio nacional.

De acordo com o livro *Proteção ...* (1980, p.21) a primeira iniciativa com o intuito de criar o projeto de lei federal referente à temática aqui discutida teve a colaboração do historiador Luís Camilo de Oliveira Neto cuja recomendação era a adoção de um “plano geral visando a conservação e o aproveitamento dos monumentos nacionais”, como a criação de um órgão específico para esse fim e de museus regionais como núcleos de estudos e pesquisas. Somente em 1936 surgiram maiores avanços nesse quesito, como é possível perceber no trecho destacado do depoimento de Gustavo Capanema:

Nos princípios de 1936, sendo ministro da Educação, e às voltas que então já andava com os nossos múltiplos assuntos culturais, lembrou-me mandar fazer o levantamento das obras de pintura, antigas e modernas, de valor excepcional, existentes em poder particulares, na cidade do Rio de Janeiro. Estava a ponto de contratar competente pintor brasileiro para essa tarefa. Mas vi que isto só, sendo embora coisa relevante, não teria o sentido compreensivo e geral de um cometimento de tal natureza. Urgentemente necessário era preservar os monumentos e outras obras de arte de todas as espécies, e não apenas as obras de pintura, mediante um conjunto de procedimentos que não se limitassem à capital federal, mas abrangessem o país inteiro. [...] Logo me ocorreu o caminho. Telefonei a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Expus-lhe o problema e lhe pedi que me organizasse o projeto. Mário de Andrade, com aquela sua alegria adorável aquele seu fervor pelas grandes coisas, aquela sua disposição de servir, queria apenas duas semanas para o trabalho. Decorrido o prazo, eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo o projeto. (PROTEÇÃO, 1980, p. 21-22 apud COSTA et al., 1969, p.41)

Conhecido como Anteprojeto do Decreto-Lei n.º 25/1937, o projeto elaborado por Mario de Andrade propunha uma política de preservação na qual o patrimônio identificado seria classificado e posteriormente tombado como forma de assegurar a sua preservação, além da criação de um órgão competente para fiscalização, o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira,

pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil. (PROTEÇÃO, 1980, p. 90)

Fonseca (2005, p.99) afirma que é a “noção de arte” o conceito que conduz o anteprojeto nas oito categorias propostas para a organização do patrimônio e que Mario de Andrade detém-se no aspecto conceitual e nos valores que lhe são atribuídos.

O autor do Anteprojeto defendia que o Conselho Consultivo deveria ser multidisciplinar, composto por historiadores, etnógrafos, músicos, pintores, escultores, arquitetos, arqueólogos, artesões, escritores, etc., para que fosse possível identificar o patrimônio por meio de diversos saberes.

O documento foi bem recebido pelo ministro que solicita à Câmara dos Deputados a reorganização geral do Ministério de Educação e Saúde, em cuja estrutura seria incluído o SPHAN.

O Anteprojeto que virou a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, como visto anteriormente, criou além do atual Iphan, museus nacionais e a Biblioteca do MES, organiza o patrimônio histórico e artístico nacional por intermédio do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Ao SPHAN cabe a responsabilidade de identificar e salvaguardar por meio de tombamento todo e qualquer elemento que represente a identidade nacional (patrimônio cultural).

Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO - Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, art. 1º)

Cabe ressaltar que outros textos legislativos surgiram nos primeiros anos de existência do SPHAN e complementaram os dois primeiros, de acordo com o livro Proteção... (1980, p.25-27):

- Código Penal de 07 de dezembro de 1940, que no Título II, Capítulo IV, artigos 165 e 166 sobre danos, inclui sanções para quem infringir a legislação de proteção ao patrimônio histórico artístico nacional;

- Decreto-lei n.º 2.809, de 23 de novembro 1940, dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo serviço;
- Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, atualiza disposições legais sobre desapropriações em caso de utilidade pública;
- Decreto-lei n.º 3.866, de 29 de novembro de 1941, que confere ao Presidente poder para cancelar o tombamento de bens pertencentes à União, Estados e Municípios, pessoas naturais e jurídicas de direito privado;
- Decreto-lei n.º 8.534, de 2 de janeiro de 1946, transforma o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), com quatro Distritos da DPHAN com sedes em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo, e subordina à Diretoria os Museus da Inconfidência, das Missões e do Ouro;
- Decreto n.º 20.303, de 2 de janeiro de 1946, aprova o regimento da DPHAN;
- Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Lei n.º 4.845, de 19 de novembro de 1965, proíbe a saída para o exterior das obras de artes e ofícios produzidas no país até o fim do período monárquico;
- Outros Decretos-Lei e Leis surgiram entre esses elevando à categoria de monumentos nacionais algumas cidades e instituindo museus como: Criação do Museu da Inconfidência na cidade de Ouro-Preto pelo Decreto-Lei n.º 965, de 6 de julho de 1938; Decreto-Lei n.º 2.077, de 8 de março de 1940, criando o Museu das Missões em São Miguel, município de Santo Ângelo, RS; Decreto-Lei n.º 7.483, de 23 de abril de 1945, que instituiu o Museu do Ouro em Sabará, MG; Decreto-Lei n.º 7.713, de 6 de julho de 1945, elegeu como monumento nacional a cidade de Mariana, MG; Decreto-Lei n.º 25.175, de 3 de julho de 1948, converteu em monumento nacional o Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres, Montes Guararapes, PE; Decreto-Lei n.º 26.077, de 22 de dezembro de 1948, seleciona a cidade de Alcântara, MA como monumento nacional; Decreto-lei n.º 1.618-A, de 6 de junho de 1952, considerou como monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das antigas vilas coloniais que deram origem as cidades de São Vicente, SP, e Porto Calvo, AL; Lei n.º 2.200, de 12 de abril de 1954 que criou a Biblioteca Antônio Torres e o Museu do Diamante em Diamantina, MG; Lei n.º 3.188, de 2 de julho de 1957, que criou o Museu

Nacional de Imigração e Colonização, Joinville, SC; Lei n.º 3.357, de 22 de dezembro de 1957, que criou o Museu da Abolição, Recife, PE.

Além da legislação mencionada anteriormente, a Constituição promulgada em 1946 estabelece no Capítulo II, normas correspondentes à educação e à cultura, é afirmado no Artigo 178 que tudo que for considerado patrimônio fica sob a proteção do poder público. Em 24 de janeiro de 1967, uma nova Constituição é outorgada e no Título IV, sobre Família, Educação e Cultura, fica estabelecido pelo Artigo 180 que o amparo à cultura é dever do Estado, ficando sobre proteção especial do poder público tanto obras, como locais de valor histórico ou artístico e também os documentos, entre outros.

Os trinta primeiros anos de atuação do SPHAN, sob comando de Rodrigo Mello Franco de Andrade, ficaram conhecidos como uma fase heroica. Contando com o apoio de uma equipe vanguardista como Lúcio Costa, Prudente de Moraes Neto, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Luís Jardim, etc., tiveram um árduo trabalho para inventariar as amostras que representavam a identidade nacional; socorrer e salvar alguns monumentos que estavam em ruínas ou correndo risco de perecer e introduzir no cotidiano o tombamento e suas consequências.

Inicialmente o espírito do Anteprojeto não foi esquecido, ações de preservação não eram apenas de interesse técnico ou histórico, mas também prático, o que permitia estudar os tipos de produção popular. Nesse sentido a concepção dos museus regionais, conforme legislação descrita anteriormente, tinham um papel fundamental ao contar para os visitantes a vida da comunidade local, na qual estavam inseridos, seus usos e costumes.

[...] A defesa dos bens móveis foi particularmente beneficiada nessa fase, uma vez que estes, valorizados pelo apreço e pela promoção de que foram objeto pelos serviços culturais, passaram a ser alvo de saques e de comercialização indevida. Por isso mesmo, desde início mereceu especial atenção a organização de coleção de bens móveis – imaginária, pintura, mobiliário, prataria, etc. – eruditas e populares, características das diversas regiões do país. Essas coleções constituíram o acervo de museus e casas históricas instaladas pelo SPHAN em prédios representativos. (PROTEÇÃO, 1980, p.29-30)

A segunda fase da instituição corresponde à gestão de Renato Soeiro, de 1967 a 1979. Neste período o DPHAN¹¹⁰ foi transformado por meio do Decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970, em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e através da Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975, o tombamento e seu cancelamento passa a depender da legitimação do Ministério da Educação e Cultura. Além da aprovação do Regimento Interno do Iphan pela Portaria n.º 230, de 26 de março de 1976, onde são criadas nove Diretorias Regionais e sete Grupos de Museus e Casas Históricas.

A passagem de Mário de Andrade acabou se prolongando na memória e, institucionalmente, através da política de preservação do patrimônio. Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade ficaram indissociavelmente ligados ao estabelecimento de um projeto de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Em certo sentido, é possível aproximar a avaliação que os intelectuais formularam a respeito da arquitetura no Brasil de Capanema da avaliação que acabou prevalecendo sobre a construção de um órgão especial para cuidar do patrimônio, ambos os projetos ligados ao que ficou consagrado como iniciativas do Estado em favor da modernização do país e da valorização da cultura nacional. Carlos Drummond deu suporte a todas as áreas envolvidas na política ministerial mas ficou associado a esse grupo de intelectuais que se mobilizou nessas duas áreas mencionadas. (BOMENY, 2001, p.31)

Embora os dois primeiros dirigentes do Iphan alegassem o cuidado com preservação da cultura popular, segundo Corá (2014, p.1097), o que se escolheu preservar no período citado foi influenciado pela visão elitista da época e durante muito tempo os bens culturais não pertencentes às elites foram ignorados.

O desenvolvimento urbanístico das regiões históricas, somado à industrialização, fez com que houvesse aumento na procura por habitação nesses locais, além do crescimento turístico. Apesar do enriquecimento municipal provocado por essas demandas, o risco de depredação do patrimônio local também aumentou. Devido a esses fatores, segundo o livro Proteção (1980, p.32), o Iphan solicitou a consultoria de técnicos internacionais para desenvolver a questão do turismo cultural. O auxílio internacional veio da UNESCO que enviou ao Brasil entre 1966 e 1967 o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel Parent para realizar um levantamento sobre o assunto. Os resultados desses levantamentos de caráter local foram planos para a proteção dos conjuntos históricos

¹¹⁰ Decreto-Lei n.º 8.534/46 transforma o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Diretoria (DPHAN).

(cidades), nos quais eram estabelecidas as condições necessárias para o desenvolvimento urbanístico de forma adequada.

Em abril de 1970, com o objetivo de conscientizar as autoridades, surgiu de um encontro entre governadores o documento conhecido como Compromisso de Brasília. Entre as medidas para preservação do patrimônio que envolveriam ações da esfera pública em todos os níveis, estavam recomendações para a defesa do acervo arquivístico, bibliográfico e a documentação histórica dos museus regionais. As medidas adotadas tanto para preservação arquitetônica como dos acervos teriam a colaboração da DPHAN.

A política de preservação de patrimônios passa a ser relacionada à dinâmica das cidades e ao dia a dia dos cidadãos (geração de renda e trabalho). Em 1973, por meio de um grupo interministerial constituído por Iphan (MEC), SUDENE (Ministério do Interior) e EMBRATUR (Ministério da Indústria e Comércio), ficam encarregados de criar e executar propostas para a preservação e a utilização dos bens culturais nos estados de Recife, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A Constituição de 1988 possibilitou um avanço na luta pela cidadania e políticas preservacionistas, para manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de qualquer outro segmento étnico nacional, passando a propor datas comemorativas relacionadas a esses grupos.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 1988, art. 216)

Um dos reflexos das transformações na política de preservação do patrimônio cultural que incidiu diretamente sobre o patrimônio bibliográfico foram as Leis de Depósito Legal n.º 10.994, de 14 de dezembro de 2004 e a Lei n.º 12.192, de 14 de janeiro de 2010. Embora as leis mencionadas anteriormente sejam as que atualmente são responsáveis por assegurar a preservação da memória bibliográfica do país, de acordo com Lacerda (2012, p.64) houve outra legislação com este intuito anteriormente. São elas:

- Decreto n.º 1.825, de 20 de dezembro de 1907 - Dispõe sobre a remessa de obras impressas à Biblioteca Nacional;
- Instrução de 19 de dezembro de 1930 - Ministério de Educação e Saúde - MES;

- Lei n.º 5.471, de 9 de julho de 1968 - Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros;
- Decreto n.º 65.347, de 13 de outubro de 1969 - Regulamenta a Lei n.º 5.471, de 09 de julho de 1968.

Para além de uma legislação que assegure que o acervo seja enviado para a Biblioteca Nacional, são necessárias ações conjuntas para garantir a preservação desse bem para que futuras gerações tomem conhecimento da memória intelectual produzida no país. Esse cuidado é realizado por meio de acondicionamento adequado do material e monitoramento constante do local de guarda. A primeira parte desse cuidado refere-se ao tratamento técnico que o material recebe, e a segunda é a conservação preventiva.

2. DA PRESERVAÇÃO À CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: CONCEITOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL BIBLIOGRÁFICO

O Brasil é um país de clima tropical que favorece o surgimento e a proliferação de agentes biológicos que colocam em risco os acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Alguns autores têm se debruçado sobre esse problema de oscilação que se tornou frequente em países tropicais, principalmente no verão, conforme dados meteorológicos¹¹¹ dos últimos anos, e é esse o caso do estado do Rio de Janeiro.

Para Vaillant Callol (2013, p. 15) se faz necessária a conservação do patrimônio cultural devido a um problema que ocorre no mundo todo: a degradação dos bens culturais. Os causadores dessa degradação podem ser diversos: “fatores físicos, químicos, biológicos, ecológicos, socioculturais e econômicos, motivo pelo qual, necessariamente, devemos abordá-la com enfoque multidisciplinar e com o auxílio das Ciências da Conservação”.

De acordo com a autora, Vaillant Callol¹¹² o uso da Biologia aplicada à conservação, iniciou no século XX e cresceu a ponto de provocar uma mudança de mentalidade em relação às atitudes tomadas para preservação do patrimônio das instituições. A conservação tem se voltado cada vez mais para a prevenção. Segundo a autora, as instituições que abrigam historicamente o patrimônio documental (bibliotecas, arquivos e museus) têm sido menos beneficiadas com esse cuidado, alertando a autora para a necessidade de rever essa posição, visto que o patrimônio nesses lugares vai além dos documentos.

Vaillant Callol menciona¹¹³ que, ao longo dos anos, tem havido controvérsias sobre os conceitos de conservação, preservação, restauração e conservação preventiva. Por esse motivo, a autora opta pelos conceitos mais adotados, que são o da ALA, o do AIC e o do ICOM.

Preservação, de acordo com a ALA, é referente às atividades associadas à manutenção dos bens materiais das instituições, para o uso na forma original ou em outro formato, e inclui desde procedimentos de controle de meio ambiente até os tratamentos de conservação, que por sua vez podem ser subdivididos em preservação preventiva que é o

¹¹¹ Dados disponíveis para consulta no site do INMET. Fonte: <http://www.inmet.gov.br>.

¹¹² VAILLANT CALLOL, 2013, p.16-17

¹¹³ *Ibid.*, p.18

controle preventivo, ou, como a conhecemos, conservação preventiva e preservação reparadora, popularmente reconhecida como restauração.

Conservação é o conjunto de medidas e técnicas aplicadas sobre o objeto, ou de forma indireta, em seu entorno, de forma a reparar os danos sofridos e aumentar a durabilidade do objeto. A conservação pode ser reparadora, tendo como objetivo focar as prováveis causas do dano, ou seja, os efeitos visíveis que o problema pode causar ao patrimônio, ou a preventiva¹¹⁴ que é o objetivo deste trabalho e será melhor definida a seguir.

Conservação preventiva consiste em um conjunto de medidas para minimizar ou evitar que o bem sofra algum dano. Essa ação tem se tornado um importante instrumento para a preservação dos bens culturais¹¹⁵.

A conservação pode ser dividida em duas categorias. A primeira refere-se à **conservação preventiva**, que se utiliza de métodos passivos para que os acervos, como um todo, tenham sua durabilidade aumentada. São exemplos desse tipo de procedimento a climatização da área de guarda dos documentos com parâmetros estáveis de temperatura e umidade relativa, e os cuidados com o manuseio e o acondicionamento adequados, a fim de garantir o retardamento da degradação dos materiais. A segunda categoria objetiva o tratamento individualizado, tanto por meio de métodos de conservação e restauração, quanto pela preservação da informação em meio analógico e/ou digital. Por conservação, entender-se-á a intervenção física no original, mas sem a conotação estética própria da conservação-restauração. Nessa categoria inserem-se a higienização, os pequenos reparos para consolidação de rasgos, ou a aplicação de solvente para a retirada de uma fita adesiva, por exemplo. (HOLLÓS, 2010, p.27, grifo nosso)

Restauração é o conjunto de intervenções, com caráter facultativo em um objeto, seja para realçar sua estética ou facilitar o acesso as informações que ele contém¹¹⁶.

Afortunadamente, nos últimos 50 anos, surge um interesse crescente pelo patrimônio cultural e sua preservação, devido ao qual estamos assistindo a uma mudança de mentalidade e atitude. A conservação tende cada vez mais para a prevenção, desenvolvendo um enfoque mais crítico e multidisciplinar, baseado numa melhor compreensão dos mecanismo da deterioração das coleções e seus materiais constituintes para evitar as causas potenciais de danos. (VAILLANT CALLOL, 2013, p.16)

¹¹⁴ VAILLANT CALLOL, 2013, p.19

¹¹⁵ ROSE, 1992 APUD VAILLANT CALLOL, 2013, p.19

¹¹⁶ BERNARDES, 1997 APUD VAILLANT CALLOL, 2013, p.19

Carvalho (1998) afirma que o clima tropical úmido apresenta índices muito diferenciados do que é considerado adequado para a conservação de acervos com suporte de papel e que os elementos arquitetônicos podem interferir ou contribuir com o controle ambiental. Flaeschen (2017, p.28) diz que “os ambientes de guarda dos acervos estão vulneráveis a duas variáveis: o microclima e a biodeterioração”.

Castro (2008, p.54) afirma que, no Brasil, os textos que abordavam a questão sobre a conservação e preservação de acervos bibliográficos, no início do século XX, apontam como ameaça aos acervos os agentes biológicos.

No cenário brasileiro, podemos constatar, na primeira década do século XX, o surgimento de publicações que refletem a problemática de conservação de acervos em papel. A cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, abrigava a maioria das instituições públicas detentoras de acervos bibliográficos e documentais. O clima quente e úmido, problema de conservação típico de uma cidade situada à beira-mar, colaborou com o surgimento da ação de insetos, posto que estes agentes biológicos desenvolvem-se de maneira acentuada em tais condições climáticas. A respeito do comportamento biológico dos insetos, Liotta explica que os insetos não regulam sua temperatura, desta forma, as temperaturas altas propiciam sua procriação e desenvolvimento: acima de 25° C desenvolvem-se rapidamente; entre 15 e 20° C apresentam desenvolvimento lento; abaixo de 10° C não se desenvolvem nem procriam. (CASTRO, 2008, p. 56)

Castro¹¹⁷ chega à conclusão de que a maioria dos textos a respeito dessa problemática no Brasil, no período do século XIX estimulavam a prática de preservação sobre o combate aos agentes biológicos. A partir do século XX é possível observar o crescente número de trabalhos acadêmicos sobre a área. “Atualmente, podemos concluir que entre as causas biológicas de degradação do patrimônio cultural, o tema insetos bibliófagos ainda é um problema recorrente e configura-se como objeto de estudo e preocupação preservacionista”. (CASTRO, 2008, p.63)

Cassares (2000, p.15) classifica os danos que os agentes podem provocar nas coleções em: fator ambiental, fator biológico, intervenções impróprias, agentes biológicos, furtos e vandalismo. Quanto aos fatores ambientais, a autora explica que são aqueles que existem no ambiente físico do acervo, nessa categoria estão englobados: temperatura; umidade relativa do ar; radiação da luz; qualidade do ar. O fator biológico são os agentes

¹¹⁷ CASTRO, 2008, p.63

de deterioração de acervos que precisam de conforto ambiental e alimentação para que proliferem, são eles os insetos (baratas, brocas, cupins), os roedores e os fungos.

TABELA 3: INSETOS FREQUENTEMENTE ENCONTRADOS EM ÁREAS COM ACERVO

ORDEM	FAMÍLIAS	NOME COMUM	TIPOS DE DANOS
Blattoidea	Blattidae	Baratas	Abrasão superficial com contornos irregulares
	Blattellidae		
Zygentoma (Tinasuro)	Lespimatidae	Traças-dos-livros, traças	Abrasão superficial com contornos irregulares, muito pequenos
Corrodentia	Lipascalidae	Piolhos-de-livros	Diminutas abrasões superficiais com contornos irregulares
Isóptera	Mastotermitidae	Cupins	Buracos profundos, galerias de trajetos irregulares, abrasão
	Hodotermitidae		
	Termitidae		
	Kalotermitidae		
Coleóptero	Anobiidae	Mariposas (brocas), besouros	Túneis circulares, espirais que se estendem de fora para dentro. Orifícios irregulares, buracos profundos que contêm fezes pulverizados e excrementos
	Dermeestidae		
	Lycidae		
	Nicobidae		

Fonte: VAILLANT CALLOL, 2013, p.43

TABELA 4: BACTÉRIAS CONTAMINANTES ENCONTRADAS EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

GÊNERO	FONTE DE ISOLAMENTO	METABÓLITOS QUE PRODUZ	ATIVIDADE DETERIORADA
Acinetobacter	Papel, ambiente	Protease, amilase	Degradação dos componentes do suporte
Bacillus	Materiais orgânicos, ambiente	Amilase, celulase, ácidos orgânicos	Manchas violáceas, acidificação e deterioração das fibras
Cellvibrio	Papel, cartão, têxteis	Protease, celulase, ácido acético	Descoloração, acidificação do suporte
Lactobacillus	Materiais orgânicos, ambiente	Amilase, celulase, ácido láctico	Acidificação do suporte
Micrococcus	Materiais orgânicos, ambiente	Protease, lipase, celulase, ácidos orgânicos	Descoloração e acidificação do suporte

Pseudomona	Materiais orgânicos	Materiais orgânicos, Glicose oxidase (GOX), lipase, protease, ácidos orgânicos	Manchas pigmentares amarelas, descoloração, acidificação
Staphylococcus	Papel, têxteis, ambiente		Manchas amarelas e creme, acidificação
Streptococcus	Papel, têxteis, ambiente	Protease, ácidos láctico e acético	Acidificação e degradação do suporte

Fonte: VAILLANT CALLOL, 2013, p.48

TABELA 5: ALGUNS FUNGOS CONTAMINANTES EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

GÊNERO	FONTES DE ISOLAMENTO	METABÓLITOS QUE PRODUZ	ATIVIDADE DETERIORADA
Alternaria	Materiais orgânicos e ambiente	Protease e Amilase	Manchas micelianas pardas, degradação do suporte
Aspergillus	Materiais orgânicos, ambiente	Enzimas e ácidos orgânicos	Manchas micelianas coloridas, degradação e acidificação do suporte
Chaetomium	Papel, cartão, peles, documentos fotográficos	Celulose, ácidos acético e láctico	Manchas pigmentares nos tons creme e rosa, acidificação
Cladosporium	Materiais orgânicos, fitas magnéticas, ambiente acético e fumário	Protease, ácidos láctico	Descoloração e acidificação do suporte. Manchas micelianas azul- violeta e/ ou rosa
Fusarium	Materiais orgânicos, ambiente	Celulose, ácidos orgânicos	Manchas rosadas, descoloração, danos às fibras
Mucor	Materiais orgânicos e ambiente	Protease, ácidos orgânicos	Manchas micelianas pardas e amarelas, acidificação
Penicillium	Materiais orgânicos e ambiente	Enzimas e ácidos orgânicos	Manchas micelares verdes, degradação e acidificação
Rhizopus	Vários tipos de materiais orgânicos e ambiente	Enzimas e ácidos orgânicos	Manchas micelianas pardas, escuras, pigmentos, acidificação

Sporotrichum	Papel, têxteis, ambiente	Celulase, lignase, protease e ácido celobiótico	Manchas pardas escuras, afetam a fibra celulósica
Trichoderma	Papel, cartão e madeiras	Celulase, ácidos celobiótico e acético	Manchas micelianas verdes, degradam a fibra
Verticillium	Papel e têxteis	Celulase, ácidos celobiótico e acético	Manchas micelianas pardas e escuras, pigmentos, degradam as fibras

Fonte: VAILLANT CALLOL, 2013, p.53

Assim como a área de conservação e preservação evoluiu ao longo dos séculos, o mesmo aconteceu com o conceito de patrimônio. Como foi trabalhado no item 1.6 do capítulo anterior, a noção de patrimônio que inicialmente esteve atrelada a bens móveis e imóveis ampliou para bens culturais valorizando o patrimônio cultural. Alguns autores defendem que o patrimônio cultural, quando for associado a arquivos, museus e bibliotecas, pode ser considerado como patrimônio documental.

A maior parte dos livros e documentos que compõem o patrimônio histórico documental da humanidade se conserva nos arquivos e bibliotecas; instituições que têm entre suas funções fundamentais a preservação dos materiais que nelas se guardam e o compromisso social de transmiti-los para o futuro. (DE LA TORRE, 1997 apud VAILLANT CALLOL 2013, p.16)

De acordo com Rodrigues (2016, p.47) a definição para patrimônio documental é “um conjunto de bens patrimoniais de natureza documental, que abarcaria toda a tipologia documental existente, incluindo tanto materiais de arquivo quanto de biblioteca”. Por esse motivo, o patrimônio documental é identificado como “patrimônio documental arquivístico, patrimônio documental bibliográfico, patrimônio documental audiovisual, patrimônio documental cartográfico, patrimônio documental digital e assim por diante”. A autora chega à conclusão¹¹⁸ que o patrimônio documental de uma nação deve ser pensado como um conjunto de manifestações intelectuais, científicas ou artísticas, oriundas das atividades dos cidadãos e registradas em qualquer tipo de suporte. O conceito de patrimônio documental apresentado nas normas jurídicas está relacionado ao

¹¹⁸ RODRIGUES, 2016, p.47

patrimônio cultural, sendo a responsabilidade de sua guarda de acordo com a sua tipologia, ou seja, se for documento arquivístico no arquivo, documento bibliográfico na biblioteca, museológico no museu e assim por diante.

A preservação de patrimônio documental na arquivologia está assegurada por meio de políticas públicas instituídas pelo CONARQ, criado em 1994, um órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, esse por sua vez subordinado ao Ministério da Justiça. O CONARQ como órgão central do SINAR tem a finalidade de definir políticas tanto para arquivos públicos como privados, além de divulgar normativas para a gestão documental e a proteção aos documentos de arquivo. Além desse desenvolvimento de políticas, o órgão promove capacitação profissional por meio de seminários, workshops, cursos, entre outros, e as Câmaras Técnicas e Setoriais são constituídas por equipes multidisciplinares.

O IBRAM¹¹⁹, é o responsável pelas políticas instituídas no PNM, que abrange tanto a difusão como as políticas de aquisição e preservação dos acervos dos museus, além de trabalhar a integração dos museus brasileiros.

As recentes conquistas na arquivologia e na museologia têm alcançado resultados dentro do esperado para políticas que foram implantadas recentemente, lembrando que qualquer ação preservacionista não depende exclusivamente dos órgãos fiscalizadores.

Embora a área da Biblioteconomia tenha se consolidado no país antes das áreas de Arquivologia e Museologia, existe um atraso na questão da preservação do patrimônio bibliográfico nacional. A Fundação Biblioteca Nacional, órgão responsável pela guarda, preservação e democratização da memória bibliográfica nacional, elaborou o Plano de Gerenciamento de Riscos, em 2010, com diretrizes para a preservação de seu acervo e investe na BN Digital, lançada em 2006, como forma de dar acesso a materiais que para fins de preservação não estão mais disponíveis para manuseio. Mesmo diante dessas grandes conquistas, não existe uma política nacional direcionada para a preservação do patrimônio documental bibliográfico, de forma que não há comunicação com as demais bibliotecas no país, e muito menos parcerias com os órgãos responsáveis por esta ação na Arquivologia e na Museologia.

O reconhecimento do patrimônio documental e sua preservação são tão importantes que a UNESCO criou o programa internacional Memória do Mundo, estabelecido em 1992, cujo objetivo é assegurar a preservação de acervos em todo o mundo, dotados de valor

¹¹⁹ Criado em 2009, é uma autarquia vinculada ao MinC e substituiu o Iphan na responsabilidade sobre os museus federais

histórico para a humanidade, e que possam estar em risco devido a guerras, conflitos sociais, vandalismo, entre outros problemas que acontecem nos países que detêm a sua guarda. É de conhecimento para o programa que o patrimônio documental pertence a todos e, assim, o acervo com os requisitos para integrar o programa deve ser preservado e o seu acesso facilitado. A FBN tem 11 coleções reconhecidas no Memória do Mundo, os registros aconteceram entre os anos 2003 a 2016. No *site*¹²⁰ da FBN encontramos mais informações sobre essas obras.

Castro (2008, p.142-143) afirma que o Programa Memória do Mundo destaca-se ao estimular que Estados Membros se interessem pela preservação do patrimônio documental da humanidade e que a conservação preventiva faça parte de uma mudança de paradigma sobre o conceito de conservação. O Projeto Cooperativo em Bibliotecas e Arquivos Brasil traduziu, entre os anos de 1997 e 2001, sob a coordenação de Ingrid Beck e com o apoio da *Comission on Preservation and Access*, publicações sobre a temática “planejamento e administração de programas de conservação preventiva”, que foram distribuídos gratuitamente para instituições que abrigam acervos em todo o país.

Castro (2008, p. 144) considera o projeto um divisor de águas no tocante ao cenário preservacionista brasileiro, não somente ao quebrar paradigmas com a conservação preventiva mas também ao inspirar uma nova fase na preservação dos bens culturais no país¹²¹.

2.1. O gerenciamento de riscos como instrumento de proteção para acervos bibliográficos

Os acervos das bibliotecas são constituídos em sua maioria por materiais orgânicos e, portanto, passíveis de biodeterioração, como afirma Spinelli Junior (1997, p.17). A conservação não pode simplesmente interromper o processo de degradação já iniciado, mas, mediante uma análise prévia do caso, pode utilizar técnicas para retardar o processo.

Segundo o autor, há um consenso entre os conservadores de manter a estabilidade química do material e, em relação aos livros, esse fator incide sobre as condições ambientais em que estão acondicionados. Dessa forma, é preciso que haja o controle

¹²⁰ Mais informações acessar: <https://www.bn.gov.br/explore/memoria-mundo>

¹²¹ CASTRO, 2008, p.144

racional e sistemático das condições climáticas, que não apenas reduz os problemas de degradação dos materiais, como evita o seu agravamento.

Nesse sentido se faz necessário o uso da conservação preventiva, mais especificamente da prática do gerenciamento de riscos para garantir o prolongamento da vida útil do acervo e condições de trabalho salubre para quem trabalha com acervos.

Vaillant Callol (2010, p.78) afirma que a conservação preventiva exige o planejamento de um programa efetivo que possa atender a instituição em curto, médio e longo prazo, para que haja mais controle preventivo e menos restauração dos bens. Esse planejamento exige um nível de conscientização, o envolvimento de todas as partes e a coordenação adequada, além do desenvolvimento de diretrizes para a execução das tarefas. A autora aponta que projetos desse tipo têm sido desenvolvido em várias instituições que abrigam acervos em vários locais como Estados Unidos, Canadá, na América Latina e Europa. Destaca também alguns desses projetos¹²²:

- Avaliação para a conservação: modelo proposto pelo GCI para avaliar as necessidades de controle do meio museológico;
- Projeto europeu de conservação preventiva: critérios adotados na reunião de Vantaa;
- Os projetos de conservação preventiva desenvolvidos no Museu Guggenheim de Bilbao;
- O projeto do Instituto Canadense de Conservação;
- O projeto cooperativo de conservação preventiva para bibliotecas e arquivos, coordenado pelo Centro Nacional de Conservação e Restauração do Chile;
- Projeto de conservação preventiva em museus de Havana Velha;
- Projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa;
- Plano integrado de preservação e acesso do Arquivo Nacional do Brasil;
- O projeto de conservação preventiva para instituições cubanas e valencianas que custodiam bens culturais.

A autora aponta algumas instituições culturais no Brasil que têm obtido sucesso em seus projetos de implantação de conservação preventiva: a Fiocruz no que tange ao seu

¹²² VAILLANT CALLOL, 2010, p. 79

acervo bibliográfico e arquivístico; o Centro de Memória e Informação da FCRB; a Coordenação de Documentação e Arquivo do MAST; o AN; o APERJ e a FBN.

Leipnitz (2009, p.36) aponta que o ICCROM¹²³ identifica o Gerenciamento de Riscos como uma ferramenta importante para auxiliar na tomada de decisão sobre conservação e restauração em locais de guarda de acervo, uma vez que os resultados são embasados em métodos de mensuração do problema.

De acordo com Leipnitz (2009, p.44), a conservação preventiva de bens culturais trabalha com o “estabelecimento das condições de guarda, acondicionamento, transporte, exposição e manuseio de coleções” para que haja a preservação física e química desses bens. Em estudos recentes, o foco da conservação preventiva tem sido o GR.

O termo “risco”, para Leipnitz (2009), sempre esteve presente nas literaturas que abordavam a temática sobre preservação e conservação de acervo, porém, era tratado de forma genérica e muitas das vezes vinculado apenas ao problema do sinistro, que é frequente em instituições. “O GR aprofunda essas questões e estabelece relações quanto ao grau de probabilidade, severidade de efeitos e escalas de valor em uma coleção” (LEIPNITZ, 2009, p.44). Consiste no conhecimento aprofundado dos possíveis agentes agressores, dos acervos, dos atores envolvidos e da instituição como um todo.

O autor citado anteriormente, fala que a norma utilizada internacionalmente para o gerenciamento de risco ao patrimônio cultural é a australiana AS/NZS 4360:2004. Essa é uma norma genérica que pode ser aplicada tanto em instituições públicas quanto privadas e que se baseia na inclusão de práticas de gestão de riscos na rotina do dia a dia das instituições. Por isso envolve diretamente a atuação dos funcionários (atores internos) e agentes externos (que podem ser fornecedores, usuários, etc.). As diretrizes dessa norma para o GR é estabelecer o contexto, identificar os riscos, analisá-los, avaliá-los e tratar o que foi reconhecido nos processos anteriores.

A norma brasileira que trabalha esse contexto é a ABNT NBR ISO 31000:2009, que também trata genericamente a gestão de riscos e segue os mesmos princípios da norma australiana.

Embora todas as organizações gerenciem os riscos em algum grau, esta Norma estabelece um número de princípios que precisam ser atendidos para tornar a gestão de riscos eficaz. Esta Norma recomenda que as organizações desenvolvam, implementem e melhorem continuamente

¹²³ Organização intergovernamental que se dedica à preservação do patrimônio cultural mundialmente por meio de programas de formação, cooperação, difusão e informação, ligada a UNESCO.

uma estrutura cuja finalidade é integrar o processo para gerenciar riscos na governança, estratégia e planejamento, gestão, processos de reportar dados e resultados, políticas, valores e cultura em toda a organização. (ABNT NBR ISO 31000:2009, p.v)

Vaillant Callol (2013, p.15) aponta que pensar em conservação de um patrimônio cultural é refletir sobre todos os pontos necessários para preservar o bem para que ele continue acessível a futuras gerações. Um bom planejamento é importante para garantir esse acesso. O planejamento envolve pensar em administração segura, recursos adequados e conhecimento sobre os procedimentos adotados, além de uma reavaliação em tempo determinado.

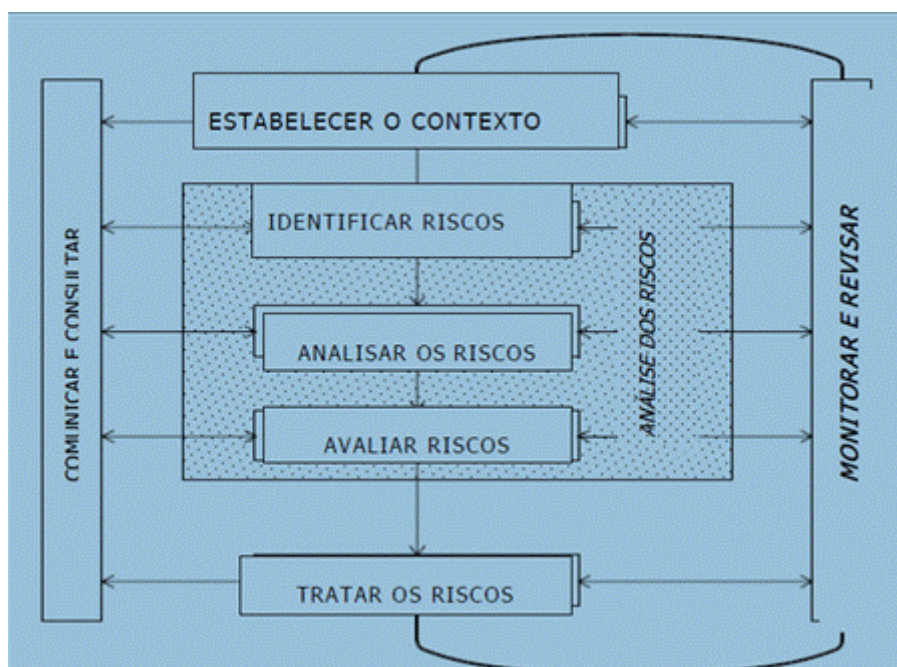


Figura 21: Processo do Gerenciamento de Riscos

Fonte: LEIPNITZ (2009, p.43)

Leipnitz (2009, p.56) detalha que a avaliação de riscos, de acordo com a norma australiana AS/NZS 4360:2004, é uma etapa para a compreensão dos riscos. Essa análise é realizada em “diferentes graus de detalhamento do risco, do objetivo da análise, informações, dados e recursos disponíveis”.

Mais adiante Leipnitz (2009, p.57) apresenta as escalas propostas pelo ICCROM para mensurar os 10 riscos. Nessas escalas há o questionamento em relação à frequência com que ocorre o problema, o valor perdido quando o problema ocorre e o quantitativo afetado

do valor dessa perda na biblioteca. O cálculo é realizado por meio de atribuição de pesos que vão desde o insignificante ao catastrófico, com a probabilidade desse evento analisado acontecer de rara a quase certa – sempre atento aos fatores internos e externos do edifício de guarda de acervo.

Trinkley (2001, p.9) afirma que o edifício de uma biblioteca é um importante passo para a preservação do acervo, uma vez que os danos causados pela “temperatura, umidades, luz, tempestades, água, incêndios, pragas e uma ampla gama de estragos” podem ser minimizados quando o local de guarda é construído para combater essas possíveis ameaças. Infelizmente, essa observação de minimizar os possíveis danos a partir de uma construção apropriada é mais comum em bibliotecas universitárias e de pesquisas do que em bibliotecas públicas.

O autor mencionado anteriormente, ainda aponta que o pensar a conservação preventiva como um elemento a ser agregado em projetos e planejamento da estrutura das bibliotecas públicas é constantemente prejudicado pelo corte de orçamento e de pessoal para essas construções. Muitas das vezes a ausência de investimentos se deve à falta de consciência sobre a preservação ou à inexistência de verbas. “Estas bibliotecas públicas acreditam que os problemas de preservação podem ser tratados por meio de um aumento das receitas orçamentárias e pela eliminação mais efetiva de coleções danificadas ou deterioradas.” (TRINKLEY, 2001, p.11).

Trinkley (2001, p.16) afirma ainda que a avaliação de riscos deve ser o primeiro e último passo, uma vez que por meio dessa avaliação os problemas em potencial são reconhecidos e, mediante esse reconhecimento, um plano para gerenciá-los é posto em prática. O cálculo utilizado para tal é “Risco (probabilidade de um evento) x Vulnerabilidade (grau de impacto para a instituição) = Criticalidade”.

A medição do risco da vulnerabilidade é melhor executada com o uso de porcentagens ou de escala de 1 a 4; ambos os métodos são normalmente compreendidos e de fácil aplicação. Por exemplo, um evento cuja ocorrência é quase certa recebe um valor entre 76 e 100%, ou como 4. Um evento que provavelmente ocorrerá é classificado entre 51 e 75%, e recebe o valor 3. Um evento de ocorrência provável é classificado entre 26 e 50%, como valor 2. Finalmente, um evento cuja ocorrência é pouco provável recebe o valor 1 ou é classificado na faixa entre 1 a 25%.

No caso da vulnerabilidade, um evento que causaria o fechamento permanente de sua biblioteca, ou pelo menos por vários meses, é classificado na faixa de 76 a 100%, ou como 4. Um evento que causaria a paralisação das operações por um período de tempo inaceitável é

classificado como 51 e 75%, ou como 3. Um evento que reduziria as operações o suficiente para interferir no funcionamento da instituição é classificado entre 26 e 50%, ou como 2. Finalmente, um evento que interferiria nas funções normais, mas a nível tolerável, é classificado entre 1 e 25%, ou como 1. (TRINKLEY, 2001, p.17)

O resultado dessa análise apresenta os pontos que devem ser priorizados no estabelecimento de questões essenciais que devem estar presentes na política de preservação da biblioteca.

2.2. Plano de Gerenciamento de Riscos da Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional adotou como medida de segurança o mapeamento de todos os possíveis riscos que podem afetar a vida útil do acervo. Desse mapeamento, foi publicado, em 2010, o livro Biblioteca Nacional: Plano de Gerenciamento de Riscos: salvaguarda e emergência, onde estão descritas medidas para gerenciar todos os riscos que podem afetar o patrimônio, até os atores internos e externos envolvidos nesse processo, além de ações para controlar e tratar esses riscos, caso aconteçam.

A definição de risco no Plano foi baseada na Norma Técnica Australiana e Neozelandesa de Gestão de Riscos (AS/NZS 4360:2004), na qual “risco pode ser definido como a chance de algo acontecer causando um impacto sobre objetivos” (SPINELLI; PERDESOLI JUNIOR, 2010, p.25). A seguir os 10 agentes de deterioração identificados no Plano da BN¹²⁴.

- 1. Força física:** Danifica o patrimônio por meio de choque, vibração, tensão, compressão e fricção, causando deformação, quebra, rasgo, perfuração ou abrasão, etc. Pode acontecer tanto pontualmente como em larga escala, dependendo de sua origem. Esse risco pode ser resultado de armazenamento inadequado, transporte inapropriado, manuseio incorreto, falha estrutural no edifício, explosões, colisão no transporte ou desastres da natureza.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente com impacto moderado; processo contínuo ou evento raro e catastrófico.

¹²⁴SPINELLI; PERDESOLI JUNIOR, 2010, p. 25-30

2. **Criminosos:** Furto, roubo ou vandalismo, orquestrados por pessoas internas ou externas à instituição, acarretando a perda total, destruição ou descaracterização do item.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente com impacto moderado; evento raro de impacto significativo.

3. **Fogo:** Devido à deficiência na prevenção com equipamentos em edifícios, que muitas das vezes foram construídos em madeiras, a falta de detecção, supressão automática e contenção por meio de treinamento adequado dos funcionários, instituições que abrigam acervos, correm um alto risco de sofrer um incêndio. Os incêndios podem acontecer desde pequenas proporções até a queima total do patrimônio e suas causas podem ser de ordem natural ou provocados por ação humana.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente com impacto moderado a significativo; evento raro e catastrófico

4. **Água:** Esse elemento em contato com o patrimônio pode causar o surgimento de mofo, manchas, deformação, desintegração, entre outros. Encontrada em fontes internas ou externas ao edifício, naturais e tecnológicas. Entra em contato com o acervo por meio de infiltrações (via telhado defeituoso, janelas mal fechadas ou com defeito), vazamentos ou rupturas de tubulações, inundações (por meio de transbordamento de pias, vasos sanitários e drenos entupidos ou usados de forma inadequada), respingos, etc.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente com impacto moderado; evento raro e catastrófico; processo contínuo.

5. **Pragas:** Organismos vivos que têm a capacidade de danificar, desfigurar e até mesmo destruir o patrimônio, por meio de sua alimentação, excreção, reprodução e abrigo. Seu contato com o acervo pode causar perfurações, enfraquecimento da estrutura, manchas, sujidade e perda de partes. Agem isoladamente ou através de infestações. São considerados como pragas: insetos, roedores, aves e morcegos.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente com impacto moderado a significativo; processo contínuo.

- 6. Poluentes:** Substâncias poluentes que por meio de reações químicas causam corrosão, enfraquecimento, alterações estéticas, etc. São considerados poluentes: gases, aerossóis, líquidos ou sólidos. Atingem as coleções por diversas formas (pelo ar, contato, contaminações acidentais por derramamentos, etc.) e atuam interna e externamente ao edifício. Algumas vezes, o próprio material em sua composição pode conter algum poluente intrínseco. Os poluentes que normalmente atingem o patrimônio são: a poeira (material particulado), dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio, ozônio, ácidos acético e sulfídrico e formaldeído. Entram em contato com o acervo por meio da poluição do ar, no material utilizado para manutenção e limpeza do ambiente, uso de materiais inadequados em intervenções de conservação-restauro ou em acidentes que provoquem derramamento ou vazamento dos produtos, etc.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente com impacto moderado a significativo; processo contínuo.

- 7. Luz e radiação UV (radiação ultravioleta) e IR (radiação infravermelha):** Provenientes do sol e de energia elétrica, podem causar danos às coleções. A luz provoca o esmaecimento de cores dos materiais (dependendo da sensibilidade do mesmo) enquanto a radiação ultravioleta provoca reações químicas que vão desde o amarelecimento, e do enfraquecimento à desintegração do patrimônio, que depende da dose recebida e também da sensibilidade do material, a radiação infravermelha provoca o aquecimento dos materiais, podendo causar o ressecamento, fraturas ou deformações.

Frequência em que pode acontecer: Processo contínuo.

- 8. Temperatura incorreta:** Caracterizada por temperaturas baixas, elevadas ou oscilações que podem causar danos ao patrimônio que constitui a coleção. Temperaturas baixas fazem com que alguns materiais poliméricos (amido, celulose, etc.) tornem-se frágeis ou quebradiços. Temperaturas altas acarretam reações químicas (degradação), físicas (ressecamento, fraturas, deformações e derretimento) e biológicas (desenvolvimento de microrganismos e ambiente favorável para o estabelecimento de pragas). No caso das oscilações de

temperaturas (também conhecidas como flutuações), podem causar deformações ou fraturas de certos materiais por meio da contração e expansão térmica. Em bibliotecas, o risco resultante da temperatura incorreta é a degradação química das coleções (em especial a hidrólise das moléculas de celulose que permitem a elasticidade ao papel), que ocorre à medida que a temperatura aumenta, diminuindo a vida útil do material pela metade a cada aumento de 5° C. As fontes que podem causar esse risco são: luz solar, clima local, iluminação elétrica, máquinas e equipamentos.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente de impacto baixo a moderado; processo contínuo.

- 9. Umidade relativa incorreta:** Parecida com o risco temperatura incorreta, a umidade relativa se estiver elevada, baixa ou flutuante acarreta danos aos materiais da coleção. A umidade relativa alterada favorece o desenvolvimento de microrganismos (mofo), reações químicas de degradação e corrosão de metais, condensação em superfícies, etc. Os efeitos incluem manchas, desfiguração do material, enfraquecimento, etc. Em casos de umidade relativamente baixa, alguns materiais podem ficar ressecados e com danos irreversíveis. Os principais problemas causados pela umidade relativa incorreta em bibliotecas em climas úmidos são o possível desenvolvimento de microrganismos e o aumento da reação hidrólise do papel, sob condições elevadas de umidade (já explicado no risco temperatura incorreta). As fontes que favorecem o surgimento desse risco incluem o clima local, instalações hidráulicas do edifício, equipamentos de ar condicionado (central) com problemas ou com funcionamento descontínuo, aquecedores, etc.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente de impacto baixo a moderado; processo contínuo.

- 10. Dissociação:** Tendência natural, com o passar do tempo, da perda do material armazenado por causa da desorganização. Envolve perda dentro da instituição (como livros fora do lugar), perda de dados sobre o objeto ou coleção e a perda da capacidade de recuperar ou associar objetos e informação. As causas para esse risco podem ser perda da informação em etiquetas e rótulos; falta de *backup* das informações e registros de informações sobre a coleção (inventários, catalogação,

etc.); ocorrência de sinistros; erro no registro de informações ou a guarda do material fora do lugar de origem; aposentadoria de funcionários detentores da informação sem deixar registros; obsolescência da tecnologia; etc.

Frequência em que pode acontecer: esporadicamente de impacto moderado; evento raro e catastrófico; processo contínuo.

Spinelli e Pedersoli Junior (2010, p.9) afirmam sobre o Plano de Gerenciamento de Risco e Salvaguarda de Emergência:

[...] um trabalho inovador e com grande nível de abrangência, que introduz o caráter de **sustentabilidade**, ou seja, a utilização de recursos próprios e permanentes que propiciem ações de uso cuidadoso e preventivo do acervo. [Grifo nosso]

Mediante a identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar o patrimônio bibliográfico, Spinelli e Pedersoli Junior (2010, p.39-41), afirmam que o tratamento para esses riscos consiste “no processo de seleção e implementação de medidas para se evitar, modificar, compartilhar (por exemplo, via contratação de seguros) ou deter um dado risco”. Para que esse processo seja eficiente e eficaz, utiliza-se como ferramenta os conceitos que envolvem os cinco estágios de controle de riscos – evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar–, discriminados a seguir:

1. **Evitar:** fontes que permitam a ação dos 10 agentes de deterioração mencionados no Plano de Gerenciamento de Riscos da FBN. Inclui a remoção (na medida do possível) dos causadores de incêndio, água, poluentes, luz e radiação UV e IR, pragas, temperatura e umidade relativa incorretas (interna ou externamente no edifício), além da remoção de materiais combustíveis e substâncias que atraem pragas. Realizando melhorias nas condições de armazenamento, transporte e acesso para evitar a ação desnecessária da força física e dissociação. Evitar situações que favoreçam o furto ou vandalismo do acervo;
2. **Bloquear:** envolve a instalação e/ou adoção de alguns procedimentos para bloquear os agentes de deterioração;

3. **Detectar:** identificar a presença dos agentes que possam ameaçar a integridade do acervo, tanto no interior como no exterior do prédio, e em particular nas áreas de guarda e uso das coleções;
4. **Responder:** responder aos agentes de deterioração detectados com ações emergenciais ou curativas (dependendo do dano);
5. **Recuperar:** recuperar os danos e perdas causados pelos agentes. Essa ação inclui intervenções por meio de conservação-restauração em tentativas de recuperar objetos corrompidos, dissociados ou furtados.

Resumidamente, o Plano traça de forma genérica ações que precisam ser tomadas para avaliar, tratar e monitorar os agentes de deterioração, alertando para o fato de que é imprescindível o trabalho de conscientização dos atores internos e externos.

2.3. O local de guarda do acervo da BEC: Palácio Gustavo Capanema

As especificações para a construção do prédio do Ministério da Saúde e Educação¹²⁵, no que diz respeito especificamente à preparação para abrigar o acervo da Biblioteca explicita no item IV que:

A Directoria de Expediente Geral deverá ter, no subitem e) bibliotheca: um salão para armazém de livros; uma sala de leitura; uma sala de catalogo; uma sala para o serviço de informações bibliographicas; um gabinete do bibliothecario; installações sanitária; uma sala de expurgo.

No processo também constam as demais especificações importantes para assegurar estabilidade dos materiais no edifício. Essas informações estão no item XV, no subitem c):

local para machinas destinadas a installações de refrigeração, aeração e comunicação pneumática, aparelhos de sinalização, exaustores,

¹²⁵ No Edital de Concorrência Pública para o Concurso de Projeto do Edifício do Ministério de Educação e Saúde Pública de 25 de abril de 1935, publicado no Processo n.º 6870/35. Arquivo Gustavo Capanema, **Dossiê GCf 1934.10.19**, p.25-28/1536. Acervo CPDOC/ FGV

extintores de incendio, centro telefônico, destruição de resíduos, casa de força, estação transformadora, etc.

Ao final de sua construção, a estrutura do prédio do MES se destacava entre os demais em seu entorno já que as fachadas foram projetadas para permitir tanto a ventilação quanto a luminosidade em quantidade necessária¹²⁶, conforme detalhamento no primeiro capítulo. Dessa forma a ventilação seria garantida pela variação da temperatura em cada fachada e também pelo tipo de divisão interna adotado, não impedindo a circulação do ar.

Do ponto de vista da preservação, não foram encontradas em documentos informações sobre ataques de agentes biológicos ao acervo nem no período em que esteve sob a gestão do MES, MEC e MinC. Consta em um relatório de 1999 informações sobre a utilização de uma substância chamada 4 Lit para o controle de pragas¹²⁷.

Nos dias atuais, o entorno do prédio mudou completamente. Na década de 1940 havia poucos prédios e baixa circulação de carros próximo ao local. Com o aumento da exploração comercial do centro da cidade do Rio de Janeiro, grandes construções foram erguidas e as ruas passaram a receber diariamente um número considerável de carros e ônibus. Apesar do aumento da poluição, poeira e calor na parte externa ao prédio, o sistema de refrigeração natural por meio das janelas atende o acervo da BEC localizado no 4º andar.

O problema em relação à utilização das janelas para resfriamento do local é a quantidade de sujeira que atinge as estantes. Uma constante preocupação já que a equipe que faz a manutenção diária do local não é fixa, e precisa sempre ser orientada em relação à forma adequada de higienizar o local de guarda sem contribuir para a proliferação e surgimento de agentes biológicos. Além desses cuidados, uma empresa terceirizada pela FBN realiza o trabalho de dedetização, visto que o mobiliário é praticamente todo em madeira.

A Biblioteca possui uma máquina higienizadora e um funcionário devidamente treinado realiza a limpeza de obras que são pouco manuseadas e estão com acúmulo de sujeira em sua superfície. Para casos de danos mais graves nas obras, existe, no terceiro andar, a unidade de Conservação de Acervos¹²⁸, cuja função é fazer pequenos reparos.

Conforme visto anteriormente na seção 1.5 desta pesquisa, o Palácio Gustavo Capanema, onde a biblioteca está acondicionada desde 1944, passa por reformas em toda estrutura interna e externa e, desde setembro de 2016, o acervo da BEC está aguardando

¹²⁶ Palácio Gustavo Capanema, [198-]. Arquivo Administrativo BEC

¹²⁷ Ver p.27 do capítulo anterior.

¹²⁸ Ver Capítulo 1.

a transferência para o local provisório. Uma parte do acervo está em caixas de papelão lacradas com fita adesiva e, a maior parte, nas estantes que estão “protegidas” da poeira por lonas plásticas pretas lacradas também com fita adesiva.

Visitas técnicas ao acervo são realizadas, sem periodicidade estabelecida, para verificar o seu estado de conservação enquanto aguarda a mudança. Na vistoria realizada em outubro e dezembro de 2017, foi identificado muita sujeira, proveniente da obra do prédio no local de guarda. O material utilizado para vedar as estantes, devido à sujeira e ao calor, estava solto, e alguns dos plásticos-lona que cobrem as estantes se encontravam furados, permitindo a entrada de poeira. Com a saída dos funcionários do prédio, não há mais uma equipe exclusiva para a limpeza, nem a segurança patrimonial em cada andar. Antes, as janelas da Biblioteca eram abertas para fazer circular a ventilação no local, mas com o encerramento das atividades no local, as janelas são abertas apenas quando ocorre visita.



Figuras 22: Estantes cobertas e balcão de atendimento, salão de leitura da BEC - Palácio Gustavo Capanema (Outubro/2017).

Fonte: Imagens de arquivo pessoal



Figuras 23: Estantes no salão de leitura da BEC - Palácio Gustavo Capanema (Outubro/2017)
Fonte: Imagens de arquivo pessoal



Figura 24: Livros de referência, salão de leitura da BEC - Palácio Gustavo Capanema (Dezembro/2017).
Fonte: Imagens de arquivo pessoal

Na visita realizada em setembro de 2018, as únicas diferenças desse cenário encontradas em relação à visita anterior, foi o piso, que estava limpo, devido à retirada dos vestígios da obra e à troca recente dos extintores de incêndio. As estantes permanecem “protegidas” com a mesma lona do início da intervenção, com todo o acúmulo de sujeira de todo esse período e com o mesmo problema da fixação das fitas adesivas, ou seja, em alguns locais, as lonas permanecem com furos ou “despencadas” permitindo a entrada de poluentes e contribuindo para o surgimento de pragas.

Além desse tipo de vulnerabilidade a que o acervo está exposto há dois anos, existe a questão da mudança, que irá ocorrer em algum momento, e precisa de planejamento, para que o acervo não sofra mais danos.

Toledo (2010, p.73) chama a atenção para a vulnerabilidade que acervos enfrentam desde o manuseio até mesmo às condições ambientais. A autora afirma inclusive que a biodeterioração desse patrimônio pode ser minimizada com o controle da umidade e a estabilização da temperatura na área de guarda.

Trinkley (2001, p.23) descreve a estrutura do local de guarda de uma biblioteca como um “envelope”, uma barreira entre o ambiente interno que deve estar estabilizado e o ambiente externo que eventualmente estará em mudança. A construção também atua como um filtro que permite a dosagem adequada de luz, calor e outros elementos em seu interior. A preservação do ambiente interno é importante para assegurar a estabilidade da coleção que está abrigada na biblioteca.

2.4. O local de guarda do acervo da BEC: Edifício Teleporto

A estrutura do Teleporto é completamente oposta àquela do Palácio Capanema. Enquanto o Capanema possui um sistema inteligente de ventilação natural, o novo prédio é climatizado por meio de um sistema de ar condicionado central (ventilação artificial) que é desligado à noite, feriados e finais de semana. Não existe o monitoramento da temperatura e umidade relativa do ar e, portanto, não é possível precisar a oscilação.

A Coordenadoria de Administração da FBN¹²⁹, fez a vistoria no sétimo pavimento do Teleporto, para o qual estão sendo transferidos todos os setores que estavam no

¹²⁹ Documento Transferência Unidades FBN do PGC para o imóvel da Av. Presidente Vargas n.º 3131, de 24 de outubro de 2016. Conforme o título sugere, o documento trata da transferência de todas as unidades da FBN, instaladas no Palácio Gustavo Capanema (PGC), a saber Divisão de Música e Arquivo Sonoro (DIMAS), Escritório de Direitos Autorais (EDA), PRONAC/FBN e a BEC. Arquivo Administrativo BEC

Capanema. Foi constatado nessa visita, que é necessário averiguar os “elementos de luminotécnica ambiental”, o sistema de detecção e combate a incêndios (*sprinklers*) que são padrão para prédios de escritórios, mas que não atendem instituições que abrigam acervo. O “pé-direito” do pavimento é de 2,60 m enquanto a BEC tem algumas estantes com 3,00 m, para remediar a situação seria necessário a aquisição uma estanteria mais baixa, com a consequência de um aumento da “área necessária” para a guarda do acervo. Não existem muitos pontos para ligar as estações de trabalho, diante disso, em cada ponto estão ligados dois computadores por meio de estabilizadores, o mesmo problema ocorre no salão de leitura, futuramente isso será um empecilho para os leitores que precisarem recarregar seus aparelhos eletrônicos.

Além do acervo que está nas estantes no Palácio Capanema, a BEC continua recebendo obras oriundas de doações externas, Serviço de Intercâmbio e Prêmio Literário, ou seja, o acervo continua crescendo, o diferencial é que as obras “recém-incorporadas” ao acervo estão sendo acondicionadas em caixas no Teleporto, enquanto se aguarda a chegada das estantes e do restante do acervo. Como não existe previsão para permanência nesse local é preciso verificar, igualmente, se a BEC terá espaço para a expansão do acervo, para não mencionar que o prédio foi projetado para abrigar, exclusivamente, escritórios. Instituições que abrigam acervos, obrigatoriamente, deveriam ocupar o primeiro pavimento do edifício, de acordo com a lei de uso e ocupação para essa área da Cidade Nova, conforme se apresenta no Anexo III Quadro de usos, classes de atividades econômicas, zoneamento e edificação do Decreto n.º 10.040, de 11 de março de 1991.

De acordo com esse mesmo Decreto, o local de guarda provisório não é o adequado para receber o acervo da BEC, porém, no laudo emitido no Documento Transferência Unidades FBN do PGC para o Teleporto, de 24 de outubro de 2016, não foi considerado como risco a alocação do acervos da BN em andares acima do térreo.

O Iphan, junto ao MinC, está responsável pelo processo de mudança do acervo que ainda se encontra no Palácio Capanema para o Teleporto. Instituições que estavam distribuídas nos 16 andares, concluíram a transferência para o novo local entre o final de 2016 e meados de 2017, com exceção da BEC e da DIMAS. No momento o processo para a conclusão do acervo restante está parado e não há informações precisas sobre quando será retomado.

Diante do que foi exposto anteriormente nos campos 2.3 e 2.4 desta pesquisa, é possível perceber que o acervo, da forma que se encontra hoje, está vulnerável aos 10 riscos

apontados no Plano de Gerenciamento de Riscos da BN. Enquanto está fechado no Palácio Capanema está sujeito aos mais diversos eventos.

Tabela 6: RISCOS A QUE O ACERVO DA BEC ESTÁ VULNERÁVEL EM SEUS LOCAIS DE GUARDA, SEGUNDO O PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DA FBN.

RISCOS	CAPANEMA	TELEPORTO
1. Forças Físicas	X	X
2. Criminosos	X	X
3. Fogo		X
4. Água	X	X
5. Pragas	X	X
6. Poluentes	X	X
7. Luz e radiação UV e IR		X
8. Temperatura incorreta	X	X
9. Umidade relativa incorreta	X	X
10. Dissociação		X

Fonte: Elaborada pela autora

3. RECOMENDAÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA: no Palácio Capanema, no processo de mudança e no local de guarda provisório

O acervo da Biblioteca Euclides da Cunha encontra-se vulnerável e em risco de degradação, tanto por estar “protegido” de forma inadequada no salão do 4º andar do Capanema, como poderá vir a sofrer com o risco de degradação se não forem feitas as adequações necessárias no Teleporto.

Como remediar a condições a que o acervo está submetido atualmente, fechado no Capanema e suscetível a riscos? Quais serão os procedimentos adotados como medida para assegurar a integridade do material no transporte para o Teleporto? O que se pode fazer para que o processo de instalação do acervo no local temporário não gere problemas, visto que estava estabilizado em condições físicas e climáticas totalmente opostas?

Neste capítulo serão apontadas as recomendações, de acordo com o Plano de Gerenciamento da FBN e em outras literaturas que serão mencionadas ao longo do texto. As recomendações estão descritas de acordo com os problemas identificados nos locais de guarda para que o patrimônio da BEC não seja afetado, durante o período que está aguardando o processo de mudança ser concluído, e se houver essa mudança, quais as medidas para que o acervo não seja impactado com as condições no local de guarda provisório.

O Plano de Gerenciamento de Risco da BN (p.42-96) traça diretrizes para evitar os riscos identificados, que serão mais detalhados a seguir.

3.1. Recomendações para evitar riscos de acordo com o Plano de Gerenciamento de Risco da FBN

Local de guarda: Capanema e Teleporto

- **Força física:** Armazenar adequadamente o acervo, evitando a superlotação de estantes, mapotecas, armários, caixas e etc.;
- Assegurar que as estantes estejam devidamente fixadas para evitar acidentes;
- Retirar de seus locais de armazenamento e repor os livros e documentos de forma adequada. Instruir os leitores sobre o manuseio adequado dos materiais

consultados e capacitação dos funcionários para o manuseio, transporte e armazenamentos desses livros e documentos;

Sobre a questão do transporte inadequado, este Manual trata do transporte de livros e documentos no interior do prédio. A recomendação é para que esse material seja distribuído em carrinhos com dimensões de acordo com o objeto transportado.

- **Água:** Realizar a manutenção preventiva das instalações hidráulicas, refrigeração (ar condicionado) e nas tubulações condutoras de água;

Solicitar às autoridades competentes a conservação das instalações da rede pública de água e esgoto situadas nas proximidades da Biblioteca e a limpeza de drenos e calhas externas para evitar o acúmulo de água no telhado ou junto às paredes e fundações do prédio;

Evitar o uso indevido de torneiras, pias, registros, bebedouros, descargas, ralos e caixas de gordura dentro da Biblioteca e no entorno do prédio, tanto por funcionários quanto por usuários;

Evitar a construção de elementos arquitetônicos, paisagísticos, construtivos, ou canteiros de vegetação, no edifício ou em seu entorno, de forma que favoreçam o acúmulo de água ou infiltrações;

Não armazenar, expor ou consultar itens do acervo próximo a fontes de água ou próximo a encanamentos, telhados, aparelhos de ar condicionado, desumidificadores, janelas e outras aberturas para o exterior do edifício, em contato direto com as paredes externas sem isolamento, diretamente sobre o piso (manter uma altura mínima de 10 cm de distância), no subsolo ou em outras áreas vulneráveis a inundações;

Evitar procedimentos que envolvam o uso ou transporte de água para áreas de armazenamento e uso do acervo, como por exemplo a limpeza de pisos e estantes usando grandes volumes de água e transporte de baldes ou outros recipientes sem vedação;

Proibir o consumo de água em locais de consulta e armazenamentos das coleções; Assegurar a retirada de água acumulada nos desumidificadores em uso. Evitar o uso de tapetes e carpetes nas áreas de guarda, evitando o acúmulo de umidade;

Considerar com o Corpo de Bombeiros a possibilidade de evitar o uso excessivo de água numa eventual operação de combate a incêndio;

Manter cópia de segurança do acervo digital ou microfilmado fora das dependências da Biblioteca. Informar a todos os funcionários sobre as medidas adotadas para evitar este risco.

- **Pragas:** Consumir alimentos em áreas separadas do acervo. Os alimentos armazenados no interior da biblioteca devem estar em recipientes apropriados com vedação, e evitar que restos de alimentos se acumulem após o consumo, mantendo as áreas de alimentação sempre limpas; Evitar o acúmulo de poeira ou outras sujidades no interior do edifício, principalmente nas áreas das coleções;

Eliminar fontes de água e umidade desnecessárias, e evitar plantas e flores no interior da biblioteca;

Não alimentar gatos, pombos ou outros animais, e evitar a presença de vegetação no entorno da instituição;

Adotar o hábito de colocar em quarentena as doações recebidas, para evitar a inserção de pragas por meio de coleções infectadas;

Realizar o tratamento preventivo de desratização, descupinização e dedetização em locais estratégicos dentro do prédio, fora da área de armazenamento e de uso do acervo, e no entorno;

Considerar a necessidade de realizar mudanças na iluminação externa e interior do prédio para não atrair insetos;

Lâmpadas de vapor de mercúrio atraem mais insetos que as de sódio de alta pressão. Informar a todos os funcionários sobre as medidas adotadas para evitar esse risco.

- **Poluentes:** Realizar a manutenção dos filtros do sistema de ar condicionado; Assegurar que todos os sistemas e dispositivos de exaustão existentes estejam funcionando; Evitar o uso de materiais de construção, acabamento ou acondicionamento, que emitam gases ou partículas nocivas ao acervo e a exposição de itens do acervo a

materiais de obras realizadas no prédio, removendo-os temporariamente do local e aumento, se necessário, da ventilação no local;

Impedir o acúmulo de poeira no local de guarda do acervo, os pisos do local devem ser limpos com produtos biodegradáveis não agressivos ao acervo nem às pessoas, as estantes de metal, mapotecas e demais tipos de móveis devem ser limpos com o auxílio de um pano limpo e álcool, líquido ou em gel, devido sua rápida evaporação, não usar água nesses ambientes;

Não armazenar filmes degradados com os que estão em bom estado. Evitar o uso contínuo de máquinas de fotocópias ou *scanners* em locais com pouca ventilação e que contenham acervo;

Fazer uso de luvas, quando necessário, para manusear o patrimônio. Proibir a entrada de bebidas e alimentos em locais próximos ao acervo;

Evitar o uso de cliques metálicos e fitas adesivas nas coleções e a aplicação de produtos indevidos em tratamentos de conservação-restauração.

Impedir qualquer fonte geradora de poluentes no interior e entorno do prédio;

Deter os níveis elevados de umidade relativa, temperatura e radiação, tanto a UV como a visível, nas áreas de guarda. Instruir os funcionários sobre as medidas adotadas como precaução para evitar a ação dos poluentes no acervo.

- **Temperatura e Umidade relativa incorreta:** Umidade relativa incorreta nas áreas de guarda são prejudiciais as obras;

É necessária a manutenção preventiva do sistema de ar condicionado, a utilização e a manutenção adequada, quando necessário, de desumidificadores, e a manutenção preventiva das instalações hidráulicas, a fim de evitar vazamentos, bem como manutenção em telhados, forros, janelas, sistemas de drenagem e outros locais que possibilitem a criação de infiltrações;

Evitar que a coleção, especialmente seus itens mais sensíveis, estejam acondicionada em locais com temperatura ou de umidade relativas incorretas;

Evitar exposição direta ou proximidade com paredes externas - especialmente com umidade - pisos frios ou úmidos, ou espaços muito quentes;

Evitar o contato direto do acervo com a luz solar, considerando que esse contato irá aquecer a coleção, principalmente diante do gerenciamento de abertura e fechamento das janelas, durante o horário de funcionamento da biblioteca, e que

isto não implique em riscos colaterais de água, poluição, pragas, luz, radiação e furto;

Poupar a exposição de documentos mais sensíveis a condições de umidade relativa e temperatura incorretas, mesmo diante da reprodução de cópias destes materiais em formato digital ou em microfilme, considerando o armazenamento a frio permanente dos originais;

Evitar que a embalagem em invólucros impermeáveis de itens com umidade excessivamente elevada, e a exposição destes itens em local com temperatura diferente, evitando esse contraste dentro da embalagem. Informar aos funcionários os procedimentos adotados para evitar tal risco.

- **Criminosos:** Realização de vigilância constante para inibir os possíveis furtos e vandalismo;

Solicitar a identificação dos usuários quando chegarem à Biblioteca e informá-los sobre o monitoramento;

Impedir a entrada de consulentes, portando bolsas em geral que possam transportar livros e documentos do acervo;

Proibir a entrada de visitantes portando objetos perfurantes, ou objetos capazes de danificar a escrita, como canetas e marcadores em geral. Impedir a entrada de originais e fotocópias de livros, jornais, fotos, mapas, gravuras, desenhos, etc., assim como máquinas fotográficas, escâneres portáteis ou outros dispositivos capazes de fazer reprodução;

Evitar o acesso de usuários nas áreas de guarda do acervo e limitar o acesso de funcionários a essas áreas;

Assegurar que os itens do acervo separados para conservação e restauração, ou para outros fins, permaneçam menor tempo possível fora de seu local de guarda;

Evitar que obras com valor elevado fiquem expostas em áreas de acesso ao público, a criação de possíveis locais de esconderijo para ladrões e vândalos, e a divulgação desnecessária de itens com valor elevado, ou obras raras ou de arte;

Digitalizar ou microfilmar, obras que estiveram emprestadas para outra instituição. Verificar a confiabilidade e a qualificação dos prestadores de serviços contratados para fazer a segurança patrimonial;

Capacitar os funcionários com medidas preventivas de furtos e vandalismo.
Promover a atualização e modernização do sistema de detecção de incêndio.

Local de guarda: Teleporto

- **Fogo:** Não fumar ou cozinhar nas dependências e no entorno da Biblioteca;
Evitar atividades com altas temperaturas ou chamas, e o armazenamento de líquidos inflamáveis;
Quando necessário, os produtos devem ser guardados com identificação, fechados, em seus recipientes originais, e em quantidade mínima em armários corta-fogo e “dotados de sistema de exaustão para o exterior do prédio”, ou em áreas bem ventiladas;
Proibir a entrada de pessoas com fósforos, isqueiros, cigarros e outros elementos que possam iniciar um incêndio;
Realizar a manutenção das instalações elétricas e da casa de máquinas, verificar a instalação de novos disjuntores e fusíveis para minimizar as chances de incêndio;
Solicitar aos órgãos competentes a manutenção preventiva de gasodutos nas proximidades do prédio;
Verificar a manutenção preventiva do sistema de para-raios;
Evitar o uso de equipamentos elétricos obsoletos, danificados ou sem manutenção e danos às tomadas elétricas, fios e plugues dos aparelhos elétricos;
Após o expediente, desligar todos os aparelhos elétricos. Impedir o acúmulo de poeira no interior de ventiladores e ar condicionados, para evitar o superaquecimento;
Remover de dentro da Biblioteca todos os materiais combustíveis que não são necessários;
Manter cópia de segurança do acervo digital ou microfilmado fora das dependências da Biblioteca. Informar a todos os funcionários sobre as medidas adotadas para evitar esse risco.
- **Luz e radiação UV e IR:** Evitar a exposição desnecessária do acervo e outros itens patrimoniais à luz do dia e à luz proveniente de fontes elétricas;

As áreas de guarda devem ficar preferencialmente na penumbra, utilizando iluminação apenas quando necessário;

É aconselhável instalar sensores de presença e temporizadores automáticos;

Considerar a orientação dos raios solares na fachada do edifício, organizando as coleções de forma que o patrimônio fique protegido da exposição direta ao sol;

Luz e radiação UV e IR excessivas devem ser evitadas; é recomendado que nas áreas de guarda dos acervos, as lâmpadas fluorescentes tenham a potência mínima de 20 W, índice de reprodução de cor superior a 75%, e temperatura de cor entre 2.700 K e 4.000 K;

Considerar a utilização de fac-símiles, quando obras com grande valor, ficarem em exposição por tempo prolongado à luz e radiação. Informar aos funcionários sobre os parâmetros adotados para prevenir os danos que o acervo pode vir a sofrer pela ação de luz e radiação UV e IR;

- **Dissociação:** Adoção de procedimentos para assegurar que livros e outros itens do acervo sejam recolocados devidamente em seu devido lugar de guarda após o uso;

Desenvolver medidas internas para o rastreamento do acervo, por sistema de identificação de código de barras, e assegurar o funcionamento mediante a manutenção preventiva e atualizações desse sistema, quando necessário;

Fazer o inventário periodicamente de todos os itens do acervo, além de criar cópias de segurança, e deixá-las acessíveis, dos inventários, registros e outros documentos que contenham informações sobre o patrimônio;

Considerar a possibilidade de ter uma cópia armazenada fora da Biblioteca;

Evitar a perda da recuperação da informação por obsolescência dos suportes, migrando para outros formatos, além de assegurar o funcionamento da máquina que faz a leitura do suporte;

Realizar o controle da qualidade na migração do suporte, evitando perdas;

Garantir a qualidade na aquisição e gestão de imagens digitais e de suas informações associadas a itens do acervo. Informar aos funcionários quanto aos procedimentos adotados e instruir os usuários sobre o manuseio do acervo para evitar danos aos rótulos e etiquetas de identificação.

3.2. Recomendações para evitar riscos de acordo com outras literaturas que complementem as abordadas no Plano de Gerenciamento de Riscos da FBN

- **Força Física:** Em relação a esse risco e voltado para o possível transporte do acervo, Teixeira e Ghizoni (2018, p.28) afirmam que essa mudança envolve uma série de riscos, por esse motivo é preciso ter cuidado com a seleção do meio de transporte e com a preparação e a embalagem.

Cada peça deve ter um laudo sobre seu estado de conservação que, segundo os autores, precisa estar junto da peça em sua embalagem para transporte, a qual deve conter ainda indicações sobre a fragilidade do objeto. Além disso, esse transporte precisa ser realizado por empresa especializada, com equipe capacitada para fazer suas atividades com cautela, de forma que a estabilidade do acervo esteja garantida. O caminhão precisa receber a adequação necessária para minimizar vibrações, golpes e impactos de qualquer tipo, no momento em que o transporte for realizado.

Teixeira e Ghizoni dizem que é importante a presença de um conservador-restaurador, ou o responsável pelo acervo, no acompanhamento das obras quando forem transportadas, e também que essas obras estejam protegidas por um seguro em caso de sinistro. Apesar do trabalho dos autores mencionados anteriormente ser voltado para obras museológicas, o que foi extraído para esta dissertação são as observações singulares necessárias para o transporte de qualquer tipo de acervo, seja museológico, arquivístico ou bibliográfico.

Essa medida deve ser levada em consideração quando houver o deslocamento do acervo do **Capanema** para o local provisório no **Teleporto**.

- **Poluentes:** Em relação aos agentes químicos poeira e poluentes, é aconselhável que antes do acervo da BEC ser enviado para o **Teleporto**, passe por higienização para eliminar a sujidade acumulada no período em que permaneceu fechado no Capanema e identificar problemas surgidos durante o tempo que esteve dessa forma. Spinelli (2010, p.1) considera a execução do tratamento de higienização como um passo fundamental para a conservação preventiva. De acordo com o autor, a ação de higienização serve como um diagnóstico que poderá auxiliar em futuros tratamentos no acervo.

- **Temperatura e Umidade incorreta:** A obra Política de Acervos: Manual de Gerenciamento e Uso, da Fundação Joaquim Nabuco (2010, p.48-51), apresenta diretrizes para o manuseio e conservação dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos da instituição. Em relação à temperatura e umidade relativa são as seguintes as recomendações para evitar a oscilação da temperatura e umidade relativa do ar, o local onde o acervo é mantido deve ser frequentemente monitorado, e o armazenamento feito de acordo com a sua tipologia. Armários e mapotecas facilitam o controle da temperatura, por esse motivo é aconselhável a sua utilização sempre que possível. O mobiliário onde o acervo está acondicionado precisa ficar longe das paredes, facilitando a circulação de ar. É recomendável que as janelas permaneçam fechadas e, de preferência, vedadas. A circulação de ar no ambiente pode ser auxiliada por ventiladores e exaustores e a umidade controlada com desumidificadores. O monitoramento do local deve ser realizado com termo-higrógrafo ou termo-higrômetro digital. Verificar periodicamente se não há indícios de rachaduras, goteiras ou infiltrações na área externa do prédio. Não usar pano úmido para limpeza do chão. É aconselhável manter a temperatura e umidade relativa em níveis aceitáveis, de acordo com o tipo de material, para não desestabilizar o suporte da informação: os acervos fotográficos devem ser mantidos em uma temperatura abaixo de 21°C e umidade relativa entre 30% e 50%. Para papéis e couros, a umidade deve estar entre 45% e 60%.
- **Fogo:** Embora o **Teleporto** não seja um prédio tombado, no momento ele está abrigando acervos patrimoniais oriundos de um prédio histórico tombado, e por esse motivo considero ser importante atentar para estas orientações.
O Iphan, juntamente com o Corpo de Bombeiros, por meio da Portaria n.º 366, de 4 de setembro deste ano, elaboraram um documento com diretrizes a serem seguidas para prevenir o incêndio em bens edificados.
A Portaria n.º 366 apresenta as adaptações necessárias para evitar que o risco Fogo se inicie e, uma vez iniciado, que seja possível combatê-lo de forma que o acervo não seja danificado. Os pontos abordados são:

Saídas de emergências: que precisam ter tamanho, quantidade e localização estratégicos, para que atendam plenamente em caso de risco;

Iluminação de emergência e sinalização de emergência;

Sistema de proteção contra descarga atmosférica: para combater as descargas oriundas de fenômenos naturais;

Brigada de incêndio: bem treinada para responder ao risco iniciado proporcionando o atendimento às pessoas e ao acervo;

Plano de emergência ou intervenção com as seguintes ações: retirada dos ocupantes, remoção do acervo, proteção e salvaguarda do que não for possível ser retirado e previsão de tempo do brigadista no local até a situação estar estabilizada;

Sistemas de hidrantes internos e externos: em locais que seja possível a utilização de água para combater o problema;

Sistema de hidrantes públicos: destinados à proteção do bem edificado;

Compartimentação horizontal e vertical: em locais em que haja esta obrigatoriedade;

Sistemas de detecção e alarme de incêndio;

Sistema de proteção por extintores de incêndio: adequados por tipo de acervo;

Sistemas de proteção por chuveiros automáticos: em locais que não possuam acervos;

Sistema fixo de gases para combate a incêndio: em substituição ao uso da água ou outro agente extintor que provoque dano ao patrimônio cultural;

Inspeção visual das instalações elétricas: o laudo deve conter informações sobre uso, manutenção e conservação das instalações elétricas.

- **Luz e Radiação UV:** Entre as diretrizes apontadas no Manual da Fundação Joaquim Nabuco, destaca-se a prevenção contra os riscos Luz e Radiação UV e IR: lâmpadas incandescentes devem ser evitadas por esquentarem o ambiente, podendo causar modificações químicas e físicas nas obras. Lâmpadas de halogênio precisam de filtro para não prejudicarem o acervo. Se o local onde as obras ficam armazenadas for permeável à luz solar, orienta-se que esse problema seja remediado por janelas fechadas, filtros anti-UV ou por meio da utilização de cortinas.

Essa área deve permanecer, na medida do possível, com as luzes apagadas sempre que não estiver sendo utilizada. O limite permitido para a incidência de “lúmen” por metro quadrado, adotando o lux como unidade de medida, a densidade da luz, diferencia de acordo com o suporte do material onde a informação está contida: para papéis, manuscritos, couros pintados, fibras vegetais, entre outros, é recomendável até 50 lux, para couros naturais, pinturas a óleo, etc. entre 150 e 180 lux, vidros, esmaltes, metais, etc. 300 lux.

3.3. Sugestões para solucionar os possíveis problemas que possam acontecer nos locais de guarda

Diante das recomendações para a conservação preventiva do acervo da BEC, tanto no Plano de Gerenciamento de Riscos da FBN como em outras literaturas, as sugestões a seguir também devem ser levadas em consideração.

Local de guarda: Capanema e Teleporto

- **Força Física:** Existe a possibilidade do risco Força Física acontecer no **Capanema** devido ao tempo em que alguns materiais estão acondicionados em caixas aguardando a mudança e durante o processo de mudança, se não houver planejamento adequado.

A recomendação é que no processo de mudança seja observado o material das caixas que transportarão as obras, a posição que o acervo será acondicionado nessas caixas e o peso total, para que não corra o risco das caixas se abrirem durante o transporte. É indicado que não haja excessivo acúmulo de caixas no caminhão que irá transportá-las evitando assim mais danos.

No **Teleporto**, existe esta possibilidade, devido ao fato de não haver local para o armazenamento adequado, de forma que as obras recém-inseridas ao acervo estão aguardando em caixas até que seja concluído o processo de transferência das estantes.

É necessário evitar a super lotação das caixas no momento de acondicionamento das obras recém-catalogadas, observando-se a posição em que esses livros serão colocados para que não se danifique nem o conteúdo nem as capas.

- **Água:** Durante o período que o salão do 4º andar do **Capanema** está fechado para obras há o acúmulo de quantidade significativa de sujeira, sendo a empreiteira que executa a obra responsável por eliminar a sujeira proveniente de resíduos. Essa higienização é realizada apenas com o acompanhamento da administração do prédio, dando margem para que o procedimento aconteça de forma inadequada para o acervo.

É importante orientar os responsáveis pela administração do prédio para que a limpeza ocorra de forma adequada, evitando que tanto as estantes que estão “protegidas” por lona, como algumas obras que já estão acondicionadas em caixas no salão de leitura embaixo das mesas, não sofram com o excesso de umidade. O mais adequado é que a limpeza do piso seja feita por meio de aspirador de pó e as estantes com uma mistura de água + álcool a 50%, de acordo com Cassares (2000, p.33).

Além da adoção dos critérios mencionados anteriormente, é importante que o processo de mudança não ocorra em dias de chuva.

No **Teleporto**, é necessário observar se existe o risco de haver infiltração que tenha como origem vazamento nas saídas do ar condicionado central e averiguar o risco que representa para o acervo o sistema de combate a incêndios Sprinkler.

- **Pragas:** Conforme descrito no risco Água, o salão onde a BEC está instalada no **Capanema** foi limpo por meio da equipe dos funcionários da construtora sem a garantia de que fosse adotado o procedimento adequado para limpeza evitando a criação de um ambiente que permita a proliferação de fungos. Além da continuidade no tratamento preventivo contra pragas por meio de tratamento químico mesmo com a biblioteca fechada.

É preciso verificar adotar no **Teleporto** a criação da mesma rotina que havia no Capanema de tratamento preventivo através de desratização, descupinização e dedetização, visto que um dos expositores transferidos para o local já apresentou infestação com cupins por duas vezes.

É também necessário adotar nos dois locais de guarda a prática de pôr em observação as obras recebidas para prevenir a contaminação de todo o acervo.

- **Poluentes:** É importante a higienização do acervo que está no **Capanema**, ainda que a transferência temporária não seja concluída, visto que, antes de fechar, o edifício já passava por obras na fachada externa, o que acarretou uma alta incidência de sujeira no salão de leitura.

Para que este passo tão importante seja realizado, será necessária a orientação da Divisão de Restauração da BN, que futuramente poderá também contribuir para a criação de uma política de preservação e gestão do acervo, especificamente para a Biblioteca Euclides da Cunha. Além do cuidado com a higienização, é preciso incluir na rotina de limpeza no **Teleporto** a manutenção dos filtros do sistema de ar condicionado.

- **Temperatura e Umidade relativa incorrera:** Não existe a prática de monitoramento da temperatura e umidade relativa presentes no acervo da Biblioteca Euclides da Cunha. Essa medida precisa ser adotada tanto no **Capanema** como no **Teleporto**. É importante a aquisição de aparelhos termo-higrômetro digital ou termo-higrógrafo para realizar esse monitoramento e, assim, poder identificar quais as ações necessárias para que o acervo não corra o risco de degradação por esses agentes e outros que possam surgir devido à falta deste monitoramento, por exemplo, os agentes biológicos também considerados como pragas (cupins, fungos e bactérias, traças e baratas e roedores).

Outro aspecto que precisa ser observado é a incidência do sol em determinado horário no salão onde as estantes ficarão no Teleporto. Por último, o sistema de ar condicionado no Teleporto é ligado entre 6h e 7h, e desligado a partir das 19h em dias úteis, permanecendo desligado nos finais de semana e feriados: esse procedimento contribui para a oscilação da temperatura no ambiente.

- **Criminosos:** Com a redução de funcionários no **Capanema**, atualmente, apenas um funcionário da segurança patrimonial está responsável para vigiar os dois andares que abrigam a BEC e a DIMAS. É preciso verificar se esta medida é a mais assertiva para prevenir esse risco.

É importante verificar no **Teleporto** um procedimento que traga a mesma segurança que havia com o serviço da segurança patrimonial quando a BEC estava aberta.

Local de guarda: Teleporto

- **Fogo:** Verificar se não há risco de curto-circuito nas instalações elétricas, visto que, por haver poucas tomadas no salão destinado a leitura e também na sala reservada ao processamento técnico, cada saída abriga a dois computadores conectados e averiguar a oscilação frequente na energia. Confirmar se os extintores de incêndio dispostos no salão são compatíveis para eliminar o foco do incêndio sem acarretar dano ao acervo.
- **Luz e radiação UV:** Essas observações são importantes pois o salão onde o acervo ficará recebe em determinado horário do dia grande incidência de luz solar, conforme visto no risco Temperatura e Umidade relativa incorreta. É preciso verificar se a proteção UV que existe nas janelas são as mais adequadas para evitar que a luz solar danifique com o passar do tempo as obras.
As lâmpadas dispostas em todas as salas não possuem filtro. Além disso, existe o fato de o pé direito do prédio ser mais baixo que no Capanema, o que vai fazer com que as obras das estantes fiquem mais próximas às lâmpadas, quando forem transferidas.
- **Dissociação:** Para evitar que haja a perda da informação sobre um item do acervo é importante que seja realizado um inventário para descobrir se há falhas nas coleções, livros que estão com identificação incorreta, entre outros.

Além das recomendações identificadas de acordo com os 10 agentes de degradação do acervo, é necessário que a coordenação da BEC se atente para o fato que se a transferência do acervo for concluída, será importante uma nova avaliação após determinado período de estadia no local para identificar o risco de sobrecarga na estrutura do Teleporto¹³⁰.

Outra medida que precisa ser tomada para assegurar que futuramente não haja acidentes, é solicitar-se um laudo estrutural do edifício Teleporto, dessa forma será possível saber qual é a carga máxima adequada para o andar. Essa ação é importante já que não há previsão de quanto tempo o acervo irá permanecer nesse local e visto que o acervo de uma biblioteca cresce continuamente.

3.4. Resultado do questionário aplicado em instituições de cultura transferidas do Capanema para o Teleporto

Entre as orientações para evitar os riscos destacados anteriormente, é possível perceber que faltam algumas recomendações mais específicas para o estado de vulnerabilidade que a Biblioteca Euclides da Cunha se encontra atualmente.

Por esse motivo além da revisão bibliográfica, foi enviado um questionário para instituições de cultura, abrigadas anteriormente no Capanema e que concluíram o processo de transferência para o Teleporto, para que fosse possível observar se além dos pontos encontrados na literatura pesquisada, seria necessário se ater a outros pontos na adequação do local. O questionário foi enviado para o Escritório de Direitos Autorais (EDA/BN), a Biblioteca Noronha Santos (Iphan) e o Arquivo Central do Rio de Janeiro (Iphan).

O Arquivo Central do Rio de Janeiro (Iphan) foi a única instituição que respondeu ao questionário. A seguir, destaco a síntese do que foi respondido, o questionário na íntegra encontra-se no Apêndice deste trabalho.

O Arquivo Central do Rio de Janeiro do Iphan atende pesquisadores de diversas áreas que têm interesse especial em Arquitetura, História, História da Arte, Iphan e outras

¹³⁰ Conforme o Documento Transferência Unidades FBN do PGC para o imóvel da Av. Presidente Vargas n.º 3131, de 24 de outubro de 2016, citado no capítulo anterior, houve uma avaliação técnica dos engenheiros aprovando a estrutura do prédio para receber os acervos.

instituições de patrimônio. Seu acervo é composto de documentos, mapas e plantas, que já passaram por um processo de conservação e preservação, por isso estão planejados e encapsulados em poliéster. O acondicionamento do acervo é feito em arquivos deslizantes, caixas-box, armários de aço.

O planejamento para mudança teve o envolvimento da Divisão de Tratamento Documental e Divisão de Conservação que, juntamente com representantes do MinC, optaram para que o mobiliário fosse transportado por uma empresa comum e o acervo por uma empresa especializada. A empresa especializada escolhida já presta serviços para o Ministério.

As dificuldades encontradas na realização do transporte foram as plantas em grandes formatos e documentos não tratados que estavam em estado crítico. Todo o acervo foi protegido depois de um estudo minucioso quanto à forma mais adequada de transporte para que não sofresse com o dano Força Física.

A mudança também não impediu a prestação de serviços do órgão que continua atendendo presencialmente, em dias úteis (das 10h às 17h) e por serviço remoto (*e-mail*, SIC, Fale Conosco).

O Arquivo Central não teve dificuldades para se adequar ao novo local já que as condições de guarda são maiores do que as que ocupava no Capanema. Também não teve problemas no processo de mudança, visto que houve a preocupação em selecionar uma empresa especializada e realizar um estudo sobre a melhor forma para acondicionar e transportar o acervo. De forma que as respostas obtidas por meio do questionário não indicaram outros pontos que precisavam ser observados pela coordenação da BEC.

Todos os pontos levantados neste capítulo devem ser estritamente observados para que não haja danos ao acervo da BEC tanto no Capanema, quanto durante a realização do transporte, quanto na permanência no novo local de guarda.

A conservação preventiva deve ser a primeira e a última ação a ser planejada na política de preservação do acervo, para assegurar que o patrimônio esteja de fato protegido, caso contrário, catástrofes como o incêndio ocorrido no dia 2 de setembro no Museu Nacional podem acontecer com mais frequência.

REFLEXÕES FINAIS

Fazer a análise dos riscos é importante para que a instituição tenha mapeados os possíveis problemas que poderá enfrentar no futuro, bem como os procedimentos indicados para solucionar ou impedir cada um desses problemas. O ato de preservar qualquer tipo de material está ligado intimamente ao ato de saber elaborar políticas de preservação.

Medidas e estratégias para o tratamento dos riscos ao patrimônio cultural precisam ser permanentemente monitoradas e revisadas. A avaliação resulta em eficiência e na sustentabilidade para aquilo que já foi implementado, assim como a elaboração de novas providências, conforme necessário. Ações que porventura se revelem ineficientes ou de custo-benefício inaceitável para a instituição devem ser descartadas.

Os bens culturais são preservados em função de sua representatividade para a comunidade na qual estão inseridos e dos vínculos que mantêm com a identidade cultural dessa comunidade.

A Biblioteca Euclides da Cunha está intimamente ligada ao período de grandes reformas na educação do país. Seu acervo possui obras que remontam ao tempo do MES, MEC e, atualmente, obras oriundas da FBN ou de doações tanto de editoras como dos próprios autores. A Biblioteca recebe com frequência estudantes de arquitetura e turistas do mundo todo que têm interesse em conhecer a sua estrutura e observar de perto uma biblioteca que foi um importantes instrumento de pesquisa para o desenvolvimento de políticas públicas na área da educação, saúde e cultura no país, acompanhando também o progresso na área da Biblioteconomia.

De acordo com a literatura utilizada no embasamento desta pesquisa, patrimônio cultural é a identidade de um povo. Esse patrimônio representa a memória de uma comunidade ou Estado e possibilita às pessoas conhecerem suas raízes e compreenderem as diversidades culturais. Podemos, sim, classificar a BEC como patrimônio cultural. Além da representatividade política, essa Biblioteca possui valor artístico por estar em uma área que foi projetada exclusivamente para tal por renomados arquitetos modernistas, possui valor raridade/singularidade por conservar parte dos móveis originais desenhados por Oscar Niemeyer, além do valor histórico mencionado anteriormente.

A trajetória da Biblioteca foi detalhada no trabalho, desde a sua criação até o presente momento, em que se encontra fechada há dois anos, aguardando a transferência do seu acervo. A BEC teve um importante papel da difusão do conhecimento, no período em que esteve subordinada ao MES, MEC e agora, no MinC, está sofrendo com o reflexo do desmonte das políticas públicas que estão assolando o país.

Cada vez mais bibliotecas públicas têm fechado suas portas e perdido seus acervos com a falta de cuidado. No estado do Rio de Janeiro há o caso das Bibliotecas-Parque que estão fechadas desde 2016, devido a problemas políticos envolvendo dificuldades financeiras.

Essas instituições, no entanto, estão sendo reabertas aos poucos devido a manifestações favoráveis por parte da comunidade que as frequenta, a exemplo da unidade da Rocinha, que voltou a funcionar em fevereiro deste ano, atendendo às reivindicações dos leitores que a frequentavam.

As políticas públicas de cultura no país nos últimos anos vêm passando por um processo de descentralização que impedem que os órgãos de competência assumam seu papel ativo na formulação e fiscalização dessas políticas, para evitar que instituições como a BEC aguardem tanto tempo para concluir um processo de transferência, permitindo, assim, que seu patrimônio esteja em risco de degradação.

A institucionalização da cultura é parte dos movimentos que começaram na UNESCO por volta das décadas de 70 e 80. A partir do final do século XIX surgiram ações com objetivos definidos, porém, não pontuais. No Brasil, durante a Era Vargas, é possível perceber um conjunto de ações políticas ainda elitizado, segundo o padrão europeu, que priorizavam a preservação do bem arquitetônico e museológico.

Embora o campo do patrimônio esteja estruturado desde 1937 no país com a criação do atual Iphan, poucos são os textos indexados como políticas públicas de patrimônio. É uma área que não se vê como planejadora de políticas culturais. As políticas públicas de preservação existentes, passam a sensação de que são voltadas à museificação do patrimônio, o que é um engano já que o patrimônio é algo dinâmico que está ligado essencialmente à memória de um coletivo. O patrimônio só tem sentido quando há a noção do pertencimento do indivíduo e da coletividade.

O pensar em uma cultura democrática, significa se debruçar sobre os diferentes usos e significados de manifestações de poder que podem ocorrer de uma democracia.

O direito à cultura está assegurado na Constituição de 1988 nos artigos 215 e 216, inclusive o termo patrimônio cultural brasileiro é identificado como bens culturais de natureza material e imaterial. Falta, porém, a definição adequada de como o acesso deve ser providenciado a todos, de forma que se evite que espaços como bibliotecas públicas, que propiciam a capacidade de desenvolvimento da comunidade que a frequenta, permaneçam fechados.

Ao longo deste estudo ficou claro que a BEC enfrenta dificuldades para desempenhar plenamente a sua função desde a sua criação, em consequência de poucos funcionários, ou por efeito de escassez de verbas e, em determinados momentos, por causa de decisões políticas inadequadas.

Qual é o papel da biblioteca pública no contexto da informação? Embora a sociedade tenha expectativas diferentes em relação à biblioteca, a Biblioteca Euclides da Cunha desde sua criação tem tido um papel importante na construção do conhecimento do público que a frequenta e quando uma biblioteca corresponde às necessidades informacionais da comunidade, participa efetivamente da construção de um processo de mudança interior do frequentante, dando autonomia ao indivíduo.

Este trabalho teve o objetivo de propor ações para auxiliar no gerenciamento dos riscos que possam afetar o patrimônio da BEC, porém, não adianta investir em práticas preservacionistas como a conservação preventiva, se não há a garantia de que este acervo voltará a ser franqueado ao público. Uma biblioteca fechada fere o direito constitucional ao acesso democrático aos bens de cultura.

Embora haja no país bem definido a questão da proteção do patrimônio arquitetônico, ainda existe dificuldade em identificar o patrimônio de uma biblioteca como parte integrante do patrimônio cultural do país, cabe à Fundação Biblioteca Nacional, órgão responsável pela captação, guarda e preservação da memória nacional, reforçar o seu protagonismo na formulação de políticas que assegurem não somente a salvaguarda mas também modos para evitar que bibliotecas públicas permaneçam fechadas.

Na condição de biblioteca pública, a BEC representa o livre acesso à informação sem distinção de raça, faixa etária, fé, opção sexual ou ideologia política. Ela não pode ser vista apenas do ponto de vista arquitetônico: é necessário que seja valorizada e preservada como parte do patrimônio cultural do país.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ABNT NBR ISO 31000:2009. **Gestão de riscos: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: ABNT, 2009. Disponível em: < <https://gestravp.files.wordpress.com/2013/06/iso31000-gestc3a3o-de-riscos.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION OF HISTORIC AND ARTISTIC WORKS; THE ASSOCIATION FOR PRESERVATION TECHNOLOGY INTERNATIONAL. **New Orleans Charter for Joint Preservation of Historic Structures and Artifacts**. Disponível em: <<http://cool.conservation-us.org/bytopic/ethics/neworlea.html>>. Acesso em: 03 maio 2017.

Arquivos Pessoais de Gustavo Capanema. **CPDOC/FGV**.

Arquivos Administrativos (1937-1990). **Biblioteca Euclides da Cunha (BEC)**

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ci. da Inf.**, Belo Horizonte, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011. Disponível: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/12/pdf_ef3a1e9bd0_0019717.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **A Biblioteca Pública: administração, organização e serviços**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Histórico**. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1972. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.92, p.267, 1974. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_092_1972_01.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1973. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.93, p.263, 1974. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_093_1973.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1975. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.95, p.450, 1976. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_095_1975-1976_02.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1982. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.102, p.248-249, 1983. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_102_1982.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1983. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.103, p.305-334, 1984. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_103_1983.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1984. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.104, p.267-272, 1987. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_104_1984.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1985. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.105, p.159-168, 1989. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_105_1985.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1986. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.106, p.250-251, 1991. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_106_1986.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1987. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.107, p.174-180, 1991. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_107_1987.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1988. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.108, p.294-298, 1992. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_108_1988.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1989. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.109, p.292, 1993. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_109_1989.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1990. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.110, p.235, 1993. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_110_1990.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1991. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.111, p.286-326, 1993. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_111_1991.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1992. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.112, p.282-297, 1993. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_112_1992.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1993. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.113, p.431-462, 1994. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_113_1993.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1994. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.114, p.209-217, 225-276, 1996. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1994_00114.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1995. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.115, p.298-340, 1998. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1996. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.116, p.317-364, 1999. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_116_1996.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1997. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.117, p.323-362, 2000. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_117_1997.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1998. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.118, p.328-362, 2002. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_118_1998.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 1999. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.119, p.321-369, 2004. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_119_1999.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. **Relatório de atividades 2001**. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2001/ano-2001-542.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

_____. **Relatório de atividades 2002**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2002/ano-2002-545.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

_____. **Relatório de atividades 2003**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2003/ano-2003-551.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de atividades 2004**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2005. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2004/ano-2004-556.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de atividades 2006**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2006/relatorio2006.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão no ano de 2007, segundo os programas e ações previstos nos documentos de planejamento do Governo Federal**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2007/ano-2007-575.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão no ano de 2008, segundo os programas e ações previstos nos documentos de planejamento do Governo Federal**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2008/ano-2008-576.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão do exercício de 2009**: prestação de contas ordinárias anual. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2009/ano-2009-578.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão do exercício de 2010**: prestação de contas ordinárias anual. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio-gestao/ano-2010/relatorio_de_gestao_2010.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão do exercício de 2011**: prestação de contas ordinárias anual. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio_de_gestao/ano_2011/relatoriogestao2011_0.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão do exercício de 2012**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2012/ano-2012-582.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão do exercício de 2013**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio_de_gestao/ano_2013//fbn_-_relatorio_2013_0.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão do exercício de 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2015. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio-gestao/ano-2014/relatoriodegestaode2014fbnversaofinal0_0_0.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio-gestao/ano-2015-3130.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

____. **Relatório de gestão do exercício de 2016**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio-gestao/ano-2016-4070.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: Bomeny, Helena ... et al. (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. cap.1, p. 11-34.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Art. 216**. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/download/biblioteca_ambiental/Constitui%E7%E3o%20Federal%201988.doc>. Acesso em: 05 maio 2015.

____. Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. **Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1911, pág. 8748. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

____. Decreto nº 15.670, de 6 de setembro de 1922. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. **Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1922. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D15670.htm>. Acesso em: 06 abr. 2018.

____. Decreto n.º 20.673, de 17 de novembro de 1931. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. **Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1931, Seção 1, pág. 18475. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20673-17-novembro-1931-517368-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

____. Decreto n.º 48.400, de 23 de junho de 1960. Dispõe sobre a futura utilização do Edifício-sede do Ministério da Educação e Cultura, situado na Cidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial da União, Brasília**, 04 de julho de 1960, Seção 1, p. 9822. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48400-23-junho-1960-387749-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

____. Decreto n.º 60.891, de 22 de junho de 1967. Provê sobre a transferência de órgãos do Ministério da Educação e Cultura para Capital Federal. **Diário Oficial da União, Brasília**, 22 de junho de 1967.

____. Decreto nº 62.239, de 8 de fevereiro de 1968. Dispõe sobre transferência de acervos, a unificação do Instituto Nacional do Livro e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, 8 de fevereiro de 1968. Disponível em: <

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=484864&id=14311755&idBinario=15668917&mime=application/rtf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

____. Decreto nº 99.492, de 03 de setembro de 1990. Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, Biblioteca Nacional - BN, e a Autarquia Federal Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 de setembro de 1990, seção 1, p.16808. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99492-3-setembro-1990-335002-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 set. 2018.

____. Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de maio de 1992. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0519.htm>. Acesso em: 14 abr. 2018.

____. Decreto nº520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de maio de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm>. Acesso em: 14 abr. 2018.

____. Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 14 abr. 2018.

____. Decreto-Lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937, Seção 1, pag. 25586. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

____. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de abril de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm>. Acesso em: 08 set. 2018.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: livro 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-144.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. Cada coisa em seu lugar: arquivos, bibliotecas e museus. In: _____. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: SESC-SP, 2015. p. 17-32.

CARIAS, Eliane de Mendonça. **Atendimento aos portadores de deficiência visual em biblioteca pública: Biblioteca Euclides da Cunha um estudo de caso**. Niterói, 2008. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Curso de Biblioteconomia e Documentação – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CARTA de Atenas de 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CARTA de Veneza de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática. **Rev. CPC**, São Paulo, n.18, p.41-153, dez.2014/abr.2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/88655>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. **O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte de papel**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1998. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_OEspaco_como_elemento_representacao_dosacervos_com_suporte_em_papel.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Preservação da arquitetura moderna: edifícios de escritórios no Rio de Janeiro construídos entre 1930-1960**. São Paulo, 2005. 469f. Tese (Doutorado em História e Arquitetura e Fundamentos de Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-06062012-151105/pt-br.php>>. Acesso em: 01 maio 2018.

CASA da Leitura: presença de uma ação. Rio de Janeiro: PROLER, [2008?].

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: <http://arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação-restauração em acervo de papel no Brasil**. Juiz de Fora, 2008. 182 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Aloisio_A_N_de_Castro1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura democrática, Estado e movimentos sociais: quais os desafios comuns?** 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/imagens/pdfs/textoparadebateseminrio_cultura%20democrtica%20estado%20movimentos%20sociais.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 2009.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Adm. Publica**, Rio de Janeiro, v.48, n.5, p.1093-1112, set./out. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000500002>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos**. Rio de Janeiro: CICT/FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966008.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; EIRÃO, Thiago Gomes. A atualidade e utilidade da disseminação seletiva da informação e da tecnologia RSS. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n.33, p. 59-78, jan./abr., 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/elens/Desktop/Imagens/18899-79421-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

DECOURT, E. N. O sistema CALCO e a rede Ribliodata. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 1, p. 79-84, 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/3011>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

DIAS, Antônio Caetano et al. A primeira escola de Biblioteconomia do Brasil. **Chronos**, Rio de Janeiro, ano 7, n.10, 2015, p. 15-39. Disponível em:<<http://www.unirio.br/proreitoriadeextensaoecultura/publicacoes/revista-chronos/ano-08-2013-numero-10-2014-100-anos-de-instalacao-da-escola-de-biblioteconomia>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

DICIONÁRIO do Patrimônio Cultural. **Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>>. Acesso em: 17 abr. 2018

FLAESCHEN, Jandira Helena Fernandes. **Qualidade do ar e microclima: relações e interferências na preservação da Coleção Miscellanea Curiosa**. Rio de Janeiro, 2017, 173 f. Dissertação (Mestrado em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <

<http://site.mast.br/ppact/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Jandira%20PPACT%20MAS T%202017.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPHAN, 2005.

FREITAS, Debora Soares Machado. **Biblioteca Euclides da Cunha**: uma identidade entre carimbos. Niterói, 2014. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Curso de Biblioteconomia e Documentação – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Disponível em: <<http://www.paulofreirebymateusbadan.xpg.com.br/Livro2.PDF>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Política de acervo**: manual de gerenciamento de uso. Recife, 2012. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/didoc/politicadeacervoago2010.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

GODINHO, Flávia Martins Alves; FARIA, Francileide Miguelina dos Santos. Catalogação cooperativa: história, vantagens e desvantagens. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.4, n.2, 4014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2556/1627>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 73-108. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/seguran%C3%A7a_de_acervos_culturais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

Hemeroteca Digital, BN Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

HERBST, Hélio. Sob as colunas do Ministério da Educação, a construção do Homem Brasileiro. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, IFCH/UNICAMP, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2008/HERBST,%20Helio%20-%20IVEHA.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p. 13-30, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/23/23>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

HOLLÓS, Adriana Cox; PERDERSOLI JUNIOR, José Luiz. Gerenciamento de risco: uma abordagem interdisciplinar. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3, n.1, p.72-81, abr.2009.

Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3314>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Compromisso de Brasília**, 1970. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2017.

_____. **Portaria n.º366, de 04 de setembro de 2018**. Dispõe sobre diretrizes a serem observadas para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_3662018__incendios.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camillo. **Os restauradores**: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Cotia, SP: Ateliê, 2002. p.9-28.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o verbete restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia, SP: Ateliê, 2000. p.9-24.

LACERDA, Nelson. Legislação federal de proteção de bens culturais e poder de polícia. In: SILVA, Marina Celina Soares de Mello e (Org.). **Seguranças em acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 53-72. Disponível em: < http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/seguran%C3%A7a_de_acervos_culturais.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In:_____. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 26.07.17.

LEIPNITZ, Fernando. **Gerenciamento de riscos na preservação de acervos bibliográficos**. Porto Alegre, 2009, 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/101632>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de. **Ciência e política no Brasil**: Carlos Chagas Filho e o Instituto de Biofísica (1931 -1951). 2009. 224 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/15971>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

LIRA, Guilherme de Azambuja. Biblioteca Nacional: desenvolvimento do modelo brasileiro de biblioteca acessível para pessoas com deficiência e idosos. **Inclusão Social**, Brasília, v.2, n.2, p.10-13, abr./set., 2007. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_4da4622c1f_0010180.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MÁRSICO, Maria Aparecida de Vries. **Noções básicas de conservação de livros e documentos.** [S.l.: s.n., 2016]. Disponível em: < <http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Nocoas-Basicas-de-Conservacao-de-Livros-e-Documentos.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

MARTINELLI, Francesca Dalmagro. Acervo documental das intervenções no Palácio Gustavo Capanema: a contribuição do Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO, 4., Belo Horizonte, 2015. **Arquitetura e documentação.** Disponível em: < <http://www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/220.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MIRANDA, Alcides Rocha. **Proposta de tombamento:** Edifício-sede do Ministério da Educação. Rio de Janeiro: Sphan, 1948.

NUNES, Leiva. **Da classificação das ciências a classificação da informação:** uma análise do acesso ao conhecimento. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/2/TDE-2008-02-15T064556Z-1385/Publico/Leiva%20Nunes.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

ODDONE, Nanci Elizabeth. Lydia Sambaquy e a biblioteca do DASP: contribuições para a constituição do campo biblioteconômico no Brasil. Acervo, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.77-91, jul./dez. 2013. Disponível em: < <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/515/514>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

OLIVEIRA, Antônio José de Barbosa. Das ilhas à cidade - a Universidade invisível: a longa trajetória para a escolha do local a ser construída a cidade universitária da Universidade do Brasil (1935-1945). **Rev. Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1474/1323>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O Brasil Republicano:** o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 323-349.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. **Cadernos de Formação:** História da Educação, São Paulo, [2005]. Disponível em:< <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PIANCÓ, Sheila. **O direito de acesso à cultura e a Constituição Federal**. [Minas Gerais]: Observatório da Diversidade Cultural, 2011. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/o-direito-de-acesso-a-cultura-e-a-constituicao-federal/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PLANTAS DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA.
Arquivo Central do Rio de Janeiro/Iphan.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

RAMOS, Carla Rossana Chianello. In: Biblioteca Nacional. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, 2009. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v.129, p.56-82, 2011. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_129_2009.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. **Bibliotecas Nacionais e a preservação do patrimônio documental bibliográfico no âmbito dos países do Mercosul: estudos sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina**. Pelotas, 2016. 173 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2017/05/TESE-MARCIA-RODRIGUES-versao-final.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v.21, n.2, p.243-262, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245212.243-262>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

RIBEIRO, Paulo Eduardo Vidal Leite. Palácio Gustavo Capanema: Processo de restauração e revitalização. In: SEMINÁRIO DO COMOMO BRASIL, 3., 1999, São Paulo. **Anais...** São Paulo: DOCOMOMO, 1999. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15705979-Paulo-eduardo-vidal-leite-ribeiro-palacio-gustavo-capanema-processo-de-restauracao-e-revitalizacao-resumo-introducao.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Administração. Decreto n.º 10.040 de 11 de março de 1991. Estabelece as condições relativas ao Regulamento de Zoneamento para a Zona Especial 8 (ZE-8) - Cidade Nova, na III Região Administrativa, Cria as Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Vila Operária da Cidade Nova e do Catumbi e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, RJ, ano IV, n.245, 12 de março de 1991. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354546/4107424/centro_dec10040_91_cidade_nova_catumbi.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

SALASÁRIO, Maria Guilhermina da Cunha. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na Biblioteca do Laboratório de Mecânica de Precisão – LMP/UFSC. **ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v.5, n.5, 2000.

Disponível em: < <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/351/415>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **RBBB**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; LIMA, Ana Luce Girão Soares de. Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Rev. AGCRJ**, Rio de Janeiro, n.11, p.483-502, 2016. Disponível em: < <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/para-que-o-arquivo-nacional-seja-um-arsenal-da-administracao-notas-sobre-a-gestao-jose-honorio-rodrigues-1958-1964/>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SEGRE, Roberto. **Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernidade brasileira**. São Paulo: Romero Guerra, 2013.

SILVA, Suely Braga da. A institucionalização de organismos culturais no Estado Novo: pontos para reflexão. **INFORMARE - Cad. Prog. Pós-Grado. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p.52-58, jul./dez.1995. Disponível em: < <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17414>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. **Recomendações para a higienização de acervos bibliográficos & documentais**. Rio de Janeiro: FBN. Coordenação de Preservação, 2010. Disponível em: < https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/recomendacao/recomendacoes-higienizacao-acervos-bibliograficos//recomendacoes_higienizacao_jaime.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SPINELLI JUNIOR, Jayme; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SOUZA, Helena de Miranda Rosa e. Rio de Janeiro: transferência da Capital Federal e seus impactos na esfera da informação/documentação. **INFORMARE - Cad. Prog. Pós-Grado. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p.59-69, jul./dez.1995. Disponível em: < <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003189/e86b741641f90c0cfda8e41a7ff024e3> >. Acesso em: 14 abr. 2018.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: O Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. **Aedos**, Porto Alegre, n°15, v.6, jul./dez. 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/45083>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis, SC: FCC Edições, 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2351-col-estudos-mus-v1-conservacao-preventiva-de-acervos>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

TOLEDO, Franciza Lima. Controle ambiental e preservação de acervos documentais nos trópicos úmidos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, no 2, p. 71-76, jul./dez. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/27/27>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

TRINKLEY, Michael. **Considerações sobre a preservação na construção e reforma de bibliotecas**: planejamento para preservação. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. Disponível em: <<http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/38.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

UNESCO. **Programa Memória do Mundo**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

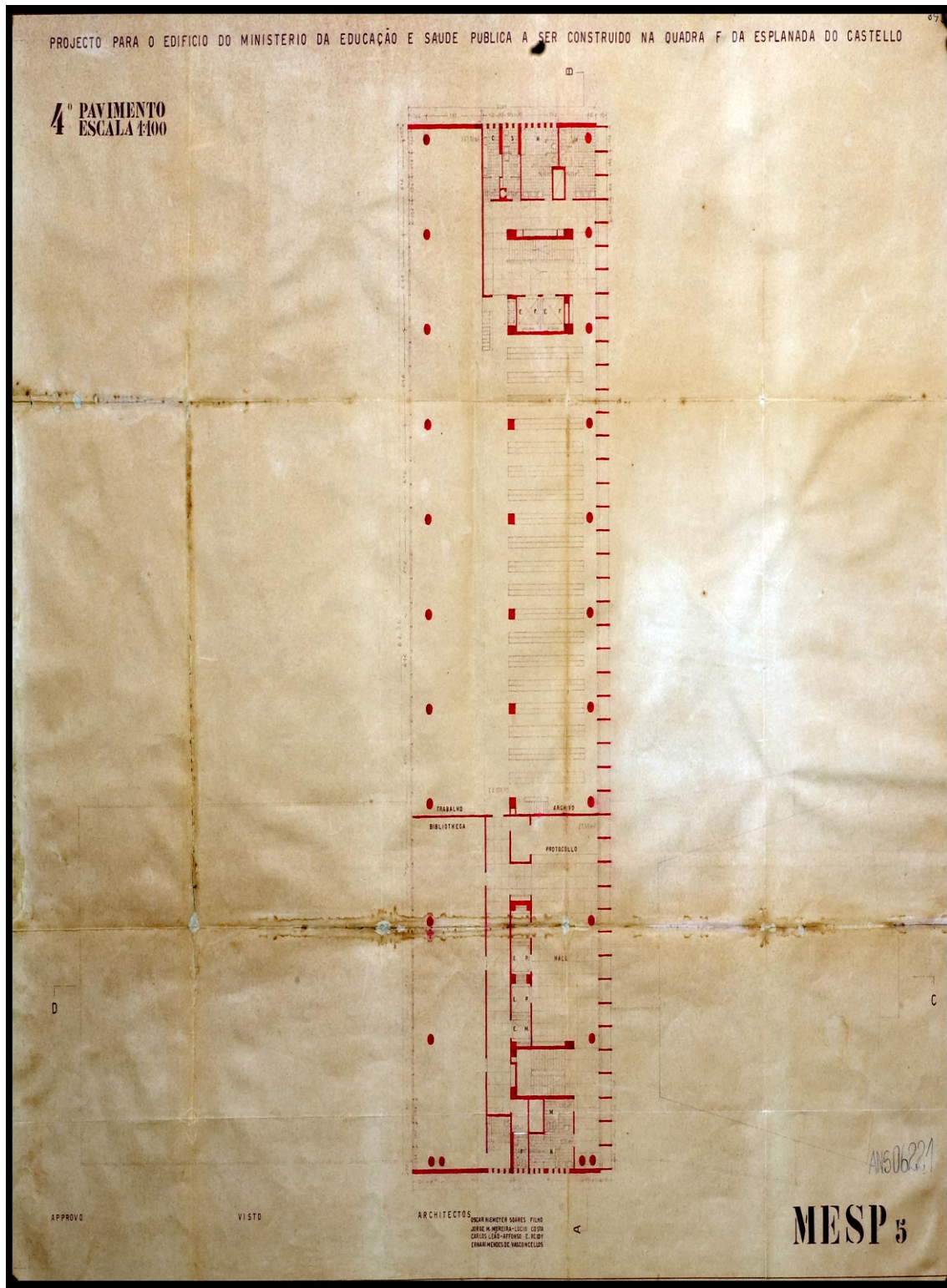
VAILLANT CALLOL, Milagros. **Biodeterioração do patrimônio histórico documental**: alternativas para eliminação e controle. Rio de Janeiro: MAST: FCRB, 2013.

_____. Conservação preventiva para instituições cariocas que custodiam bens culturais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, no 2, p. 77-88, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/28/28>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

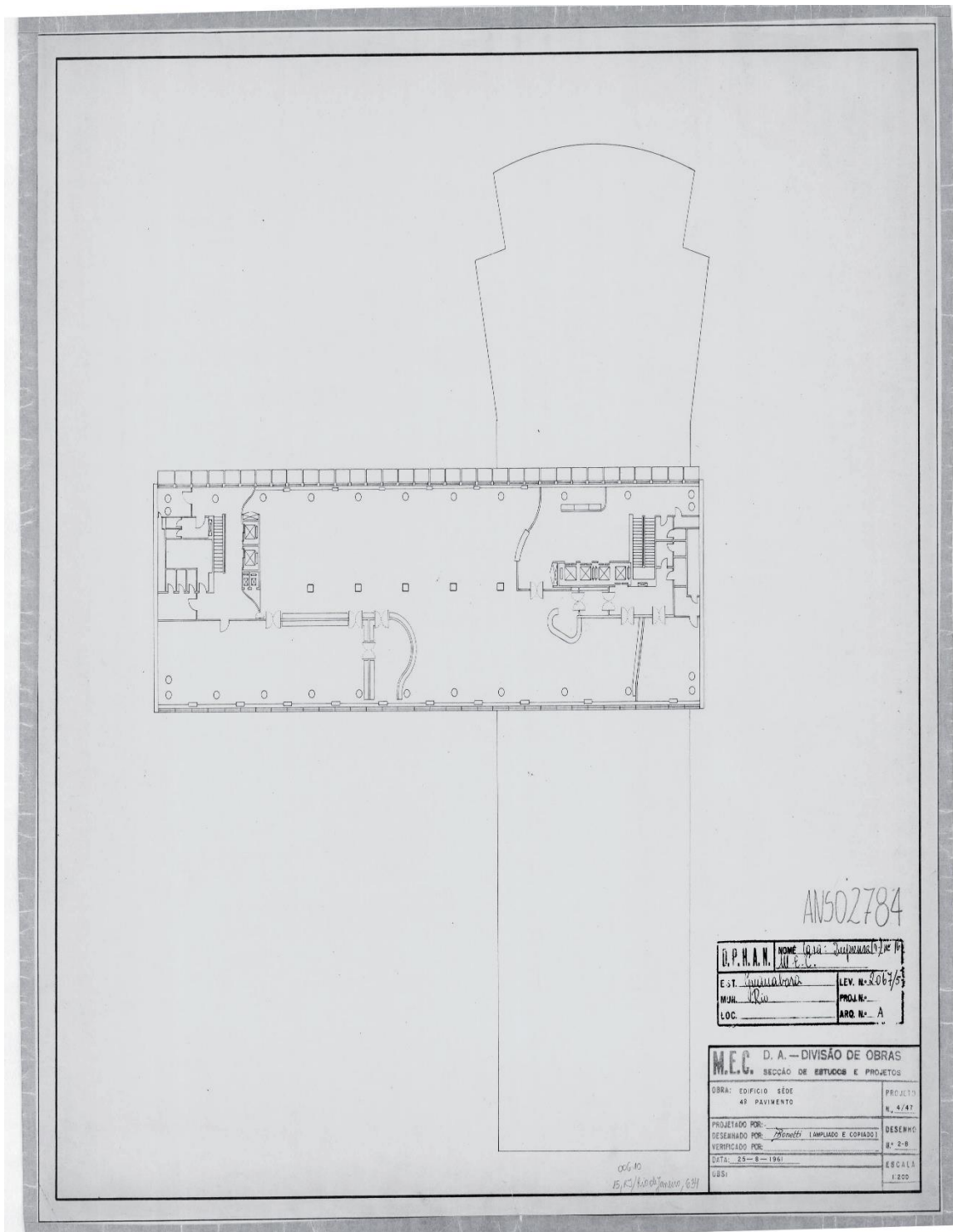
VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia, SP: Ateliê, 2000.

ANEXOS

ANEXO A: Cópia do Projeto de Construção do Prédio do Ministério de Educação e Saúde Pública, da Planta do 4º andar. Fonte: Arquivo Central do Rio de Janeiro/ Iphan, n.06221



ANEXO B - Cópia da Planta do Prédio do Ministério de Educação e Saúde Pública, 4º andar. Fonte: Arquivo Central do Rio de Janeiro/ Iphan, n. 02784/1947



AN502784

D. P. H. A. N. NOME (para Responsável) por 1947	
M. E. C.	
EST. <i>Campanha</i>	LEV. N.º 2067/5
MUN. <i>Rio</i>	PROJ. N.º
LOC.	ARQ. N.º A

M.E.C. D. A. — DIVISÃO DE OBRAS	
SEÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS	
OBRA: EDIFÍCIO SEDE	PROJETO
4º PAVIMENTO	N.º 4/47
PROJETADO POR:	DESENHO
DESENHADO POR: <i>Bionetti</i> (AMPLIADO E COPIADO)	N.º 2-18
VERIFICADO POR:	ESCALA
DATA: 25-8-1961	1:200
UBS:	

026.10
25.8.1961 Arquivo 639

APÊNDICE



QUESTIONÁRIO SOBRE OS ACERVOS QUE ESTAVAM NO PALÁCIO CAPANEMA E SE ENCONTRAM PROVISÓRIAMENTE NO EDIFÍCIO TELEPORTO

1. Instituição?

EDA () / BIBLIOTECA NORONHA SANTOS – IPHAN () / ARQUIVO
CENTRAL/RJ – IPHAN ()

2. Tipo de Acervo?

ARQUIVÍSTICO () / BIBLIOGRÁFICO () / MUSEOLÓGICO ()

OUTROS _____

3. Condições de guarda no Capanema (acondicionamento, mobiliário, etc.)?

4. Qual público atendido?

5. Como foi feito o planejamento para a mudança e quais as pessoas envolvidas nisso?

6. Quais foram os principais problemas enfrentados no processo de mudança para o Edifício Teleporto, no que diz respeito à segurança do acervo?

7. As condições atuais de guarda são semelhantes às do Palácio Capanema? Como foi feita a adequação do acervo no novo local de guarda?

8. Do ponto de vista da preservação do patrimônio, quais foram os desafios encontrados para a adequação mencionada anteriormente?

9. Dentro da atual condição como está sendo realizado o acesso ao público?